

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA APLICADA

LUAN GOMES DA SILVA

O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO PERÍODO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO: DA ERA COLLOR AO GOVERNO TEMER (1990 – 2018)

Maceió

2025

LUAN GOMES DA SILVA

**O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO PERÍODO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO: DA ERA COLLOR AO GOVERNO TEMER (1990 – 2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas para obtenção do grau de Mestre em Economia Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Cid Olival Feitosa

Maceió

2025

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586a Silva, Luan Gomes da.

O avanço do neoliberalismo no período democrático brasileiro : da Era Collor ao Governo Temer (1990 - 2018) / Luan Gomes da Silva. – 2025.
94 f. : il.

Orientador: Cid Olival Feitosa.

Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia. Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 86-94.

1. Brasil. 2. Neoliberalismo. 3. Reforma econômica. I. Título.

CDU: 338.24.021.8(81)

LUAN GOMES DA SILVA

**O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NO PERÍODO DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO: DA ERA COLLOR AO GOVERNO TEMER (1990 – 2018)**

Dissertação submetida ao corpo docente do
Programa de Pós-Graduação em Economia
da Universidade Federal de Alagoas e
aprovada em XXXXXXXXXXXX.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cid Olival Feitosa
(Orientador - Universidade Federal de Alagoas)

Prof(a) Dr(a) Denisia Araujo das Chagas
(Universidade Federal de Sergipe)

Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa
(Universidade Federal de Alagoas)

Maceió

2025

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o avanço e a consolidação do neoliberalismo no Brasil durante o período democrático (1990-2018), investigando suas consequências econômicas, sociais e políticas. Para isso, adota-se uma abordagem descritiva, qualitativa e quantitativa, com revisão de literatura, análise histórica e uso de dados secundários econômicos e sociais coletados de fontes diversas, como IBGE, IPEA, BACEN e BNDES para avaliar os impactos das políticas neoliberais. Conclui-se que o *impeachment* de Dilma Rousseff, ocorrido em um contexto de crise política e econômica, teve como objetivo restaurar e aprofundar o neoliberalismo, permitindo a implementação de reformas como a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista. Essas medidas resultaram em maior precarização do trabalho, redução da capacidade do Estado como agente redistributivo e aprofundamento das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Brasil. Neoliberalismo. Reformas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the advancement and consolidation of neoliberalism in Brazil during the democratic period (1990-2018), investigating its economic, social, and political consequences. To achieve this, a descriptive, qualitative, and quantitative approach is adopted, incorporating a literature review, historical analysis, and the use of secondary economic and social data collected from various sources such as IBGE, IPEA, BACEN, and BNDES to assess the impacts of neoliberal policies. The study concludes that the *impeachment* of Dilma Rousseff, which took place in a context of political and economic crisis, aimed to restore and deepen neoliberalism, enabling the implementation of reforms such as the Constitutional Amendment on the Expenditure Ceiling (PEC do Teto de Gastos) and the Labor Reform. These measures resulted in increased job insecurity, a reduced capacity of the state as a redistributive agent, and a deepening of social inequalities.

Keywords: Neoliberalism. Brazil. Reforms.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil: Percentual das tarifas médias de importação – 1987 a1994	23
Gráfico 2 - Brasil: Alienação, a distribuição do controle acionário da Usiminas	27
Gráfico 3 - Brasil: Distribuição do controle acionário da Usiminas após privatização	28
Gráfico 4 - Brasil: Evolução do salário real (1989-1992).....	30
Gráfico 5 - Brasil: Evolução da taxa de desemprego (1989-1992)	31
Gráfico 7 - Brasil: Evolução real dos lucros líquidos da IC e SF (1995 = base deflacionados pelo IPCA em R\$ bilhões)	53

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Evolução da tarifa nominal - 1991 a 1995	24
Tabela 2 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, exportações, importações e balanço comercial do Brasil - 1990-1993 - (milhões US\$).....	25
Tabela 3 - Brasil: Privatizações do período 1990-1993	26
Tabela 4 - Brasil: Evolução da dívida interna líquida, entre 1994 e 1998	39
Tabela 5 - Brasil: Programa Nacional de Desestatização 1991-jul/99 -US\$ milhões	41
Tabela 6 - Brasil: Resultados gerais das privatizações -1991 –jul/99 –US\$ milhões.....	42
Tabela 7 - Brasil: Composição dos investimentos externos (2003-2010)	50
Tabela 8 - Brasil: PAC – Carteira do BNDES até 2011	57
Tabela 9 - Brasil: Desembolsos do BNDES para projetos do PAC até 2011	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDES	Banco Nacional Desenvolvimento Econômico Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CST	Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CW	Consenso de Washington
EC	Emenda Constitucional
EUA	Estados Unidos da América
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	FundodeFinanciamentoEstudantil
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSE	Fundo Social de Emergência
FSE	Fundo Social de Emergência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPMF	Imposto Provisório sobre Movimento
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PND	Plano Nacional de Desestatização
PND	Plano Nacional de Desestatização
PPI	Secretaria Especial do Programa de Parcerias de

PROUNI	Investimentos
TLCs	Programa Universidade para todos
URV	Tratados de Livre Comércio
USP	Unidade de Referência do Valor
	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – O NEOLIBERALISMO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL .15	
1.1 OS FUNDAMENTOS DO NEOLIBERALISMO: UM BREVE HISTÓRICO	15
1.2 A EXPANSÃO DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO	18
1.3 O INÍCIO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: O CASO CHILENO	19
1.4 CONSENSO DE WASHINGTON (1989).....	20
1.5 A ERA COLLOR E O PLANO NEOLIBERAL NO BRASIL	21
1.6 A CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: O GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994) E OS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002).....	32
1.6.1 O Plano Real	35
1.6.2 Reformas econômicas, desregulamentação e privatização do Estado.....	39
1.6.3 Governo FHC e o trabalho	43
CAPÍTULO 2 – O DISTANCIAMENTO PARCIAL DO MODELO NEOLIBERAL: OS GOVERNOS LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2011) E DILMA ROUSSEFF (2011-2016).....	47
2.1 CONTINUIDADE DE ELEMENTOS NEOLIBERAIS NOS GOVERNOS PETISTAS.....	47
2.2 O RECUO DO NEOLIBERALISMO NOS GOVERNOS PETISTAS.....	56
CAPÍTULO 3 – O GOVERNO MICHEL TEMER E O APROFUNDAMENTO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: A “UMA PONTE PARA O FUTURO”	65
3.1 O SEGUNDO GOVERNO DILMA ROUSSEFF, A CRISE ECONÔMICA E AS BASES PARA O PROCESSO DE <i>IMPEACHMENT</i>	65
3.2 O GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018) E O <i>UMA PONTE PARA O FUTURO</i>	71
3.2.1 O Contexto Econômico no Início do Governo Temer.....	73
3.2.2 O Teto de Gastos (PEC 55/2016).....	75
3.2.3 Reforma Trabalhista: Flexibilização e precarização	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	82

INTRODUÇÃO

O debate sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil tem sido abordado por diversos autores. Harvey (2008) argumenta que o liberalismo econômico, fundamentado desde o século XVIII, se baseia na crença de que os mercados funcionam de forma mais eficiente quando livres de intervenções estatais, com preços regulados pela oferta e demanda e a defesa da propriedade privada como elemento central da prosperidade e da liberdade individual. Essa lógica, porém, se contrapõe ao modelo keynesiano que prevaleceu entre 1945 e 1971, período conhecido como os "anos de ouro" do capitalismo. Paulani (1999) destaca que esse intervalo foi caracterizado por uma forte atuação estatal na economia, combinando políticas de bem-estar social e controle da demanda efetiva, o que garantiu um crescimento sustentado por três décadas.

No Brasil, Filgueiras (2006) aponta que a implementação das políticas neoliberais seguiu as diretrizes do Consenso de Washington, promovendo reformas estruturais como a abertura comercial, a privatização de setores estratégicos e mudanças no sistema previdenciário. Nesse contexto, Araújo (2002) ressalta que o governo Collor representou uma inflexão decisiva na trajetória econômica do país, sendo a primeira administração a adotar integralmente o neoliberalismo como base central da política econômica, diferenciando-se de gestões anteriores que aplicaram tais princípios de maneira pontual.

A década de 1990 marcou o Brasil com grandes transformações econômicas e políticas. O país estava em meio a uma inflação crônica, aparentemente sem saída, crescimento da dívida externa e interna, déficits consecutivos na balança de pagamentos e baixos investimentos. Além disso, houve um aumento significativo no desemprego e nas desigualdades sociais, acompanhado por uma maior vulnerabilidade externa, intensificando a desigualdade social já existente (Pinto; Balanco, 2008).

Nesse cenário, a solução encontrada pelo governo Collor (1990-1992) foi a implementação do receitual neoliberal proposta pelo Consenso de Washington (CW). Os governos posteriores, Itamar Franco (1992-1994) e dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998; 1999-2002), aprofundaram o ideário neoliberal, deixando para trás o processo desenvolvimentista dos governos passados. O Plano Real iniciava um novo momento na economia brasileira, a partir da estabilização da inflação, porém, de acordo com Bresser-Pereira (2003, p.344), foram governos “[...] frustrantes no plano econômico, enquanto era bem-sucedido nos demais setores”, pois, poderia “[...] assegurar ao país, afinal um equilibrado desenvolvimento econômico e social, sem cair nas malhas do velho populismo,

nem do novo neoliberalismo que vinha do Norte” (2003, p.345).

Os governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2005; 2006-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016), romperam parcialmente com o neoliberalismo, visto que avançaram socialmente em muitas pautas. Contudo, a política macroeconômica se manteve a mesma do governo anterior. Nesse sentido, essa dissertação visa responder às seguintes questões: Qual o tamanho do avanço e capilarização do neoliberalismo no Brasil, dos anos 1990 até o governo Temer? Quais suas consequências no mercado de trabalho? O *impeachment* de 2016 foi um movimento para a retomada do neoliberalismo dos governos pré Lula?

Para responder essas questões, a presente pesquisa tem seu objetivo geral como: analisar o avanço e consolidação do neoliberalismo no Brasil, como uma ideologia que permeia as estruturas do Estado brasileiro. Os objetivos específicos elencados, são: a) Investigar o surgimento e consolidação do neoliberalismo como ideologia econômica e política, retomando o percurso histórico que conecta o liberalismo clássico, o keynesianismo e o neoliberalismo; b) Explorar como o neoliberalismo se disseminou no cenário internacional, analisando o papel do CW (1989) na consolidação dessa ideologia como paradigma dominante em políticas econômicas globais; c) Analisar como os governos Lula e Dilma promoveram um distanciamento parcial das diretrizes neoliberais, mantendo, contudo, elementos centrais dessa ideologia em suas políticas econômicas e sociais; d) Apurar como o *impeachment* de Dilma Rousseff marca o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, a partir de um golpe de Estado que serviu como pano de fundo para a retomada do neoliberalismo.

Quanto à metodologia, esta pesquisa adota um caráter descritivo e utiliza uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, estruturados na forma de revisão de literatura. O caráter descritivo se justifica pelo objetivo de analisar e expor as características de um determinado grupo e o fenômeno social que emerge de sua organização, conforme proposto por Lakatos e Marconi (2017).

A abordagem qualitativa é fundamental para interpretar e compreender as dinâmicas sociais, as relações entre os atores envolvidos e os significados atribuídos ao fenômeno estudado. Ao recorrer à revisão bibliográfica, busca-se explorar diferentes perspectivas teóricas e identificar padrões, contradições e nuances que podem não ser evidenciados por uma análise exclusivamente quantitativa.

Paralelamente, a abordagem quantitativa complementa a pesquisa ao permitir a análise de dados numéricos e estatísticos, que podem indicar tendências, correlações e impactos mensuráveis dentro do escopo investigado. A combinação dessas abordagens possibilita um entendimento mais abrangente do fenômeno, equilibrando interpretação teórica e evidências

empíricas, garantindo maior robustez e confiabilidade aos resultados da pesquisa.

Este trabalho se justifica pela necessidade de compreender o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, como o ponto principal na reconfiguração da economia brasileira e na retomada de um projeto neoliberal aprofundado. O golpe parlamentar não apenas representou uma ruptura democrática, mas também viabilizou a implementação de um conjunto de políticas que ampliaram a precarização do trabalho, reduziram o papel do Estado na economia e intensificaram a concentração de renda. O estudo se faz necessário porque a narrativa dominante tende a dissociar o *impeachment* dos interesses políticos e econômicos por trás do processo.

A escolha do período de 1990 a 2018 como recorte temporal desta pesquisa se justifica pelo fato de que, nesse intervalo, o Brasil passou por um processo contínuo de implementação e aprofundamento das políticas neoliberais no contexto democrático. O marco inicial se dá com o governo Collor, primeiro a adotar explicitamente as diretrizes neoliberais em sua política econômica, impulsionando a abertura comercial, privatizações e reformas estruturais. Nos governos subsequentes, tais políticas foram consolidadas e adaptadas, com destaque para o governo FHC, que aprofundou as privatizações e consolidou o tripé macroeconômico.

Os governos petistas (Lula e Dilma) representaram um afastamento parcial do neoliberalismo, ao combinarem a manutenção da estabilidade econômica com políticas de redistribuição de renda, fortalecimento do mercado interno e ampliação da atuação do Estado em setores estratégicos. No entanto, esse afastamento gerou resistência de setores econômicos e políticos, culminando na ruptura institucional de 2016 com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O governo Temer, que se seguiu ao golpe, retomou e aprofundou a agenda neoliberal em sua forma mais integral, implementando reformas estruturais como a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista.

Além da presente introdução, a dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, serão abordados os fundamentos do neoliberalismo, sua expansão na América Latina a partir dos anos 1970, sua relação com o CW, e o início de sua implementação no Brasil. O segundo capítulo irá apresentar o rompimento parcial do ideário neoliberal nos governos Lula e nos governos Dilma na primeira década do século XXI, demonstrando em que pontos houve o recuo do neoliberalismo e sua permanência na estrutura do Estado nesse período. No terceiro capítulo, resgatam-se os argumentos para o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil a partir da sua deposição, analisando as motivações por trás do processo. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – O NEOLIBERALISMO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BRASIL

Este capítulo trata do arcabouço teórico que fundamenta o neoliberalismo contemporâneo, passando pelo liberalismo clássico, o keynesismo e o neoliberalismo, que, em grande parte, surge como uma negação de ideias keynesianas que basearam as políticas econômicas predominantes no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Além disso, o capítulo debate a expansão das ideias neoliberais na América Latina, a partir da década de 1970, tendo o Chile como um caso emblemático. Ademais, analisa o início do neoliberalismo no Brasil, e sua expansão a partir do CW e o governo Collor.

1.1 OS FUNDAMENTOS DO NEOLIBERALISMO: UM BREVE HISTÓRICO

O liberalismo foi desenvolvido a partir do século XVIII sob princípios que incluem a crença de que os mercados funcionam melhor quando livres de interferências governamentais, com preços determinados pela oferta e demanda, e a defesa do direito à propriedade privada como essencial para a prosperidade e a liberdade individual (Harvey, 2008).

O liberalismo econômico enfatiza a importância da responsabilidade individual e na capacidade dos indivíduos de tomar decisões econômicas racionais, ao mesmo tempo em que defende a redução do papel do governo na economia, limitando suas funções à proteção da propriedade privada, manutenção da ordem pública e defesa nacional.

Esses princípios foram articulados por pensadores como Smith (2023) e Ricardo (1983), onde argumentavam que a busca individual pelo lucro resultava em benefícios coletivos, guiados por uma "mão invisível". O liberalismo econômico dominou o pensamento econômico no século XIX, mas enfrentou críticas e ajustes devido às desigualdades sociais e às crises econômicas que surgiram ao longo do tempo, perdendo espaço posteriormente para as ideias de keynesianas (Spínola, 2004).

Nesse contexto, quando a economia mundial se depara com a Grande Depressão de 1929, o pensamento liberal clássico perde fôlego, visto sua incapacidade para lidar com a crise. Assim, o pensamento keynesiano surge uma resposta à Grande Depressão de 1929, marcando o surgimento do período keynesiano.

Keynes, em 1936, criticou a crença liberal de que os mercados se autoregulariam para alcançar o pleno emprego e a estabilidade, pontuando que, diferente do pensamento dominante acreditava, o governo teria um papel fundamental na economia, principalmente durante crises como a de 1929, utilizando políticas fiscais e monetárias, regulando o nível de

atividade econômica, e estimulando, dessa forma, a demanda agregada.

Segundo Paulani (1999), a partir das ideias implícitas keynesianas de estado de bem-estar social, controle da demanda efetiva e na regulação fordista do sistema, o capitalismo prosperou tranquilamente por três décadas, crescendo de forma sustentada durante esse período, conhecido na literatura como "os anos de ouro", entre 1945 e 1971.

A abordagem keynesiana influenciou profundamente as políticas econômicas em todo o mundo, levando à adoção de medidas intervencionistas que priorizavam o controle do ciclo econômico, a redução do desemprego e a promoção do bem-estar social (Spínola, 2004).

Porém, concomitante a isso, o neoliberalismo, como um movimento intelectual e político, teve suas origens nas décadas de 1940 e 1950, quando um grupo de pensadores liderados por Friedrich Hayek começou a formular uma resposta ao crescimento do intervencionismo estatal e das políticas keynesianas.

As ideias neoliberais foram inicialmente desenvolvidas como uma crítica ao planejamento centralizado e ao coletivismo, que ganharam força após a Grande Depressão e durante a Segunda Guerra Mundial. Hayek (1979), junto com outros economistas como Von Mises (2010) e Friedman (2023), argumentava que a liberdade econômica era essencial para a liberdade individual e que os mercados livres eram a melhor maneira de organizar a economia.

Os neoliberais criticavam o liberalismo clássico por sua visão excessivamente otimista da capacidade dos mercados de se autorregular sem intervenção. Eles reconheceram que algumas formas de intervenção eram necessárias, mas essas deveriam ser limitadas e orientadas para garantir o funcionamento eficiente dos mercados. A proposta neoliberal incluía a promoção de políticas de desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado na economia. A fundação da Sociedade Mont Pelerin em 1947, por Hayek e outros intelectuais, foi um marco importante para o desenvolvimento e a disseminação do ideário. (Paulani, 1999).

Durante as décadas de 1950 e 1960, o neoliberalismo permaneceu em grande parte uma corrente intelectual, sem grande influência sobre as políticas econômicas dominantes, que continuavam a ser moldadas pelo keynesianismo. No entanto, a crise econômica dos anos 1970, caracterizada pelo estagflação criou um ambiente propício para que as ideias neoliberais ganhassem destaque. As políticas keynesianas, que haviam sido eficazes na promoção do crescimento econômico e na redução do desemprego após a Segunda Guerra Mundial, mostraram-se incapazes de lidar com a nova conjuntura econômica.

Foi nesse contexto que Milton Friedman e seus seguidores começaram a exercer uma

influência significativa sobre a política econômica. Friedman (1976), através de suas obras e de sua atuação como conselheiro de líderes políticos, defendeu uma política monetária rigorosa para controlar a inflação e uma redução do papel do Estado na economia.

Segundo Harvey (2008), a teoria neoliberal ganhou força e prestígio acadêmico quando Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976, foram laureados com o Nobel de economia. Logo em seguida, a eleição de líderes como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos (EUA) marcou o início da implementação das políticas neoliberais em larga escala (Paulani, 1999). Esses líderes promoveram a desregulamentação dos mercados, a privatização de empresas estatais e a redução dos gastos públicos, buscando revitalizar suas economias através da iniciativa privada e do funcionamento eficiente dos mercados (Harvey, 2008).

Nesse contexto, a globalização é frequentemente vista como uma extensão natural do desenvolvimento capitalista, emergindo com o declínio do feudalismo e o surgimento do mercantilismo. Ianni (1998) argumenta que, embora a globalização pareça um fenômeno moderno, suas raízes podem ser traçadas até os primórdios do capitalismo. Este processo implica a interconexão e a interdependência crescentes entre as nações, resultando na integração de economias, culturas e políticas em uma escala global.

Dessa forma, o neoliberalismo, com sua ênfase em mercados livres, privatização e desregulamentação, tem sido um motor significativo da globalização contemporânea. Harvey (2008) aponta que o neoliberalismo promove a liberação das atividades econômicas, reconhecendo a primazia das liberdades econômicas como fundamentais para a organização social. Sob o neoliberalismo, os Estados reformam-se para minimizar a intervenção governamental na economia, promovendo a privatização de empresas estatais e serviços públicos.

Além disso, cabe salientar que a globalização, impulsionada pelo neoliberalismo, tem impactos profundos e variados nas economias e sociedades ao redor do mundo. Dessa forma, a globalização das forças produtivas e das relações de produção, onde o capital e as tecnologias atravessam fronteiras, integrando mercados e alterando dinâmicas econômicas. Este processo acarreta desigualdades e tensões, refletindo um desenvolvimento desigual e combinado. Cabe salientar, também, a dualidade entre globalização e neoliberalismo, pois nesse momento, há uma relação mútua, onde um depende e usa o outro para se expandir.

1.2 A EXPANSÃO DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO

Segundo Paulani (1999), os fundamentos do neoliberalismo permaneceram restritos ao campo teórico por mais de duas décadas, até que a crise da década de 1970 proporcionou um ambiente favorável para sua disseminação. A partir desse momento, ocorre uma inversão de perspectivas, na qual o Estado passa a ser percebido como um obstáculo, enquanto o mercado surge como a solução. Nessa nova abordagem em ascensão, criou-se a ideia de que a abertura econômica, a redução do papel estatal e a contenção de seus gastos seriam capazes de resolver todas as dificuldades enfrentadas.

Após a ampla expansão produtiva ocorrida no período pós-Segunda Guerra Mundial, o capitalismo global ingressou em uma fase caracterizada por uma intensa financeirização. Esse novo estágio foi definido por um expressivo crescimento das transações financeiras, que, ao final dos anos 1970, já ultrapassavam o volume do comércio internacional. A ampliação do setor financeiro ao longo das décadas de 1970 e 1980 se consolidou como a principal dinâmica da acumulação de capital em nível global, configurando-se como uma resposta às crescentes pressões competitivas decorrentes do expressivo crescimento econômico verificado durante as chamadas "décadas de ouro" (Arrighi, 1996).

De acordo com Belluzo e Galípolo (2017), na década de 1970, o modelo de capitalismo "social" e "internacional" que prevaleceu no período imediatamente posterior à Segunda Guerra enfrentou desafios decorrentes do impacto do primeiro choque do petróleo, da estagflação e do crescente endividamento dos países periféricos, agravado pela reciclagem dos petrodólares. A inflação foi contida por meio da elevação das taxas de juros implementada por Paul Volcker, então presidente do *Federal Reserve System* (FED) dos EUA, em 1979. Embora essa decisão tenha conduzido os EUA à recessão, ela não só conseguiu reduzir a inflação de dois dígitos no país, como também reafirmou o dólar como moeda de reserva global, mitigando os riscos de fragmentação do sistema monetário internacional.

No âmbito monetário, o regime de paridades cambiais fixas, instituído pelo acordo de Bretton Woods em 1944 e supervisionado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), foi descontinuado em 1971, quando os EUA declararam a inconvertibilidade do dólar. Esse evento marcou o início de um sistema de câmbio flutuante, que possibilitou a ocorrência de movimentos especulativos contra determinadas moedas. A introdução das taxas de câmbio flutuantes permitiu solucionar o problema do déficit norte-americano, ao proporcionar maior liberdade para a emissão de dólares destinados à circulação internacional (Laidler, 2006).

Nesse contexto, conforme Paulani (1999), os EUA implementaram a reaganomics durante o governo de Ronald Reagan, enquanto no Reino Unido, sob a liderança de Margaret Thatcher, foi adotada a abordagem da supply-side economics. De acordo com Fernandes (1995, p.12), “ambos os governos tinham como objetivo diminuir o tamanho agregado do setor público, restringir os gastos voltados ao bem-estar social, reduzir a carga tributária e aumentar os investimentos em defesa e justiça”.

1.3 O INÍCIO DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: O CASO CHILENO

O neoliberalismo chileno, implementado durante a ditadura de Augusto Pinochet entre 1973 e 1990, constitui um capítulo singular na história econômica da América Latina. Este modelo, baseado em princípios de liberalização econômica, desregulamentação e privatização, divergiram significativamente das políticas adotadas pelas demais ditaduras militares da região, que frequentemente optavam por modelos de substituição de importações e proteção do mercado interno (Santos, 2018).

A política econômica de Pinochet foi caracterizada por um drástico arrocho salarial, desvalorização da moeda e cortes profundos nos benefícios sociais, resultando em um empobrecimento generalizado da população. Estima-se que cerca de 45% da população chilena vivia abaixo da linha da pobreza durante este período, consequência direta das políticas neoliberais implementadas. Essas medidas, embora austeras, foram bem vistas pelas potências do norte, que viam o Chile como um "porto seguro" e um aliado confiável em um continente marcado por instabilidades econômicas (Santos, 2018).

A abertura econômica promovida pelo governo Pinochet incluiu um forte processo de privatizações, reduzindo a participação do Estado na economia de 60% para cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB). Este processo de liberalização conhecida como o "Milagre Chileno" pelos seus defensores contrastava com as economias sul-americanas que mantinham altas tarifas alfandegárias e políticas protecionistas (Ibarra, 2011).

A política externa chilena sob Pinochet também refletia os princípios neoliberais, com uma forte ênfase na liberalização do comércio mundial e a busca por acordos de livre comércio, muitas vezes, em detrimento da integração regional. Este alinhamento com potências extra-regionais, como EUA, Japão e países europeus, contribuiu para uma menor integração do Chile em blocos econômicos sul-americanos, como o Mercosul (Harvey, 2008).

Dessa forma, as políticas adotadas por Pinochet priorizaram alianças com potências extra-regionais e promoveram uma economia de mercado desregulamentada, em contraste

com as políticas protecionistas e de substituição de importações dos demais países da região. Essa orientação teve implicações duradouras na inserção do Chile nos blocos econômicos da América Latina e na sua posição no cenário econômico global (Santos, 2018).

1.4 CONSENSO DE WASHINGTON (1989)

Em novembro de 1989, reuniram-se em Washington funcionários do governo dos EUA, FMI, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e economistas acadêmicos latino-americanos, em um encontro convocado pelo Instituto de Economia Internacional, com o seguinte tema: *Latin Americ Adjustment: How Much has Happened?* Após ser passada a mensagem neoliberal, ocorreu que, de maneira muito rápida, admitiu-se abertamente a falência do Estado, tido como incapaz de formular política macroeconômica.

Dessa forma, não havia mais uma discussão sobre se o Estado devia ou podia ser o empresário, ou se podia ou devia monopolizar atividades estratégicas. Simplesmente, tornou-se um consenso que o Estado não era mais capaz de realizar um atributo essencial da soberania: o de fazer política monetária e fiscal.

Dessa forma, as políticas de estabilização deveriam fazer uso de um regime cambial centrado na dolarização direta (ou indireta) da economia, com sobrevalorização da moeda nacional, e uma política monetária passiva, ignorando completamente a perda de soberania que tal atitude implicaria ao adotar essa medida. Concomitantemente, a liberalização comercial e financeira seria de extrema necessidade. Além disso, deveria também haver uma abertura unilateral e rápida dos mercados nacionais, que, segundo o “Consenso”, atrairia capitais externos e possibilitaria a inserção competitiva dos países da América Latina na economia mundial (Porto, 2009).

Condizente com essa concepção considerou os subsídios às exportações e o protecionismo como práticas ineficientes para a alocação de recursos, o que ia contra os interesses do consumidor nacional. Os investimentos estrangeiros diretos foram considerados como instrumento de complementação da poupança nacional e da transferência de tecnologia, devendo, então, ter um tratamento no mínimo igual ao capital nacional (Batista, 1994).

As privatizações e a desregulamentação das atividades econômicas, segundo o CW, possibilitariam a maior participação de capitais estrangeiros, sob o pré-julgamento de uma possível maior eficiência e competitividade das empresas privadas, além de ter a função fiscal, de curto prazo, de abater as dívidas dos governos. E por fim, pôs em destaque a defesa

da propriedade industrial, através da concessão de monopólio para os patenteados (Filgueiras, 2000). As propostas de Washington implicavam numa drástica redução do Estado, na corrosão do conceito de nação, no máximo de abertura à importação e na entrada de capital de risco.

O CW desempenhou um papel crucial no avanço do neoliberalismo no Brasil, sendo um dos marcos que orientou as políticas econômicas do país a partir dos anos 1990. A adoção dessas diretrizes no Brasil foi vista como uma necessidade para atrair investimentos estrangeiros, recuperar a confiança dos mercados internacionais e integrar o país na economia global. Nesse sentido, o Consenso não se limitou a ser um conjunto de recomendações técnicas; ele representou um marco ideológico que orientou as políticas econômicas brasileiras nas décadas seguintes.

A implementação das políticas neoliberais, orientadas por esse consenso, resultou em uma série de reformas estruturais, como a abertura comercial, a privatização de setores estratégicos da economia e a reforma do sistema previdenciário (Filgueiras, 2006).

1.5 A ERA COLLOR E O PLANO NEOLIBERAL NO BRASIL

A vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 representou um marco na história política do Brasil e foi recebida com grande entusiasmo, tanto pelas elites nacionais, quanto pelos agentes internacionais. Collor foi o primeiro presidente eleito por voto direto após o período da ditadura militar, e sua campanha foi marcada por uma retórica de modernização e combate à corrupção, que ressoou fortemente em um país desgastado por crises econômicas e políticas (Antunes, 2022).

Collor se apresentou como um *outsider*, um político jovem e dinâmico, capaz de romper com o que ele chamava de "velha política" e de enfrentar os desafios do Brasil de maneira inovadora. Segundo Bresser-Pereira (1991), embora houvesse frustração com a Nova República e revolta com os políticos, especialmente os do PMDB, o retorno ao passado não era uma opção. Collor representava o futuro, sendo visto como uma esperança por milhões de eleitores. Seu discurso de combate aos "marajás" do serviço público e sua promessa de implementar uma agenda econômica liberal, com foco na abertura comercial e na privatização, encontraram ressonância nas classes dominantes brasileiras, que viam nele uma oportunidade de implementar as reformas necessárias para modernizar o país e integrar a economia brasileira ao cenário global.

Durante o governo Collor, o Brasil passou por um período marcante de transformação

econômica e reformas, caracterizado pela adoção de políticas neoliberais. Este governo foi o primeiro no Brasil a adotar plenamente o neoliberalismo como a base central de sua política econômica, refletindo uma mudança significativa em relação às administrações anteriores, que haviam implementado apenas medidas esporádicas desse ideário.

Essas reformas, no entanto, tiveram consequências adversas. O impacto social das políticas neoliberais foi severo, com o aumento do desemprego e a redução dos salários. A economia brasileira entrou em recessão, com o PIB registrando quedas significativas, especialmente em 1990, quando houve uma contração de 4,4%. Além disso, a inflação, que o governo pretendia controlar, permaneceu alta, atingindo níveis alarmantes, como o índice de 991,4% em 1992 (Gennari, 2001).

Internacionalmente, Collor também foi bem recebido. Sua plataforma econômica estava alinhada com as diretrizes do CW, o que gerou grande otimismo entre investidores estrangeiros, instituições financeiras internacionais e governos das principais economias do mundo. Sua vitória foi vista como um sinal de que o Brasil estava disposto a adotar as reformas neoliberais que eram defendidas globalmente como o caminho para o desenvolvimento econômico e a estabilidade. O apoio ao livre mercado, à desregulamentação e à privatização fez de Collor um candidato ideal aos olhos das potências econômicas, que estavam ansiosas por fortalecer laços comerciais e de investimento com o Brasil (Araújo, 2002).

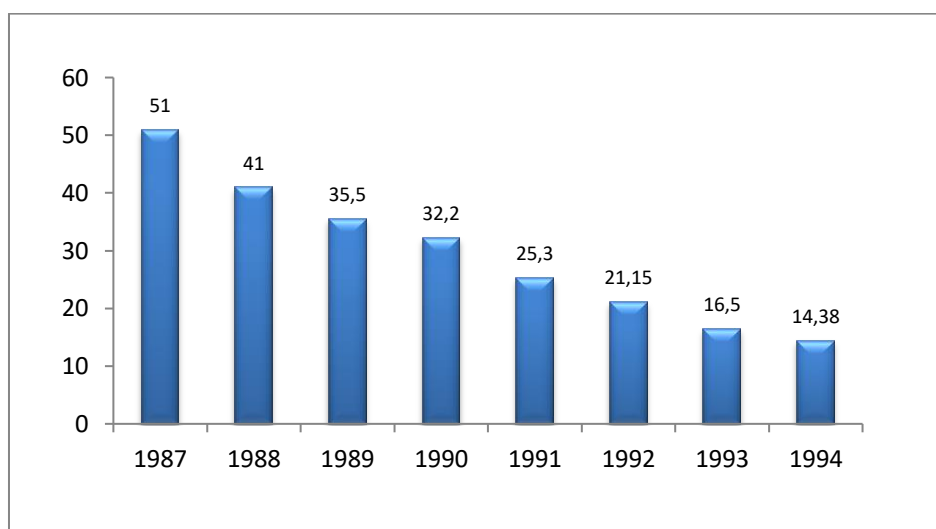
Uma das primeiras medidas do governo Collor foi a abertura econômica, que consistiu na drástica redução das tarifas de importação e na remoção de barreiras protecionistas que haviam sido estabelecidas ao longo das décadas anteriores. Essa política tinha o objetivo de expor a indústria brasileira à concorrência externa, forçando-a a se modernizar e se tornar mais eficiente. No entanto, a abertura econômica foi implementada de maneira abrupta e sem um plano de transição adequado, o que levou muitas indústrias nacionais a entrarem em crise, incapazes de competir com os produtos importados, mais baratos e, muitas vezes, de melhor qualidade (Maciel, 2011).

A primeira revisão tarifária se deu em 1987, quando assumia Maílson da Nóbrega. Alguns regimes especiais de importações foram eliminados e iniciou-se uma redução tarifária de vários produtos. Barreiras às importações foram derrubadas, assim como guias e autorizações especiais. O governo Collor acabou com qualquer sombra de proibição às importações que ainda restava, como também acabou com a reserva de mercado em informática, dentre outros setores da economia (Mantega, 2001).

No processo, o governo retirou os estímulos às exportações, acelerando também as

reduções de tarifas às importações, tendo como ponto mais baixo o ano de 1994, sob o argumento de inserir as empresas brasileiras à competição com as empresas internacionais. No Figura 1, abaixo, pode-se verificar a evolução descendente das tarifas de importação. Percebe-se a participação do governo anterior ao de Collor, como já foi citado anteriormente, na investida em prol da abertura econômica (Mantega, 2001).

Gráfico 1 - Brasil: Percentual das tarifas médias de importação – 1987 a 1994



Fonte: Baer (2009)

O governo Collor ampliou as mudanças no regime de importações do País, dando destaque à eliminação das restrições não-tarifárias, a manutenção da redução gradual das alíquotas de importação, desta vez por meio de um cronograma de redução tarifária, e a extinção de quase todos os regimes especiais de importação (Azevedo; Portugal, 1998).

No que diz respeito às tarifas, foi estabelecido um cronograma de redução das alíquotas de importação que previa a diminuição gradual da tarifa média no período de janeiro de 1991 a dezembro de 1994, como se pode observar na Tabela 1. Para isso, foi adotado um critério que classificou cerca de 13.500 produtos em sete grupos, com alíquotas de importação variando entre zero e 40%. Os principais critérios para essa classificação foram o grau de competitividade, a existência de produção doméstica e a estrutura tarifária vigente. (Azevedo; Portugal, 1998).

No entanto, o cronograma foi antecipado nos anos de 1992, 1993 e 1994, devido à utilização da abertura comercial como elemento central no controle da inflação, tanto no período que precedeu o Plano Real quanto após sua implementação, conforme Tabela 1, abaixo.

Tabela 1 - Brasil: Evolução da tarifa nominal - 1991 a 1995

Evolução da tarifa nominal (1991 - 1995)						
	Ano	1991	1992	1993	1994	1995
Tarifa nominal efetiva	Média	25,3	20,8	16,5	14	12,6
Cronograma previsto		25,3	21,2*	17,1*	14,2*	12,6

Nota: (*) O cronograma previsto em 1991 foi posteriormente antecipado nesses anos.

Fonte: Azevedo e Portugal (1998).

Entre 1990 e 1993, a maioria dos regimes especiais de importação foi eliminada, permanecendo apenas aqueles relacionados às exportações, à Zona Franca de Manaus e a acordos internacionais. Como consequência, houve uma redução no valor das importações que dependiam desses incentivos, com exceção de petróleo e trigo. A incidência dos regimes especiais sobre o total das importações caiu de 75,8% em 1986 para 50,4% em 1991, após as reformas do novo governo. Durante esse período, o valor das importações totais aumentou 49,8%, passando de US\$ 14,044 bilhões para US\$ 21,0 bilhões, enquanto as importações sob os regimes especiais permaneceram estagnadas, em torno de US\$ 8,5 bilhões.

Entre 1989, último ano da primeira fase da abertura, e 1993, último ano da segunda fase, o valor das importações totais aumentou 38,3%, passando de US\$ 18,263 bilhões para US\$ 25,256 bilhões. No mesmo período, estimativas da Funcex indicam que o volume importado cresceu 70,7%. A diferença entre o valor e o volume das importações se deve à queda dos preços das importações, que recuaram 10,1% entre 1989 e 1993. Embora o valor das importações tenha crescido a uma média anual de 8,4% nesse período, abaixo dos 10,2% observados na primeira fase (1988/89), o desempenho do volume importado superou significativamente o da primeira fase, registrando um crescimento médio anual de 14,3% entre 1989 e 1993, comparado aos 8,3% do biênio 1988 e 1989 (Azevedo; Portugal, 1998).

Na Tabela 2, abaixo, as importações e exportações brasileiras no período de 1990-1993:

Tabela 2 - Brasil: Evolução da taxa de câmbio, exportações, importações e balança comercial do Brasil - 1990-1993 - (milhões US\$)

Ano	Taxa de Câmbio	Exportações	Variação (%)	Importações	Variação (%)	Balança comercial	Variação (%)
1990	168,59	31 414	-	20 661	-	10 752	-
1991	1.068,70	31 620	1%	21 040	2%	10 580	-2%
1992	12.387,00	35 793	13%	20 554	-2%	15 239	44%
1993	326,095	38 555	8%	25 256	23%	13 299	-13%

Fonte: Santos e Alves (2018)

Em 14 de abril de 1990 foi inaugurado o programa de privatizações do governo Collor, envolvendo principalmente empresas do setor petroquímico e siderúrgico. Foi concedido ao programa uma gama de facilidades às privatizações tendo ampla aceitação de espectro de moedas, como por exemplo, títulos de dívidas públicas, cruzados novos e antigos, moedas podres e papéis da dívida externa. Contudo, as privatizações viriam a ocorrer só depois, em outubro de 1991, tendo até dezembro já privatizado cinco empresas estatais. De início, a participação estrangeira se limitava a 40% do capital, tendo direito ao voto e com desconto máximo para a conversão de dívidas fixada em 25%. Ademais, o capital estrangeiro deveria ficar no país ao menos 12 anos. Entretanto, ainda no governo Collor essas restrições seriam derrubadas (Mantega, 2001).

Ao assumir o cargo, Collor implementou um programa agressivo de desestatização, argumentando que as privatizações eram necessárias para modernizar a economia, aumentar a eficiência dos serviços e reduzir o déficit público. O processo de privatização, iniciado de forma acelerada, focou inicialmente em setores como a siderurgia, que eram vistos como pouco estratégicos em comparação com outros, como o de energia e telecomunicações, que seriam privatizados mais adiante (Filgueiras, 2000).

As privatizações do governo Collor foram recebidas com entusiasmo por investidores, tanto nacionais quanto internacionais, que viam nessas medidas uma oportunidade para expandir seus negócios no Brasil. No entanto, o processo também foi alvo de críticas, especialmente de setores que consideravam as privatizações como uma forma de desmonte do patrimônio público, conduzidas sem a devida transparência e sem garantias de que os recursos obtidos seriam utilizados para promover o desenvolvimento econômico e social do país (Araújo, 2002).

Durante o governo Collor, as empresas estatais do setor de infraestrutura se destacaram como o principal alvo das privatizações. Este processo foi formalmente iniciado com a promulgação da Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o primeiro Programa Nacional de Desestatização (PND). Na Tabela 3, abaixo, as empresas privatizadas e por quanto foram vendidas.

Tabela 3 - Brasil: Privatizações do período 1990-1993

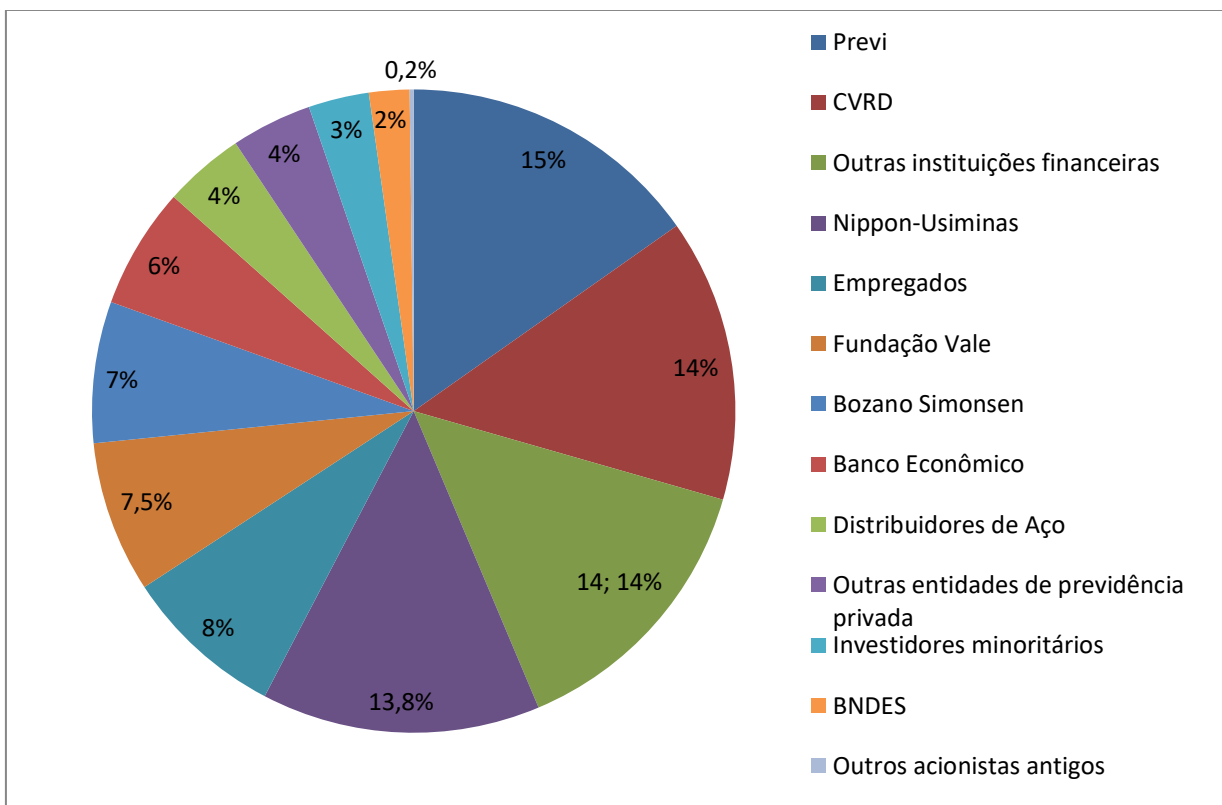
Privatizações no governo Collor	
Empresa privatizada	Valor da venda (em US\$ milhões)
Usiminas	1.112,40
Companhia Petroquímica do Sul (Copesul)	797,1
Cia Aços Especiais Itabira (Acesita)	465,4
Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)	347,4
Petroflex Ind. e Com. S.A.	234,1
Fertilizantes Fosfatados (Fosfértil)	182
Aços Finos Piratini S.A.	107,9
Celma	90,7
Companhia Nacional de Álcalis (CNA)	81,4
Companhia Industrial de Polipropileno (PPH)	59,4
Polisul Petroquímica S.A.	56,8
Marfesa	48,4
Nitriflex S.A. Ind. e Com.	26,2
Cosinor	13,7
Goiás Fertilizantes S.A. (Goiasfértil)	13
Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP)	12
Companhia Brasileira de Estireno (CBE)	10,9
Indag S.A.	6,8
Total	3.665,6

Fonte: Rodrigues e Jurgensfeld (2019)

Há dois casos emblemáticos no processo de privatização do governo Collor: Usiminas e Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). A Usiminas, vendida por US\$ 1,1 bilhão, foi a maior transação em termos de valor ocorrida entre 1991 e 1992. O próprio governo apontava a estatal como uma das empresas mais eficientes do mundo. Antes do leilão, a composição acionária era distribuída entre Siderbrás/BNDES (85,3%), BNDES/opções minoritárias (9,4%), Nippon-Usiminas (5,0%) e outros acionistas antigos (0,3%). Para além do aumento do capital estrangeiro no país, a venda da Usiminas representou, também, um processo de concentração e centralização de capitais no setor de siderurgia no Brasil.

Após o processo de alienação, a distribuição do controle acionário da empresa foi reorganizada, conforme Figura 2.

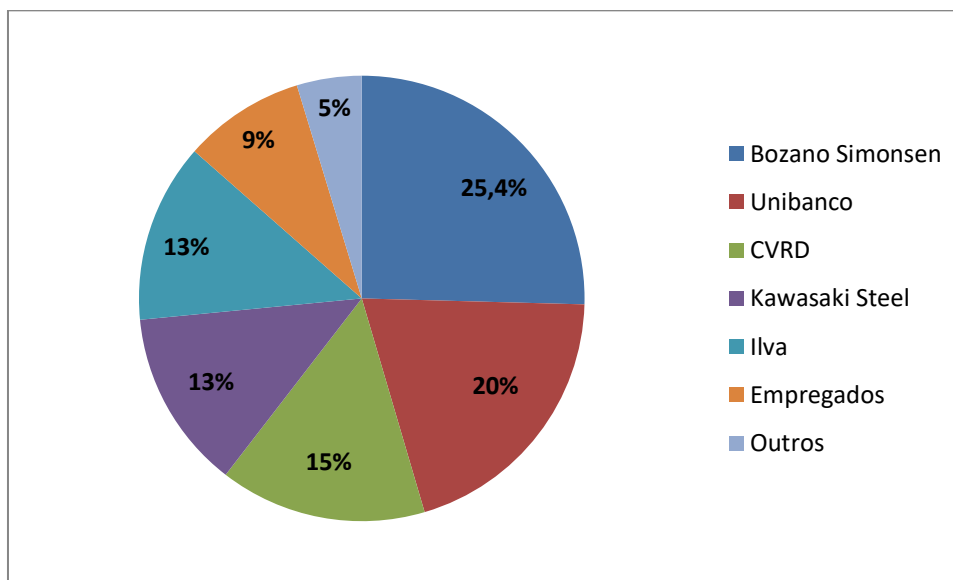
Gráfico 2 - Brasil: Alienação, a distribuição do controle acionário da Usiminas



Fonte: Rodrigues e Jurgenfeld (2019)

No caso da CST, responsável pela produção de placas de aço, foi a privatização mais expressiva em termos monetários (US\$ 347,4 milhões), avançando na venda dos ativos nacionais para o capital estrangeiro. Antes da venda, a estatal tinha no seu controle acionário as seguintes empresas: Siderbrás/CSN (74,0%), Kawasaki Steel (13%), Ilva (13%) e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (0,1%). Posteriormente à venda, ficou a cargo destes controladores: bancos Bozano, Simonsen e Unibanco, com 25,4% e 20%, além do mantimento dos investidores japoneses da Kawasaki Steel em 13% e o aumento de participação da CVRD para 15%, conforme Figura 3.

Gráfico 3 - Brasil: Distribuição do controle acionário da Usiminas após privatização



Fonte: Rodrigues e Jurgensfeld (2019)

Outra política fundamental do governo Collor foi a desregulamentação. O objetivo era simplificar a burocracia, reduzir as barreiras à entrada de novas empresas no mercado e flexibilizar as relações de trabalho. O governo acreditava que a desregulamentação estimularia o empreendedorismo e atrairia investimentos estrangeiros. No entanto, essas medidas também resultaram em maior precarização do trabalho e em um aumento significativo do desemprego, especialmente nos setores industriais mais afetados pela abertura econômica (Bresser-Pereira, 1991).

A austeridade fiscal foi outra pedra angular do neoliberalismo no governo Collor. A equipe econômica do presidente adotou uma série de medidas para reduzir o déficit público, incluindo o corte de subsídios, a redução de gastos sociais e a demissão de funcionários públicos. Além disso, Collor implementou um controverso plano de confisco da poupança dos brasileiros, uma medida drástica para combater a hiperinflação. Esse plano, conhecido como Plano Collor, congelou as contas correntes e de poupança acima de determinado valor por um período, o que gerou enorme insatisfação popular e crises de confiança no sistema financeiro (Araújo, 2002).

Do ponto de vista social, as políticas neoliberais implementadas pelo governo Collor aprofundaram as desigualdades. A redução dos gastos sociais e as políticas de austeridade afetaram desproporcionalmente as camadas mais pobres da população, exacerbando a pobreza e a exclusão social. A desregulamentação do mercado de trabalho e o aumento do desemprego contribuíram para a precarização das condições de vida de muitos trabalhadores.

A flexibilização das relações de trabalho no Brasil, particularmente durante os anos 1990, foi marcada por um contexto global e nacional que influenciou profundamente as práticas de contratação, remuneração e jornada de trabalho. Como já citado, a economia brasileira passou por um processo de abertura econômica e implementação de políticas neoliberais, em consonância com o CW. A política salarial e o mercado de trabalho foram fortemente impactados pelas medidas econômicas adotadas com o intuito de estabilizar a inflação descontrolada (Cardoso Junior, 2001).

A agenda neoliberal dessa década, que incluía a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho, tornou-se uma justificativa para ajustes que visavam preparar o país para supostamente competir com o mercado internacional. No entanto, esses ajustes ocorreram com forte impacto no mercado de trabalho, precarizando as condições de emprego e favorecendo a terceirização e outras formas de contratação flexível (Krein, 2007).

Dessa forma, a flexibilização das formas de contratação foi uma das características centrais desse período. Empresas no Brasil começaram a utilizar mecanismos para ajustar o número de empregados conforme suas necessidades econômicas, o que resultou em alta rotatividade no emprego. Além do contrato tradicional por prazo indeterminado, outros tipos de contratação atípica, como o contrato temporário, contratos por obra certa e terceirizações, foram amplamente utilizados (Oliveira; Moraes, 2024).

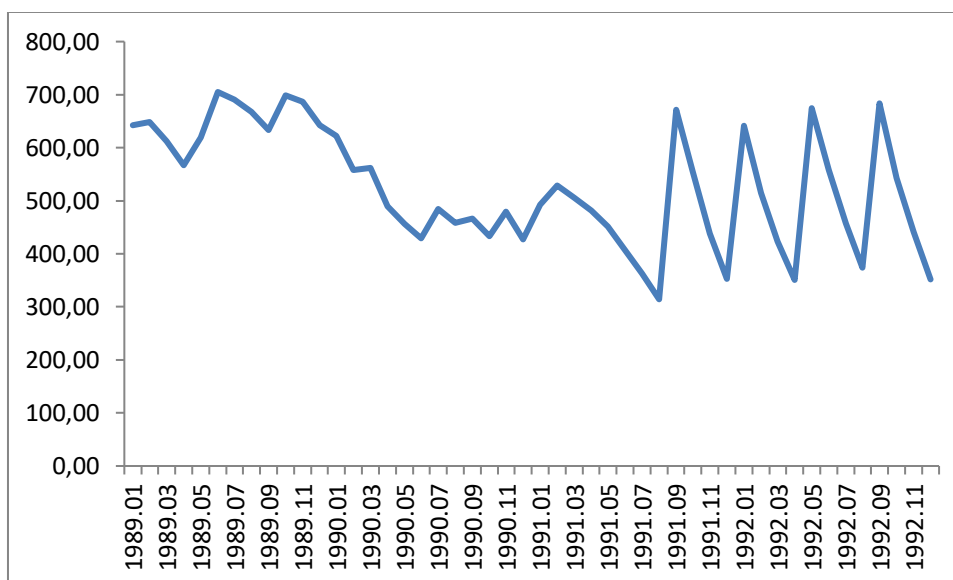
Além disso, outro elemento fundamental da flexibilização foi a alteração na gestão do tempo de trabalho. As empresas começaram a utilizar mecanismos como o banco de horas e a compensação individual para ajustar a jornada de trabalho de acordo com suas necessidades. Isso permitiu que, em vez de pagar horas extras, os empregadores ajustassem as horas trabalhadas a períodos de maior ou menor demanda, sem um custo adicional (Krein, 2007).

Para combater o cenário inflacionário, uma das primeiras ações foi a edição da Medida Provisória nº 154, em 15 de março de 1990, que introduziu uma nova sistemática de reajuste de preços e salários. Diferente dos congelamentos anteriores, a proposta de Collor permitia uma certa flexibilidade, ajustando os salários periodicamente com base em um índice pré-fixado, que media a variação da cesta básica. Essa abordagem, no entanto, provocou descontentamento entre os trabalhadores, especialmente sindicalistas, que argumentavam que os assalariados perderiam poder de compra (Santos, 1991).

Os reajustes salariais propostos no plano eram inferiores à inflação real. A exemplo disso, temos que os salários pagos em março de 1990 foram reajustados com base na inflação de fevereiro, mas permaneceram congelados até abril, e a diferença entre a inflação real e o índice aplicado deveria ser negociada entre patrões e empregados, sem ser incorporada aos

preços. Essa prática gerou uma série de protestos, pois os trabalhadores sentiram as perdas salariais, conforme gráfico 4.

Gráfico 4 - Brasil: Evolução do salário real (1989-1992)



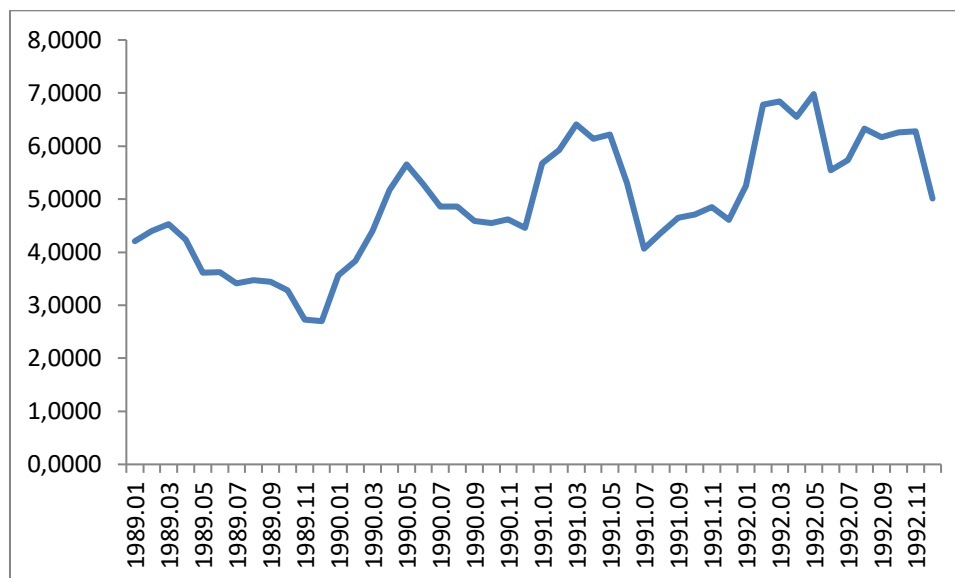
Fonte: Ipeadata (2025)

Além disso, o governo autorizou, por meio de um projeto de lei debatido no Senado, que empresas pudessem reduzir salários para evitar demissões, causando mais controvérsia, especialmente entre os sindicalistas que viam a medida como inconstitucional e um ataque ao princípio da irredutibilidade salarial (Santos, 1991).

Ao longo do governo, a tensão entre o poder Executivo e o movimento sindical aumentou. O governo tentou manter o controle sobre os reajustes salariais para impedir que a espiral de aumentos salariais e de preços retornasse, mas isso trouxe impactos severos sobre os trabalhadores. A proposta de livre negociação entre patrões e empregados foi bastante criticada, principalmente porque as categorias menos organizadas teriam dificuldade em conseguir aumentos salariais adequados (Cardoso Junior, 2001).

A rigidez do controle sobre os salários, combinada com uma economia em recessão, levou a um aumento no número de greves. Trabalhadores de diferentes setores se mobilizaram contra a política salarial do governo, que consideravam insuficiente para repor as perdas inflacionárias. O mercado de trabalho enfrentou uma alta taxa de desemprego, com conforme gráfico 5.

Gráfico 5 - Brasil: Evolução da taxa de desemprego (1989-1992)



Fonte: Ipeadata (2025)

O controle de salários também teve reflexos no poder de compra da população. Os salários pagos em março de 1990 valiam metade do que valiam em fevereiro de 1989. Esse arrocho salarial prejudicou significativamente o bem-estar dos trabalhadores, e as tentativas do governo de reduzir a inflação sem ajustar os salários adequadamente foram alvo de críticas de economistas e sindicalistas (Cardoso Junior, 2001).

As relações de trabalho durante o governo Collor também foram marcadas pela judicialização das questões salariais. O governo tentou, por meio de medidas provisórias, suspender decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho que concediam aumentos baseados na inflação passada. No entanto, essas medidas foram derrubadas pelo Congresso, em uma das primeiras grandes derrotas do governo no Legislativo. A luta entre o governo e os trabalhadores pela recomposição das perdas salariais foi intensa, e os sindicatos buscaram garantir mecanismos que assegurassem a reposição inflacionária (Santos, 1991).

Dessa forma, a implementação do neoliberalismo no governo Collor gerou uma crise de hegemonia no bloco no poder, revelando as tensões internas e a falta de consenso entre as elites econômicas sobre o caminho a ser seguido. As políticas neoliberais, ao exacerbarem as desigualdades sociais e ao não conseguirem estabilizar a economia, contribuíram para a perda de legitimidade do governo e seu subsequente isolamento político. Essa crise culminou no processo de *impeachment* de Collor, marcado por denúncias de corrupção que minaram sua base de apoio (Maciel, 2011).

1.6 A CONSOLIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: O GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994) E OS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

O governo Itamar Franco, que assumiu a presidência do Brasil em 1992 após o *impeachment* de Fernando Collor, é frequentemente ofuscado pela importância de seu sucessor, FHC, e pelo Plano Real. No entanto, Itamar teve um papel crucial na continuidade e aprofundamento das políticas neoliberais iniciadas por Collor, especialmente no que diz respeito às privatizações e à abertura econômica ao capital estrangeiro. Embora sua presidência tenha sido curta, as medidas adotadas durante seu governo impactaram profundamente a estrutura econômica do país, consolidando o modelo neoliberal que viria a prevalecer nos anos subsequentes.

Itamar Franco, ao assumir a presidência em 29 de dezembro de 1992, herdou um país em crise econômica e política. Inicialmente, seu governo foi marcado por incertezas quanto à sua postura econômica. Havia quem esperasse que Itamar, por sua origem política e inclinações mais nacionalistas, abandonasse o programa neoliberal de seu antecessor. A crítica era amplamente feita por setores da ortodoxia econômica que temiam um afastamento das reformas pró-mercado. Entretanto, Itamar surpreendeu ao manter, e até mesmo aprofundar, muitas das políticas neoliberais iniciadas por Collor.

Um dos principais aspectos da política econômica de Itamar Franco foi a continuidade do programa de privatizações. Esse programa, que começou no governo Collor com o I PND, tinha como objetivo diminuir o papel do Estado na economia, transferindo o controle de empresas estatais para a iniciativa privada. As privatizações realizadas durante o governo de Itamar Franco focaram principalmente em setores estratégicos como siderurgia, petroquímica, fertilizante e, de maneira significativa, a Embraer, uma das maiores empresas do setor aeronáutico.

As privatizações foram justificadas pelo governo como uma forma de modernizar a economia, aumentar a competitividade e atrair investimentos estrangeiros. A desestatização dos setores siderúrgico e petroquímico foi uma prioridade, e empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Açominas e Cosipa foram vendidas para o setor privado durante o primeiro ano de governo de Itamar, em 1993. Essas empresas eram consideradas pilares da indústria brasileira e sua venda marcou o início de uma nova fase na relação entre o Estado e a economia, com uma menor interferência estatal e maior protagonismo do setor privado (IPEA, 1996).

A CSN, por exemplo, foi vendida por US\$ 1,27 bilhão em um leilão que atraiu grande

interesse de investidores estrangeiros. A empresa, uma das maiores siderúrgicas do Brasil, era responsável por uma significativa parte da produção de aço do país e sua privatização representou uma mudança fundamental na estrutura do setor. A venda da CSN não foi um evento isolado; o governo de Itamar conduziu uma série de outras privatizações no setor siderúrgico, incluindo a venda de empresas como Açominas e Cosipa, consolidando a retirada do Estado desse setor crucial para o desenvolvimento industrial (IPEA, 1996).

No setor petroquímico, o governo de Itamar também promoveu a privatização de empresas estratégicas como Ultrafertil, Poliolefinas e Oxiteno. Essas empresas eram fundamentais para a produção de insumos químicos essenciais para diversas indústrias, desde a produção de fertilizantes até o setor de plásticos. A venda dessas empresas foi vista como parte de um esforço mais amplo para reduzir o controle estatal sobre setores produtivos e atrair capital estrangeiro, já que a indústria petroquímica global estava em rápida expansão e o Brasil precisava modernizar suas instalações para competir internacionalmente.

Uma das privatizações mais polêmicas do governo Itamar foi a da Embraer, uma das maiores e mais importantes empresas brasileiras. Fundada em 1969, a Embraer era um símbolo da capacidade tecnológica do Brasil e sua venda para o setor privado em 1994 gerou intensos debates sobre a soberania nacional e o papel do Estado no desenvolvimento de setores estratégicos. A privatização da Embraer foi justificada pelo governo como necessária para que a empresa pudesse competir no mercado global, modernizar sua produção e ampliar sua capacidade de inovação. No entanto, críticos argumentaram que a venda de uma empresa de alta tecnologia como a Embraer para o setor privado, especialmente para investidores estrangeiros, colocava em risco o controle nacional sobre um setor estratégico.

Outro aspecto central da política neoliberal de Itamar foi a renegociação da dívida externa brasileira. O Brasil estava profundamente endividado e a renegociação da dívida era vista como uma prioridade para estabilizar a economia e atrair novos investimentos. Itamar Franco deu continuidade às negociações iniciadas por Collor no âmbito do Plano Brady, um acordo que permitia a reestruturação da dívida externa de países em desenvolvimento através da emissão de novos títulos. O Plano Brady foi uma das primeiras iniciativas globais de reestruturação da dívida externa que incluía uma combinação de alívio da dívida e novas garantias financeiras para os credores internacionais. No entanto, a renegociação teve um custo elevado para o Brasil, pois exigiu novas concessões ao capital estrangeiro e à liberalização financeira (Rodrigues, Jurgensfeld, 2021).

O sucesso do Plano Real, lançado em 1994, também deve ser mencionado dentro do contexto neoliberal do governo Itamar Franco. O Plano Real, desenvolvido sob a liderança de

FHC, então ministro da Fazenda, visava controlar a inflação crônica que assolava o Brasil desde os anos 1980. Embora o Plano Real seja amplamente associado a FHC, é importante lembrar que ele foi implementado durante o governo de Itamar e foi um dos marcos de sua administração. O Plano Real, ao estabilizar a economia, reforçou a inserção do Brasil no mercado financeiro internacional e facilitou a atração de capital estrangeiro. Entretanto, o plano também trouxe uma série de desafios, incluindo a necessidade de manter altas taxas de juros para sustentar a paridade cambial, o que aumentou o endividamento público interno e externo (Rodrigues, Jurgensfeld, 2021).

Apesar de ter sido considerado um presidente "sob pressão", Itamar Franco conseguiu equilibrar as exigências de diferentes setores da sociedade e manter uma agenda neoliberal sem abandonar completamente suas inclinações reformistas e nacionalistas. Ao mesmo tempo em que promovia a privatização de setores estratégicos e a abertura econômica, Itamar também buscava projetar uma imagem de compromisso com o desenvolvimento social, ainda que suas políticas tenham sido majoritariamente voltadas para a atração de capital e o fortalecimento das relações com o capital internacional (Batista Junior, 1994).

O governo Itamar Franco é, portanto, um capítulo importante na história do neoliberalismo no Brasil. Suas políticas de privatização, abertura ao capital estrangeiro e renegociação da dívida consolidaram a transição para um modelo econômico mais liberal, que seria aprofundado durante os anos de FHC. As privatizações realizadas durante seu governo, em especial nos setores siderúrgico e petroquímico, e a venda da Embraer, representaram uma mudança significativa na estrutura da economia brasileira, fortalecendo a participação do capital privado e estrangeiro em setores estratégicos. Além disso, a renegociação da dívida e a implementação do Plano Real reforçaram a integração do Brasil no sistema financeiro internacional, com consequências de longo prazo para o desenvolvimento econômico e social do país (Batista Junior, 1994).

Embora o governo Itamar Franco seja frequentemente ofuscado pelo Plano Real e pela ascensão de FHC, sua contribuição para a consolidação do neoliberalismo no Brasil foi fundamental. As políticas de desestatização e abertura ao capital internacional, assim como a renegociação da dívida, pavimentaram o caminho para o aprofundamento das reformas neoliberais que viriam a definir a economia brasileira nas décadas seguintes. As consequências dessas políticas, como a redução da presença estatal em setores estratégicos e o fortalecimento do capital financeiro, deixaram marcas profundas na economia brasileira, cujos impactos são sentidos até hoje.

1.6.1 O Plano Real

O Plano Real teve como fundamento três partes entre seu anúncio em 7 de dezembro de 1993 e a chegada da nova moeda em julho de 1994. Ao longo do tempo foram tomadas as seguintes medidas sucessivas: o ajuste fiscal, a criação da Unidade de Referência do Valor (URV) e a implementação de uma nova moeda (o Real). É importante que se compreenda plenamente cada uma dessas fases para que se entenda a lógica por trás do Plano (Filgueiras, 2000).

Em sua primeira fase, o Governo Itamar iniciou com o cuidado de criar condições fiscais apropriadas para a futura criação da nova moeda, por meio de um equilíbrio orçamentário. Com a aprovação do Fundo Social de Emergência (FSE), o governo pôde realizar cortes no orçamento de 1994 e ganhou mais flexibilidade para utilizar seus recursos, além do maior controle do seu fluxo de caixa. Deste modo, fica clara a tentativa de resolver o problema orçamentário do Estado, especialmente quanto à fragilidade de financiamento, visto como uma das peças chave para a iniciativa anti-inflacionária. Seria constituído um novo regime fiscal, segundo os autores do Plano (Gremaud; Vasconcellos; Toneto Junior, 2007).

O objetivo dessas medidas era de aumentar as receitas por meio de uma elevação nas alíquotas dos impostos federais em 5%, junto à criação do Imposto Provisório sobre Movimento (IPMF), como também, cortar 40% das despesas correntes – que representavam 20% do montante total do orçamento - com a redução das tarifas constitucionais da União para os estados e municípios (Mantega, 2001).

Segundo o governo à época, o fundo, aprovado por emenda constitucional, teria por objetivo, assim como em outros países Latino-Americanos que tiveram a mesma experiência de estabilização, diminuir os custos sociais advindos da implementação do Plano. O objetivo principal do FSE seria a reorganização do financiamento dos principais programas sociais, que originalmente, eram financiados por fontes inflacionárias (Mantega, 2001).

Seria usado também como forma complementar ao pagamento de despesas relacionadas com outros programas especiais. Entretanto, visto a destinação de suas verbas para outras finalidades, tais como as enviadas às Polícias Rodoviária e Federal e ao Ministério do Exército, ficava claro que o Fundo se caracterizava como um mecanismo que aumentasse a liberdade de manipulação dos gastos públicos no interior do orçamento e não de fato um instrumento social, como se fez parecer. Posteriormente, o programa foi renovado e rebatizado de forma mais honesta: Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Ou seja, a primeira parte do Plano teve base numa “âncora fiscal” dos preços, ou seja, a intenção era garantir que

aos agentes econômicos e que o Governo só gastariam o que arrecadassem, excluindo qualquer possibilidade de emissão primária de títulos e moeda com o intuito de cobrir gastos correntes do governo (Filgueiras, 2000).

Em 1º de março de 1994 deu-se início a segunda fase do plano com a chegada da URV. Nela, seriam traduzidos todos os preços da economia e eles estariam automaticamente indexados. Contudo, a URV não era de fato uma moeda, mas, como o nome já diz, uma referência de valor. O mote seria um alinhamento geral dos preços para fazer uma ponte para a criação de uma nova moeda. À primeira vista, a URV mais parecia um índice de inflação, como um superindexador, onde a variação em cruzeiros reais era definida através de uma “banda” formada por três outros índices: o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo (USP) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além do mais, a ideia inicial do governo era de que a URV, aos poucos, substituísse todos os outros indexadores da época (Mantega, 2001).

A ideia era amarrar a URV ao dólar, abrindo assim caminho para a formação de uma “âncora cambial” da nova moeda, que ficaria mais evidente na última fase do plano. De fato, era inegável a importância adquirida pelo “superindexador”, tanto em sua função econômico-política, quanto como objeto de articulação político-eleitoral. Muito além de ser apenas um “superindexador”, a URV foi, de forma bastante engenhosa, uma ponte entre a antiga moeda e a nova. Mesmo agindo de maneira incompleta, pois não representava reserva de valor, nem meio de pagamento, ela cumpria o papel de unidade de conta. A mudança de moedas, ao contrário da forma abrupta de planos anteriores, agindo com congelamento de preços e salários, fez-se diferente quando o Governo resolveu que antes da moeda ganhar forma como meio de pagamento, viria primeiro como unidade de conta (Filgueiras, 2000).

Diferente da proposta de moeda indexada do Plano Cruzado, a URV-Real tomou um caminho diverso, que, ao invés de se criarem duas moedas, apenas se separaram as suas funções. Isto feito, aos poucos todos os preços e salários em Cruzeiro Real se convertiam em URV, espontaneamente e/ou por meio da fixação de preços, contratos públicos e tarifas em URV. Assim, quando quase toda a economia estivesse operando em URV, surgiria a nova moeda, o Real. Agora, quase todos os preços relativos estariam alinhados, ou seja, não haveria pressão para uma modificação na posição relativa dos agentes econômicos, garantindo então, que a inflação advinda da antiga moeda não contaminasse a nova (Baer, 2009).

Assumindo que o ajuste fiscal tivesse dado certo e que o conflito distributivo estivesse

resolvido, ao menos por hora, seria o momento para a criação e lançamento da nova moeda, sem o risco de pressões inflacionárias associadas à antiga moeda. Entretanto, não aconteceu de fato o que se esperava, ou seja, o fim da inflação inercial e a queda brusca da inflação. De início houve a passagem compulsória dos salários por meio do sistema com base na média do salário real prevalecente no período anterior, tal qual a política salarial vigente. De modo que era considerado o salário real dos últimos quatro meses, a partir do cálculo da média dos salários reais pagos em novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994. Ademais, o salário real desses meses foi calculado dividindo-se o respectivo salário nominal pelo da URV do último dia do mês em questão (Gremaud; Vasconcellos; TonetoJunior, 2007).

Posteriormente, foi feita a passagem dos preços e contratos do setor público para a URV. Porém, como a passagem no setor privado não foi feita de forma compulsória, os seus preços só foram mudados para a URV na véspera da introdução da nova moeda, ao contrário do que prometia o discurso oficial. Com isso, o que se viu foi uma aceleração dos preços na moeda vigente, o cruzeiro real, e bem próximo ao surgimento da nova moeda, um comportamento defensivo por parte das empresas, o que impulsionou um aumento considerável dos preços em URV, desalinhando-os. Entretanto, esse acontecimento acabou se revertendo positivamente para o sucesso do Plano, pois nos três primeiros meses após a introdução do Real, os preços se alinharam, com algumas pressões para reduzi-los, em detrimento aos excessos cometidos na passagem para URV, diferente, por exemplo, do ocorrido após o congelamento de preços e salários, onde o desalinhamento dos preços relativos na nova moeda trouxe pressões para aumentá-los (Filgueiras, 2000).

Entre março e junho de 1994, período de vigência da URV, a taxa de câmbio também foi indexada a URV. Como a URV era reajustada diariamente em relação à inflação corrente, a paridade cambial conseguia se manter frente ao dólar norte-americano. Assim sendo, ficava clara a tentativa de se manter a paridade do poder de compra da moeda brasileira, buscando eliminar qualquer chance de uma supervalorização cambial decorrida da inflação no período anterior à reforma monetária (Gremaud; Vasconcellos; TonetoJunior, 2007).

Após concluídas essas primeiras etapas do Plano Real, com o ajuste fiscal e a introdução da nova moeda vinculada à URV, foi implementada a reforma monetária que originaria uma nova moeda, o Real. Por conseguinte, em 1º julho de 1994, cada URV, que no momento valia 2.750,00 Cruzeiros Reais, foi convertida a um Real. Como forma de contenção da inflação, também foi adotada uma restrição da política monetária, especialmente quanto à elevação da taxa do depósito compulsório (Mantega, 2001).

Assumindo o caráter inercial da inflação, o sucesso do plano estava então associado à importância do componente tendencial da inflação e a capacidade de impedir a qualquer custo que os choques se convertessem novamente em um processo inflacionário. Ou seja, seria necessário obstruir a possibilidade de que os agentes repassassem os choques de custos para preços, fazendo assim com que os efeitos dos choques dissipados no tempo. Para conseguir isso, o governo anunciou junto ao plano metas de expansão monetária bastante restritivas (R\$ 7,5 bilhões para o terceiro trimestre de 1994), impôs depósito compulsório de 100% sobre as captações adicionais do sistema financeiro e restringiu operações de crédito. Visto isso, a política econômica pós-plano tentaria controlar a demanda e desestimular os processos especulativos, mantendo então as taxas de juros elevadas. Ademais, o controle da demanda e da expansão monetária se limitaria a capacidade dos agentes de repassar custos para os preços (Gremaud; Vasconcellos; Toneto Junior, 2007).

A partir de julho de 1994, o governo adotou uma banda cambial limitada apenas superiormente, dispondo dessa forma de certa margem de manobra no seu interior, como também nas alterações dos próprios limites da banda de flutuação. Assim, houve uma apreciação do Real em relação à paridade anteriormente estabelecida, tendo sido anunciada pelo governo com equivalente a R\$ 1 = US\$ 1. Com efeito, as autoridades monetárias saíram do mercado, porém não por inteiro. Dessa forma, no início do plano foi vigorada uma banda cambial com flutuação para baixo e nunca ultrapassando R\$ 1,00 (Silva, 2016).

As implicações do Plano Real eram previsíveis, visto a experiência de outros países que empregaram o mesmo programa de estabilização econômica baseado em uma âncora cambial. O cerne da estratégia era agir diretamente sobre as expectativas inflacionárias, que no curto prazo, são consideradas como elemento chave à derrocada da inflação. Isso implicaria em extinguir, ou ao menos diminuir rapidamente a inflação.

Algo de relevante importância na condução da âncora foi a manutenção das taxas de juros internas, que foram bastante elevadas. As altas taxas atraíram considerável capital externo, porém, como em todo caso, também teve impacto negativo sobre os investimentos, visto que são inversamente proporcionais. Além, é claro, de encarecerem os serviços das dívidas interna e externa. Outro risco advindo de juros estratosféricos são as possibilidades de crises na balança de pagamentos e de ataques especulativos à moeda nacional, como o de 1999, onde a moeda sofreu ataque especulativo (Silva, 2016).

O que se observou no Brasil após a implementação da âncora cambial foi, inicialmente, uma sobrevalorização da moeda nacional possibilitada pela elevada inflação. Deste modo, com o câmbio sobrevalorizado, a alta taxa de juros tornou possível a entrada de

capitais estrangeiros, mantendo o fluxo de capitais externos, tornando o Brasil vítima de sua própria estratégia quando foi alvo de ataques especulativos. Se assim não o fosse, a simples menção a uma desvalorização da moeda interna inibiria a entrada de capital externo.

Contudo, se por um lado a entrada de capitais se mostrava útil para debelar a inflação, por outro era preciso obter taxas de juros enormes, estancando o crescimento ao longo do tempo. Em vez de continuar a acumular reservas, algo que pressionaria a expansão monetária, o Banco Central (BACEN) deixou o câmbio flutuar, provocando uma grande valorização da taxa do câmbio. Um impacto muito negativo que pôde se observar em consequência do aumento exacerbado da taxa de juros foi o aumento da dívida pública interna líquida, que saltou de 23,7% do PIB em 1994 para mais de 35% em 1998. Ou seja, essa manobra artificial do governo apenas camuflou a inflação às custas de um aumento da fragilidade financeira do país, o tornando refém dos juros altos (Baer, 2009).

Na Tabela 4, abaixo, a evolução da dívida interna líquida, entre 1994 e 1998:

Tabela 4 - Brasil: Evolução da dívida interna líquida, entre 1994 e 1998

Dívida Interna Líquida – 1994-1998		
Ano	US\$ milhões	% PIB
1994	128.917	23,7
1995	175.325	24,8
1996	228.77	29,5
1997	241.884	30,1
1998	272.119	35,08

Fonte: Baer(2009)

As políticas até então tomadas permitiram a entrada de capitais externos, altamente especulativos, que somados ao aumento dos juros tornou o país frágil financeiramente. Somado isso ao cenário da dívida pública, têm-se um quadro de política de estabilização a curto prazo, mas, e no longo prazo? Essa era uma pergunta sem resposta. Todos esses ingredientes eram extremamente propícios ao colapso do programa de estabilização via ancoragem cambial (Silva, 2016).

1.6.2 Reformas econômicas, desregulamentação e privatização do Estado

As reformas tributária, administrativa e previdenciária, como também a de ordem econômica, quebra de monopólios estatais, desregulação da economia e as privatizações se

constituíam, sem sombra de dúvidas, os pilares do Plano Real. Além disso, desde a reforma a intensificação das privatizações, tidas como fundamentais ao desenvolvimento da gestão, eram desde o início do Plano Real considerados como uma condição para o sucesso.

A reforma fiscal só começou a entrar em pauta no Congresso após a crise cambial de janeiro de 1999; algo importante a salientar é o fato de que o Governo até aquele momento nunca havia mandado um projeto a respeito. Depois de muitas derrotas e mudanças, as reformas administrativa e previdenciária só foram para frente no final do primeiro governo de FHC.

No caso da reforma administrativa, o mote foi a separação dos inúmeros segmentos do Estado de acordo com o que chamariam de funções “próprias” de Estado e as “outras”, abrindo caminho a terceirização de diversas atividades na esfera social para a atuação de empresas privadas. Tal atitude está ligada a ideia da estabilidade do funcionalismo, encarada como entrave ao ajuste das contas públicas, com devida atenção aos municípios. Dessa forma, foi aprovada a possibilidade de demissão por excesso de quadro (apenas em casos que excedessem 60% das receitas) e por ineficiência (Oliveira, 2012).

Outro ponto relevante da política econômica do presidente Cardoso foi o ajuste fiscal, que difundiu a ideia equivocada de que o principal problema do país era o déficit público, exigindo, assim, a implementação de medidas para alcançar o equilíbrio orçamentário. Sob o pretexto de buscar esse equilíbrio, o presidente Cardoso promoveu a privatização de empresas estatais (de energia, telefonia, entre outras) e facilitou a aprovação das reformas previdenciária e administrativa. No entanto, apesar do uso dessas estratégias, muitas vezes consideradas antidemocráticas, o déficit público continuou elevado (Porto, 2009).

Por sua vez, as privatizações já haviam iniciado desde o governo Collor, com a criação do PND. Dessa forma, governo Cardoso tomou para si o papel de expandi-las e acelerá-las, aumentando o seu poder de alcance, incluindo os setores produtivos e as empresas onde elas poderiam vir a ocorrer, estando no pacote a Vale do Rio Doce e os setores de concessão de serviços públicos, como telecomunicações e energia elétrica (Mantega, 2001).

As justificativas ao processo de privatizações foram várias: ideológica, eficiência, amadurecimento do setor privado, etc. Mas uma das justificativas mais fortes estava na “credibilidade” política (primordial para a atração de capital externo e para o apoio das agências internacionais), na crise fiscal e na estabilidade monetária (diminuir a dívida pública e equilibrar o orçamento), nas limitações do investimento público (incapacidade do Estado em gerir as estatais) e nos efeitos catalisadores sobre a economia (Mantega, 2001).

No caso de Cardoso, este argumento social também ganhou força, porém, aos poucos

foi ficando de lado, e a redução da dívida pública passou a ter mais ênfase da parte do Governo. O controle de preços, por dar estabilidade e apoio político ao Governo de Cardoso, foi primordial para a aceleração e aprofundamento das privatizações, assim como para a aprovação das reformas liberais (Greamud; Vasconcellos; TonetoJunior, 2007).

Segundo o BNDES, entre 1991 e julho de 1999 foram privatizadas 64 empresas estatais, as quais renderam um total de US\$28.861 milhões, sendo US\$19.579 milhões (68%) em receita de vendas e US\$9.201 milhões (32%) em transferência de dívidas. Dentre as privatizações, os setores que mais se destacam são: petroquímico, siderúrgico, elétrico, de fertilizantes, de mineração, portuário, ferroviário e financeiro (Oliveira, 2012).

A Tabela 5 apresenta o número de empresas privatizadas desde o governo Collor até o primeiro mandato de FHC, bem como a receita obtida.

Tabela 5 - Brasil: Programa Nacional de Desestatização 1991-jul/99 -US\$ milhões

Programa Nacional de Desestatização 1991-jul/99 -US\$ milhões				
Período	Nº de empresas	Receita	Dívidas transferidas	Total
1991	4	1.614	374	1.988
1992	14	2.401	982	3.383
1993	6	2.627	1.561	4.188
1994	9	1.966	349	2.315
1995	8	1.003	625	1.628
1996	11	4.08	669	4.749
1997	4	4.265	3.559	7.824
1998	7	1.574	1.082	2.737
atéjul/99	1	49	-	49
Total	64	19.579	9.201	28.861

Fonte: BNDES(2016)

A tabela 6 apresenta os resultados das privatizações do setor de telecomunicações e as realizadas pelos estados. Só com a primeira o Governo conseguiu em receitas um resultado maior do que o obtido com o PND: US\$29.103 milhões, sendo US\$26.978 milhões (93%) com receita de vendas e US\$2.125 milhões (7%) com transferência de dívidas. Os governos estaduais obtiveram US\$30.346 milhões em receitas, sendo US\$24.553 milhões (81%) como receita de vendas e US\$5.793 (19%) em transferência de dívidas (Mantega, 2001).

Na Tabela 6, abaixo, os resultados das privatizações do período Collor / Itamar / FHC:

Tabela 6 - Brasil: Resultados gerais das privatizações -1991 –jul/99 –US\$ milhões

Programa	Receita de vendas	Dívidas transferidas	Resultado Geral
Telecomunicações	26.978	2.125	29.103
PND	19.66	9.201	28.861
Privatizações Federais (PND +Tele)	46.638	11.326	57.964
Privatizações Estaduais	24.553	5.793	30.346
Total (federais + estaduais)	71.191	17.119	88.31

Fonte: BNDES (2016)

Em suma, somando-se as privatizações federais (PND + telecomunicações =US\$57.964 milhões) com as privatizações estaduais (US\$30.346 milhões), as privatizações brasileiras, até julho de 1999, geraram em receitas aos cofres públicos de US\$88,3 bilhões. Segundo o governo, o processo de privatizações era necessário para atrair dólares ao país com a intensão de reduzir a dívida externa e interna brasileira (Mantega, 2001).

Porém, segundo Biondi (2003), houve justamente o contrário, as empresas foram vendidas a preço de banana e o governo “engoliu” as dívidas das estatais que foram vendidas. Ou seja, a dívida interna na verdade aumentou devido às privatizações. Para piorar, as empresas multinacionais e também as brasileiras que compraram as estatais, não o fizeram com capital próprio, mas sim por meio de empréstimos externos, aumentando assim a dívida externa do Brasil.

Para justificar as privatizações, foi feita uma imensa campanha por parte da mídia para a aceitação popular. Foi uma verdadeira lavagem cerebral. As estatais eram chamadas pelas propagandas de “elefantes”, pesados, lentos, que atrapalhavam mais que ajudavam. A ideia era desqualificar a imagem do Estado, para que as pessoas concordassem que privatizando as empresas, elas iriam ficar mais eficientes. Pura ilusão! Na verdade, tudo era feito, por debaixo dos panos, de uma maneira a beneficiar aos seus compradores (Biondi, 2003).

Um detalhe bastante curioso e de suma importância foi que, antes das privatizações, o governo já havia começado a aumentar as tarifas freneticamente para que fossem assegurados os lucros exorbitantes no futuro aos “compradores”, pensado de forma a que eles não tivessem de enfrentar o risco de protestos e indignação do consumidor. Para as telefônicas, reajustes de até 500% a partir de novembro de 1995 e, para as fornecedoras de energia elétrica, aumentos de 150%. Todas essas medidas aconteceram como “preparativos” para as privatizações, antes dos leilões.

1.6.3 Governo FHC e o trabalho

Segundo Krein (2007), a crise econômica brasileira, bem como a resposta do governo FHC a ela, teve efeitos deletérios no mercado de trabalho, principalmente no aumento do desemprego e do crescimento do trabalho informal. Além disso, notou-se também o aumento da geração de pequenos negócios, porém, não como forma de empreendedorismo, mas como forma de escapar do desemprego crescente.

Nesse contexto, Baltar (2003) afirma que houve um forte estreitamento no mercado de trabalho nos anos 1990, o que para Krein (2007), gerou um cenário onde a sua própria dinâmica foi responsável pela promoção de uma flexibilização, pois, segundo o autor, foi proporcionada a proliferação da precarização dos contratos de trabalho, nas formas de estágio, trabalhadores temporários, pessoa jurídica (“pejotização”), serviço terceirizado, etc. Dessa forma, estaria dado ali as bases para a agenda das empresas para negociação.

Além disso, um dos elementos centrais do avanço da agenda neoliberal do período foi o ataque sistemático aos sindicatos, um entrave ao avanço da flexibilização do mercado de trabalho. Segundo Anderson (1994), dentro de cenários neoliberais, sempre há duas instituições que são mais atacadas pelos limites que impõe ao funcionamento do livre mercado: o Estado e o Sindicato. Nesse ínterim, o propósito é eliminar quaisquer empecilho que possa dificultar o avanço de uma pauta de fragilização do aparato estatal e sindical, permitindo medidas aonde o livre mercado conduza o país a menos direitos trabalhistas e mais lucros aos grandes empresários.

Dessa forma, os sindicatos passaram a ser amplamente combatidos, principalmente os mais organizados, sendo esses o que davam mais trabalho ao avanço de certos retrocessos. A propaganda contra o sindicalismo, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fez a taxa de sindicalização do total de ocupados cair de 17,30 em 1992 para 16,8 em 2002. Além disso, o enfraquecimento sindical debelou, também, o avanço no número de greves no país, passando de quase 400 em 1989 para pouco mais de 500 em 1999 (Krein, 2007; Pichler, 2012).

Com isso, direitos trabalhistas começaram a ser tratados como privilégios que impediam o avanço do país. No âmbito das relações de trabalho, o que se notou foi a incorporação de diversas propostas de flexibilização nas negociações coletivas. Sob a pressão de seus representados e diante do risco de desemprego, os sindicatos frequentemente se veem compelidos a negociar reivindicações apresentadas por empregadores ou pelo governo,

especialmente em questões relacionadas à Participação nos Lucros e Resultados (PLR), benefícios (custos fixos), jornada de trabalho (como banco de horas e trabalho aos domingos) e modalidades de contratação (terceirização, trabalho temporário, entre outras).

A implementação dessas iniciativas também enfraqueceu a capacidade do Estado em oferecer serviços sociais, pois comprometeu as fontes de financiamento das políticas públicas. Um exemplo é a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que, ao ser desvinculada do salário, não gera contribuições sociais e previdenciárias. Essas mudanças, somadas ao desemprego e à informalização das relações de trabalho, impactam negativamente as políticas sociais que dependem da arrecadação sobre a folha de pagamento, como a educação, a seguridade social, a segurança no trabalho, a reforma agrária, a habitação e o saneamento básico (Krein, 2007).

Observou-se uma tendência de privatização das normas públicas que regulam o trabalho, com o governo permitindo a flexibilização das leis trabalhistas e não estabelecendo novas regulamentações. A ausência de intervenção estatal na atualização das relações de trabalho resulta na adoção de normas sociais privatizadas para o uso da força de trabalho. Dessa forma, as novas diretrizes para contratação e negociação coletiva são determinadas pelas condições de mercado, caracterizadas por maior competitividade, reestruturação produtiva e aumento do desemprego (Cacciamalli, 2000).

Diante desse cenário, como esperado, os sindicatos foram se fragilizando cada vez mais, colocando em xeque a própria função social sindical. Com isso, os sindicatos passaram a desenvolver novas estratégias de ação coletiva, ajustadas conforme a visão sindical adotada e as condições específicas das categorias representadas (Pichler, 2012).

Assim, ao invés de modernizar as relações de trabalho, a flexibilização promovida durante o governo FHC pareceu mais uma estratégia para transferir ao trabalhador os custos de um mercado competitivo e instável. Em nome da flexibilização, os direitos básicos foram relativizados e a estabilidade do emprego tornou-se um privilégio cada vez mais restrito, aprofundando a desigualdade e precarizando as condições laborais. Essa reforma revela, acima de tudo, uma visão que enxerga o trabalhador apenas como um fator de custo, passível de ajuste conforme as necessidades empresariais, e não como um sujeito de direitos.

Conforme pode ser visto no Quadro 1, a seguir, um resumo das legislações acerca do trabalho no período FHC:

Quadro 1 - Brasil: Medidas provisórias, decretos e convenções do período FHC (1994-1999)

Trabalho por tempo determinado (Lei n°. 9.601/98)	<ul style="list-style-type: none"> - A essência está em desvincular o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados; - Muda os critérios de rescisão e reduz as contribuições sociais; - Cria o banco de horas.
Denúncia da Convenção 158 da OIT (decreto n. 2.100/96)	<ul style="list-style-type: none"> - É ratificada e, 10 meses depois, denunciada pelo governo brasileiro; - Elimina mecanismos de inibição da demissão imotivada; - Reafirma a possibilidade de demissão sem justa causa.
Cooperativas profissionais ou de prestação de serviços (Lei n°. 8.949/94)	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilita que trabalhadores se organizem em cooperativas de prestação de serviços e executem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício e, portanto, sem os direitos trabalhistas assegurados na legislação e na Convenção Coletiva.
Trabalho em tempo parcial (M P 1709/98)	<ul style="list-style-type: none"> - Jornada de até 25 horas semanais; - O salário e os demais direitos trabalhistas estarão em conformidade com a duração da jornada trabalhada; - Não prevê a participação do sindicato na negociação.
Suspensão do Contrato de trabalho (MP n° 1726/98)	<ul style="list-style-type: none"> - Suspensão do contrato de trabalho, por um período de 2 a 5 meses, vinculada a um processo de qualificação profissional, desde que negociada entre as partes; - O trabalhador, caso seja demitido após o término da suspensão, tem o direito de receber as verbas rescisórias e uma multa de um salário.
Trabalho temporário (Portaria n° 2, 29.6.96)	<ul style="list-style-type: none"> - Amplia a possibilidade de utilização da lei (6.019/74) de contrato temporário, generalizando a utilização do contrato de trabalho precário.
Setor público: demissão (lei n°. 9.801/99 e lei complementar n. 96/99)	<ul style="list-style-type: none"> - Disciplina os limites das despesas com pessoal e estabelece o prazo de dois anos para as demissões por excesso de pessoal; - Regulamenta a demissão de servidores públicos estáveis por excesso de pessoal.
Banco de Horas Lei n. 9.061/ 1998 e MP n. 1.709/98)	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilita que a jornada seja organizada anualmente conforme as flutuações da produção ou serviço (anualização da jornada); - Amplia para um ano o prazo de compensação das jornadas semanais extraordinárias de trabalho, através de acordo ou convenção coletiva
Banco de Horas Lei n. 9.061/ 1998 e MP n. 1.709/98)	<ul style="list-style-type: none"> - Autoriza, a partir de 9 de novembro de 1997, o trabalho aos domingos no comércio varejista em geral, se a previsão de passar por negociação coletiva

Fonte: Krein (2007)

Assim, quase todas as iniciativas políticas, aliadas ao ajuste econômico e ao enfraquecimento dos sindicatos, acabaram por atuar contra os interesses dos trabalhadores.

Nesse contexto, surgem diversas iniciativas legais, normas coletivas e práticas que promovem a flexibilização e precarização das relações laborais. Simultaneamente, os fundamentos do direito do trabalho e das instituições que o sustentam passam a ser questionados. Contudo, são justamente essas instituições, aliadas aos sindicatos, que mobilizaram movimentos de resistência e contraposição, buscando enfrentar a tendência hegemônica predominante.

Dessa forma, percebe-se que o avanço do neoliberalismo no Brasil não ocorreu de maneira linear, mas sim por meio de adaptações e aprofundamentos ao longo dos anos, consolidando uma lógica de mercado que redefiniu o papel do Estado na economia. No entanto, esse processo não se deu sem contradições e resistência, especialmente em contextos políticos que buscaram conciliar crescimento econômico e inclusão social. No capítulo 2, será analisado como os governos Lula e Dilma lidaram com essas tensões, em alguns momentos se afastando das diretrizes neoliberais por meio de políticas de desenvolvimento e proteção social, enquanto, em outros, acabaram reproduzindo elementos desse modelo, seja por necessidade de governabilidade, seja por imposições do contexto político.

CAPÍTULO 2 – O DISTANCIAMENTO PARCIAL DO MODELO NEOLIBERAL: OS GOVERNOS LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010) E DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

O presente capítulo trata, essencialmente, dos períodos de governos petistas no Brasil. Apresenta-se o debate sobre a interrupção parcial do ideário neoliberal nos governos Lula e nos governos Dilma, até o ruptura trazida pelo processo de *impeachment*, na primeira década do século XXI, demonstrando em que pontos houve o recuo do neoliberalismo e sua permanência na estrutura do Estado nesse período.

2.1 CONTINUIDADE DE ELEMENTOS NEOLIBERAIS NOS GOVERNOS PETISTAS

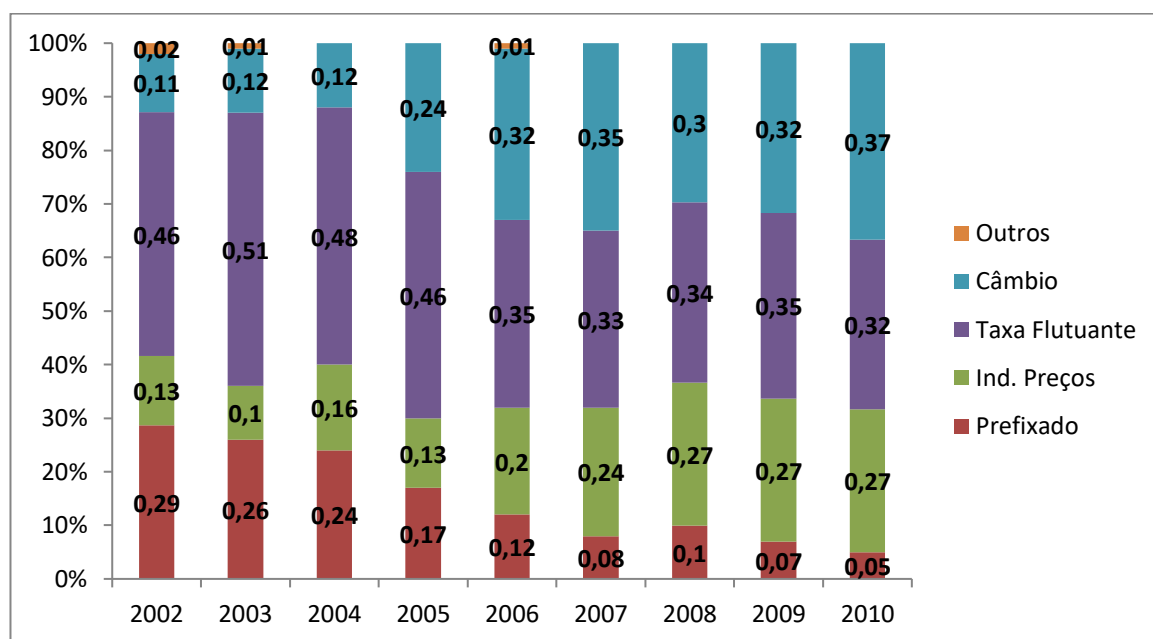
Ao assumir a presidência, Lula enfrentou o desafio de conciliar expectativas díspares. De um lado, havia o receio do mercado financeiro e das elites econômicas quanto à possibilidade de mudanças radicais na condução econômica. Por outro, a base eleitoral de Lula esperava medidas mais ousadas para promover crescimento, emprego e distribuição de renda. Em resposta, o governo adotou uma postura econômica conservadora no início, consolidando a estabilidade fiscal por meio de superávits primários e mantendo juros elevados.

Segundo Teixeira e Pinto (2012), o governo Lula manteve as bases da política macroeconômica do governo FHC: câmbio flutuante, superávits primários e sistemas de metas de inflação. Entretanto, é possível se identificar uma flexibilização em sua política econômica no segundo mandato. Nesse contexto, se manteve forte em vários núcleos do Estado a ideia de que haveria a necessidade de se conquistar a confiança do mercado, mantendo-se a estabilidade macroeconômica.

A questão da credibilidade da política econômica, seguindo esta lógica, torna-se mais proeminente ao incorporar a ideia de que os agentes utilizam expectativas racionais para tomar decisões. Isso cria a necessidade de consistência das políticas macroeconômicas ao longo do tempo, de modo que a autoridade monetária deve comprometer-se com a estabilidade e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a realização dessas metas só seria possível com um BACEN dotado de elevado grau de independência, permitindo que suas decisões fossem tomadas sem subordinação hierárquica a outras agências burocráticas estatais. Assim, teoricamente, eliminar-se-ia o viés inflacionário e, de forma indireta, favorecer-se-ia o desempenho econômico (Teixeira; Pinto, 2012).

A dinâmica dos gastos governamentais envolve diferentes componentes, entre eles o pagamento de juros da dívida pública, que desempenha um papel central na gestão das contas do Estado. Ao longo dos anos, mudanças na política econômica e no ambiente macroeconômico influenciaram a trajetória desse montante, assim como a estrutura da própria dívida. O gráfico 4 ilustra essa evolução, destacando as transformações na sua composição e os efeitos dessas mudanças sobre o perfil do endividamento público.

Gráfico 6 - Brasil: Composição da dívida pública (2002-2010)



Fonte: Tesouro Nacional (2025)

Um dos aspectos relevantes dos gastos governamentais refere-se ao pagamento de juros da dívida pública, cujo montante, apesar de expressivo, apresentou uma trajetória de redução ao longo do tempo. Nesse contexto, houve uma transformação na composição da dívida pública, caracterizada por uma redução significativa da participação de títulos vinculados ao dólar e à taxa Selic, especialmente em 2006, e por um aumento da parcela de títulos prefixados e indexados a índices de preços.

No segundo mandato, a participação dos títulos prefixados continuou em expansão, enquanto a parcela atrelada à Selic oscilou em resposta às percepções de risco e às expectativas de variação das taxas de juros. Destaca-se, ainda, a expressiva redução da dívida denominada em dólar, tornando-se negativa em decorrência do acúmulo substancial de reservas internacionais, o que levou o governo a assumir a posição de credor em moeda estrangeira. Essa reconfiguração da dívida pública reduziu a vulnerabilidade a choques

cambiais e a aumentos na taxa Selic, mitigando riscos de desajustes patrimoniais como os observados em 2002.

Barbosa e Souza (2010) destacam que, durante o governo Lula, houve uma disputa significativa de opiniões em relação às diretrizes da política econômica. Segundo os autores, entre 2003 e 2005, predominou uma perspectiva neoliberal, segundo a qual o crescimento econômico ocorreria independentemente das condições de curto prazo. A partir de 2006, contudo, consolidou-se na gestão macroeconômica uma visão que defendia um papel mais ativo do Estado no desenvolvimento econômico e social.

Nesse contexto, Moreira e Bastos (2023) afirmam que, empiricamente, apesar do primeiro governo Lula ter tido relativa continuidade do período FHC, isso se fez com muito mais presença do Estado, principalmente em seu segundo mandato (2007-2010), o que teria representado mudanças significativas na condução da política econômica. Dessa forma, um exemplo claro dessa mudança seria o PAC, realizado após a entrada de Dilma Rousseff na Casa Civil e Guido Mantega na Fazenda em 2006.

Segundo Teixeira e Pinto (2012), no âmbito da política fiscal, o governo Lula, especialmente durante o primeiro mandato, manteve a abordagem do governo anterior, com a premissa de que o crescimento sustentável dependia do ajuste definitivo das contas públicas. Isso implicava a implementação de medidas destinadas a gerar superávits primários suficientes para reduzir a relação dívida/PIB.

Como citado anteriormente, no início do governo Lula a política fiscal foi pautada pela continuidade do ajuste das contas públicas, consolidando o superávit primário como ferramenta para garantir a estabilidade macroeconômica e reduzir a relação dívida/PIB. Essa estratégia se inseria em um contexto de forte dependência dos fluxos financeiros internacionais, o que exigia do governo medidas que reforçassem a confiança dos mercados e assegurassem a sustentabilidade da dívida pública. Assim, ao manter o compromisso com o superávit primário, o governo buscava evitar crises de credibilidade e garantir a manutenção de investimentos estrangeiros no país.

Dessa forma, se por um lado a ortodoxia fiscal foi preservada como forma de consolidar a estabilidade macroeconômica, por outro, o governo Lula também promoveu uma ampliação de políticas sociais e investimentos estratégicos. Programas como o Bolsa Família e o aumento do investimento em infraestrutura sinalizaram uma tentativa de conciliar responsabilidade fiscal com desenvolvimento econômico e inclusão social. Essa abordagem diferenciava-se do período anterior ao buscar atenuar os impactos sociais do ajuste fiscal, garantindo uma ampliação do papel do Estado na economia, ainda que dentro dos limites

impostos pela necessidade de gerar superávits primários.

Esse reducionismo da política fiscal – que implicitamente significava a preservação da riqueza financeira – limitou a capacidade do Estado de expandir os investimentos públicos. No segundo mandato de Lula, observou-se uma certa flexibilização da política econômica por meio de: (i) adoção de medidas para ampliar o crédito ao consumidor e mutuário, (ii) aumento real do salário mínimo, (iii) implementação de programas de transferência de renda direta, (iv) criação do PAC e ampliação da atuação do BNDES para estimular o investimento público e privado, e (v) medidas anticíclicas para combater a crise internacional a partir de 2009 (Teixeira; Pinto, 2012).

Um aspecto relevante da economia no período foi a evolução dos investimentos diretos, que desempenharam um papel fundamental na dinâmica do crescimento e na atração de capital externo. A tabela a seguir ilustra essa trajetória, evidenciando as variações ao longo dos anos e seus impactos sobre a economia.

Tabela 7 - Brasil: Composição dos investimentos externos (2003-2010)

Ano	Investimentos Diretos	Investimentos em Carteira	Derivativos	Outros Investimentos
2003	9.894,22	5.307,52	-151,00	10.438,00
2005	12.549,59	4.884,54	-39,95	-27.520,98
2007	27.218,24	48.309,36	-710,26	13.131,40
2008	24.601,09	1.133,12	-312,35	2.874,67
2009	36.032,81	50.283,05	156,23	-16.300,01
2010	36.918,92	63.010,94	-112,15	-1.024,48

Fonte: Ipeadata (2025)

De maneira geral, a condução da política econômica do governo Lula foi fortemente influenciada pela ortodoxia econômica, especialmente no primeiro mandato. Paulani (2008) caracterizou essa situação como um constante “estado de emergência econômico”, no qual as políticas ortodoxas, contrárias aos interesses dos grupos sociais tradicionalmente representados pelo Partido dos Trabalhadores, eram sempre justificadas pelas ameaças de fuga de capital, crises cambiais e o retorno da inflação, que estariam constantemente ameaçando a economia (Teixeira; Pinto, 2012).

Para Pinto (2012), o resultado favorável do governo Lula foi impulsionado pelo contexto internacional caracterizado por (i) crescimento econômico global até a crise de 2008, (ii) ampla liquidez nos mercados financeiros, e (iii) aumento dos preços internacionais das *commodities*, juntamente com a queda dos preços das manufaturas devido ao impacto direto e indireto da China. As mudanças nos preços resultaram em uma elevação de 39,9% nos termos

de troca do Brasil entre janeiro de 2003 e dezembro de 2010.

Durante o governo Lula, é possível identificar dois períodos positivos e distintos no setor externo. Entre 2003 e 2006, os elevados superávits comerciais, que superaram os déficits estruturais da conta de serviços e renda, foram os principais responsáveis pela melhora das contas externas. Entre 2007 e 2010, os superávits na conta capital e financeira se tornaram os principais motores positivos.

A rápida recuperação das contas externas brasileiras após a crise internacional foi impulsionada pelos fluxos líquidos de capitais, decorrentes do "excesso de liquidez" na economia mundial. Parte desse capital migrou para o Brasil devido à alta rentabilidade das aplicações em carteira (diferencial entre a taxa Selic e a taxa internacional) e à rápida recuperação da atividade econômica interna, que expandiu o mercado doméstico e abriu novos mercados rentáveis para investidores estrangeiros, em um contexto de estagnação econômica na Europa e nos Estados Unidos (Teixeira; Pinto, 2012).

Entre 1999-2002 e 2003-2006, o saldo acumulado da balança comercial aumentou em 976%, passando de US\$ 13,9 bilhões para US\$ 149,6 bilhões. Esse nível de superávit comercial, resultado de uma expansão média anual de 23% nas exportações, superando o crescimento médio anual de 18,4% nas importações entre 2003 e 2006, levou à reversão do saldo da conta-corrente, que havia sido deficitária todos os anos entre 1995 e 2002, para superavitária entre 2003 e 2007. Paralelamente, o déficit acumulado da conta de serviços e renda cresceu 18,3% entre 1999-2002 e 2003-2006, aumentando de R\$ 101,5 bilhões para R\$ 120,1 bilhões (Cintra; Acioly, 2012).

Entre 2007 e 2010, a conta capital e financeira registrou superávits recordes (US\$ 88,3 bilhões em 2007, US\$ 70,2 bilhões em 2009 e US\$ 99 bilhões em 2010), significativamente superiores aos montantes necessários para financiar a conta de transações correntes. Como resultado, o balanço de pagamentos apresentou superávits expressivos durante o segundo governo Lula (Cintra; Acioly, 2012).

Esses resultados macroeconômicos evidenciam dinâmicas distintas entre o primeiro e o segundo governo Lula. No primeiro mandato, o crescimento brasileiro foi fortemente impulsionado pela dinâmica externa, tanto de forma direta (aumento das exportações) quanto indireta (elevação dos investimentos nos setores exportadores). No segundo mandato, além da continuidade da dinâmica externa favorável, houve uma significativa expansão do mercado interno, resultante da flexibilização da orientação contracionista da política econômica.

De fato, os dados do setor externo brasileiro e seus efeitos sobre a economia explicam a evolução positiva entre 2003 e 2006. A redução da restrição externa e a expansão do PIB no

período estiveram associadas a mudanças internacionais favoráveis, que geraram um extraordinário *boom* nos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil e à redução dos preços das manufaturas e dos bens de capital importados pelo país.

O setor externo assumiu um papel relevante para o nível de atividade no primeiro governo Lula, tanto em relação aos (i) "efeitos primários" do aumento das exportações, que são componentes importantes dos gastos autônomos (da demanda agregada) e contribuem para remover a restrição externa enfrentada por economias subdesenvolvidas, quanto aos (ii) "efeitos secundários" do aumento das exportações, que resultam em maior renda agregada interna, induzindo o investimento por meio do efeito acelerador, especialmente nas empresas e grupos econômicos voltados para a exportação (Pinto, 2010).

A partir de 2006, último ano do primeiro mandato de Lula, e ao longo do segundo mandato, adicionou-se aos fatores externos a significativa expansão do mercado interno, resultado de uma certa flexibilização da orientação contracionista da política econômica. Essa flexibilização, aliada aos benefícios externos, promoveu uma expansão econômica sustentada pelos investimentos e pelo consumo das famílias, com um crescimento médio entre 2007 e 2010 de 10,5% e 5,8%, respectivamente. Isso parece ter gerado, a partir de 2006, um consumo em massa que articula crescimento econômico e distribuição de renda (Pinto, 2010).

Durante o governo Lula, foram observadas mudanças nos fluxos e estoques de riqueza das diferentes frações que compõem o bloco no poder, como resultado tanto da política macroeconômica quanto da dinâmica econômica em si. Conforme destacado por Macedo e Santos (2008, p.16), "[...] A acumulação de ativos ou passivos promove igualmente a criação e distribuição de outra substância, mais dificilmente mensurável (e cujo nome é quase um tabu entre economistas), e que vem a ser o poder político". Nesse sentido, acompanhar a dinâmica dos fluxos e estoques de riqueza oferece pistas importantes para compreender a economia política desses processos.

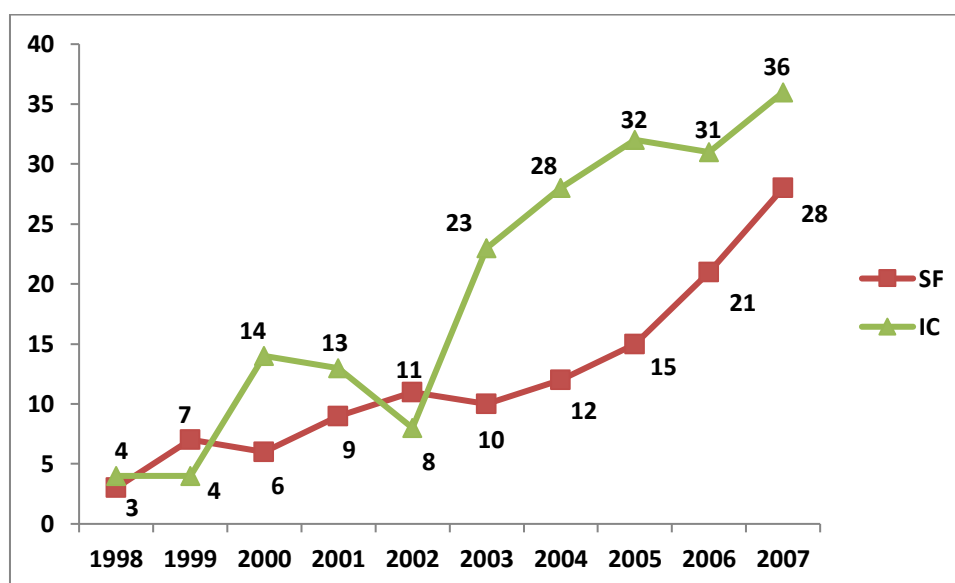
Nesse contexto, o regime de política macroeconômica durante o governo Lula refletiu os movimentos contraditórios que ocorreram dentro do aparato estatal, os quais, embora possam parecer caóticos e contraditórios no curto prazo, são evidência dos interesses hegemônicos da fração bancária-financeira, tanto nacional quanto internacional, no bloco no poder. A variável-chave desse processo foi a taxa de juros (Teixeira, Pinto, 2012).

A partir dessa perspectiva, o debate sobre o nível da taxa de juros não pode ser reduzido apenas ao campo do pensamento econômico e suas soluções técnicas, pois essa variável específica é o elemento central para expressar os conflitos entre as diferentes frações do bloco no poder.

Em outras palavras, a gestão do regime de política macroeconômica engloba simultaneamente: i) a dimensão das soluções técnicas prescritas pelas doutrinas do pensamento econômico; ii) o poder político da fração bancária-financeira, que se manifesta por meio de sua representação no "centro de poder" do sistema estatal brasileiro: o BACEN; iii) o poder econômico dessa fração bancária-financeira, evidenciado pelas elevadas taxas de lucro dos grupos econômicos do setor bancário-financeiro; iv) o poder ideológico dessa fração, que conseguiu incorporar de maneira incontestável à sociedade a ideia de que o combate à inflação deve ser realizado a qualquer custo e, mais crucialmente, por meio de um único instrumento: a elevação da taxa de juros.

O gráfico a seguir apresenta a evolução real dos lucros líquidos da indústria de *commodities* (IC) e do setor financeiro (SF), permitindo uma análise comparativa do desempenho desses setores ao longo dos anos. A partir desses dados, é possível identificar tendências e variações que refletem o impacto das condições macroeconômicas sobre ambos os segmentos. Com base nessa evolução, a discussão posterior aprofundará os fatores que influenciaram essa dinâmica e as implicações para a economia do período.

Gráfico 6 - Brasil: Evolução real dos lucros líquidos da IC e SF (1995 = base deflacionados pelo IPCA em R\$ bilhões)



*Nota: Setores: IC – Indústria de *Commodities*; SF – Setor financeiro.

Fonte: Elaboração própria baseada em Teixeira e Pinto (2012)

Segundo Teixeira e Pinto (2012), o aumento substancial da participação do lucro líquido da indústria de *commodities* intensivos em capital (IC) foi grandemente influenciado pelos desempenhos expressivos (e lucros elevados) da Vale e Petrobrás, visto que esses dois

grupos foram responsáveis por mais de 50% dos lucros líquidos da IC (61,8% durante o primeiro mandato de Lula e 63,3% no primeiro ano do segundo mandato).

A evolução dos lucros líquidos da indústria de *commodities* (IC) e do setor financeiro (SF) ao longo dos anos revela dinâmicas distintas entre os dois segmentos. Observa-se que, enquanto o setor financeiro manteve um crescimento mais constante, a indústria de *commodities* apresentou uma trajetória mais volátil, com um salto significativo a partir de 2003. Esse movimento pode ser associado a fatores como o boom das *commodities* no mercado internacional, impulsionado pelo aumento da demanda global, especialmente da China, e pela valorização dos preços desses produtos.

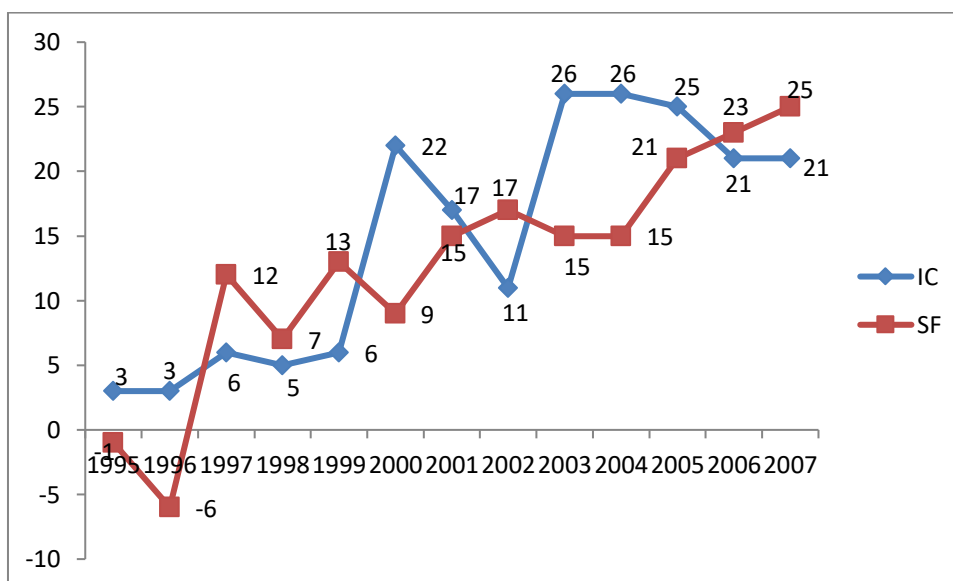
Por outro lado, o setor financeiro demonstrou uma expansão mais estável, refletindo a consolidação das instituições financeiras e o ambiente macroeconômico favorável à intermediação bancária. A política monetária desempenhou um papel importante nesse contexto, influenciando a rentabilidade do setor por meio das taxas de juros e da oferta de crédito. Além disso, o aprofundamento do sistema financeiro e a ampliação do acesso ao crédito contribuíram para o fortalecimento das instituições bancárias.

O avanço dos segmentos industriais produtores de *commodities* e do agronegócio durante o governo Lula teve uma relação muito mais próxima com a dinâmica internacional do que com políticas estatais. Isso se tornou evidente com a manutenção do regime de política macroeconômica, caracterizado por taxas de juros elevadas, que resultaram em valorização cambial, impactando negativamente nos ganhos desses setores, os quais foram mais do que compensados pelo aumento dos preços internacionais das *commodities* (Teixeira; Pinto, 2012; Moreira; Bastos, 2023).

A manutenção da taxa de juros em patamares elevados, em um cenário de câmbio flexível, resultou na valorização do real, o que por sua vez levou à redução dos custos dos produtos importados e à diminuição dos lucros dos exportadores. Esse processo ocasionou uma diminuição do poder econômico e político das frações da grande burguesia industrial, especialmente durante o primeiro mandato de Lula, cuja produção é direcionada principalmente para o mercado interno. A partir de 2006, com o crescimento da economia impulsionado também pela demanda interna, observou-se um certo fortalecimento dos setores nacionais da indústria e do comércio, os quais passaram a exercer maior influência sobre os centros de poder do Estado brasileiro (Moreira; Bastos, 2023).

As mudanças na posição relativa do bloco no poder não representaram, até a eclosão da crise internacional, uma mudança na hegemonia da fração da grande burguesia bancária-financeira, mas sim uma redução de seu poder relativo.

Gráfico 8 - Brasil: Evolução da taxa de lucro do IC e SF – 1995-1997 (%)



Nota: Setores: IC – Indústria de *Commodities*; SF – Sistema financeiro.

Fonte: Elaboração própria baseada em Teixeira e Pinto (2012)

Os dados apresentados por Marques-Pereira e Bruno (2010) sobre as fontes de receita do sistema bancário-financeiro no Brasil evidenciam que, de 2001 a 2007, o maior componente das receitas desse sistema foi a renda de títulos e valores mobiliários, principalmente constituída por títulos da dívida pública interna. Dado que a taxa real de juros da Selic, por seu efeito capitalizador, está positivamente correlacionada com os títulos da dívida pública interna, é possível inferir que a manutenção de taxas de juros elevadas contribui para preservar o poder econômico e político da fração bancário-financeira.

O poder econômico do setor bancário-financeiro, viabilizado pelo regime de política macroeconômica, refletiu seu poder político no aparato estatal, materializado pela independência operacional do BACEN – principal órgão do sistema estatal brasileiro – cujos representantes atuam em consonância com os interesses diretos e indiretos dessa fração.

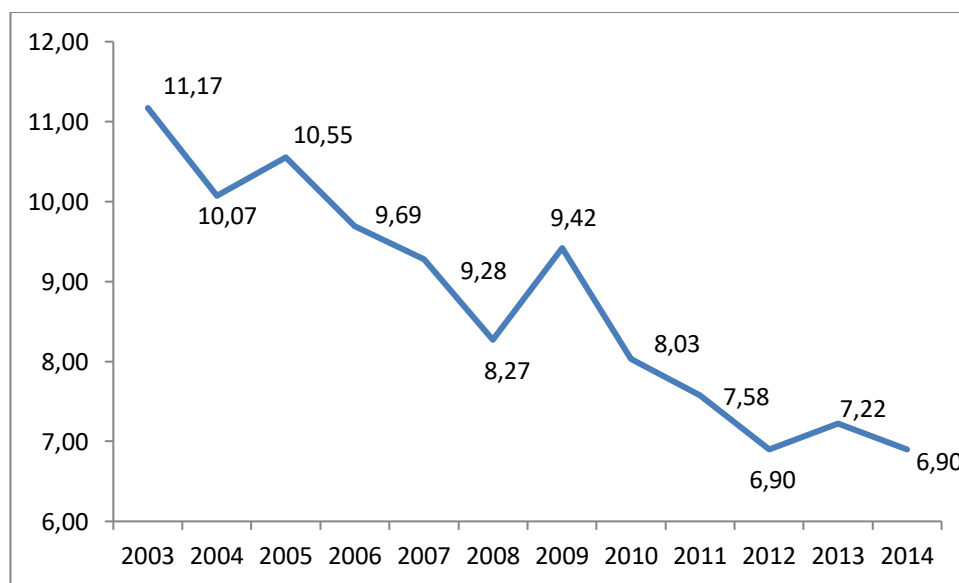
A independência operacional do BACEN representou a maior manifestação do poder político desse setor, apesar dos argumentos que defendem tal medida, alegando que ela garantiria a despolitização das decisões, ou seja, que as medidas adotadas seriam soluções técnicas imparciais. Entretanto, é evidente que esse argumento é falacioso, pois os resultados das medidas adotadas pelo BACEN afetam diferentes grupos de forma desigual, sendo a fração bancário-financeira a mais beneficiada (Teixeira; Pinto, 2012; Moreira; Bastos, 2023).

2.2 O RECUO DO NEOLIBERALISMO NOS GOVERNOS PETISTAS

O primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) marcou uma nova etapa na política e na economia brasileira, caracterizada por ajustes fiscais, políticas redistributivas e um ambiente externo favorável. Essa combinação de fatores resultou no que foi denominado por Carvalho (2018) como “milagrinho”, uma fase de crescimento econômico moderado, porém inclusivo, que contrastou com a estagnação vivida nas décadas anteriores.

Se por um lado Carvalho (2018) considera o período supracitado como “milagrinho”, Sarti, et al. (2011) afirma que houve entre 2004 e 2013 um ciclo virtuoso de crescimento. Nesse contexto, tem-se que a partir do ano de 2003 houve uma redução significativa na taxa de desemprego. Mesmo com a crise econômica global de 2008, que afetou levemente o mercado de trabalho brasileiro, a taxa de desemprego continuou a diminuir até 2014, conforme o gráfico 9 (Pochmann, 2016).

Gráfico 9 - Brasil: Taxa de desemprego entre 2003 e 2014



Fonte: Ipeadata (2025)

A eleição de Lula em 2002, com um programa de governo de forte apelo social, consolidou a opção pelos programas de transferência de renda no Governo Federal. Nesse sentido, a principal novidade do período veio do fortalecimento das políticas de transferência de renda. O Programa Bolsa Família, criado em 2003, foi ampliado significativamente, alcançando milhões de famílias e contribuindo para a redução da pobreza e da desigualdade. Paralelamente, o aumento do salário mínimo e a maior formalização do mercado de trabalho

consolidaram uma base de renda mais estável para as camadas menos favorecidas da população(Licio; Rennó; Castro, 2009).

O cenário externo desempenhou um papel crucial no desempenho econômico do governo Lula. A alta demanda por *commodities*, impulsionada sobretudo pelo crescimento chinês, favoreceu o Brasil, gerando receitas recordes com exportações de petróleo, minério de ferro e soja. Esse contexto permitiu não apenas a expansão do mercado interno, mas também a acumulação de reservas internacionais, reduzindo a vulnerabilidade externa do país (Carvalho, 2018).

Nesse contexto, o emprego formal cresceu, e os investimentos em infraestrutura física e social começaram a ser ampliados. Entre 2004 e 2006, por exemplo, foi lançada a base do que se tornaria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo foco estava na modernização da logística nacional e na ampliação da oferta de energia, conforme tabelas 9 e 10.

Até o ano de 2011, a carteira do BNDES no âmbito do PAC englobava um total de 503 projetos, que representavam investimentos da ordem de R\$ 327 bilhões. Deste montante, o Banco contribuiu com financiamentos no valor de R\$ 179,4 bilhões, correspondendo a 55% do total dos projetos contemplados nessa carteira. Conforme detalhado na tabela 8, os investimentos estão distribuídos em quatro eixos principais: (a) energia, que concentra 77% dos recursos da carteira, com ênfase nos projetos de geração, transmissão e exploração de petróleo e gás; (b) logística, que abrange 94 projetos voltados para rodovias, ferrovias e marinha mercante; (c) infraestrutura social e urbana, destacando-se os financiamentos direcionados ao saneamento, à urbanização e ao transporte metroviário; e (d) administração pública, com iniciativas voltadas à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).Em relação ao ano de 2010, tanto a carteira de financiamento quanto os desembolsos apresentaram crescimento, registrando aumentos de 14% e 18%, respectivamente (BNDES, 2011).

Tabela 8 - Brasil: PAC – Carteira do BNDES até 2011

EIXOS	Número de projetos	Investimento total(R\$ milhões)	Participação do BNDES(R\$ milhões)	Desembolsos 2011 (R\$ milhões)
Energia	310	258811	137240	14.763
Logística	94	49888	31314	3.600
Infraestrutura social e urbana	85	18462	10667	1.447
Administração pública	14	196	166	18
Total	503	327.357	179.387	19.828

Fonte: BNDES (2011)

Desde o lançamento do PAC até o ano de 2011, os desembolsos do BNDES destinados a projetos vinculados ao programa totalizaram R\$ 104,8 bilhões, com a distribuição regional apresentada na tabela a seguir.

Tabela 9 - Brasil: Desembolsos do BNDES para projetos do PAC até 2011

EIXOS	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTERREGIONAL	TOTAL	(%)
Energia	20.095	22.342	9.716	7.243	4.457	20.660	84.513	80,6
Logística	58	2.299	7.646	807	251	2.042	13.103	12,5
Infraestrutura social e urbana	204	543	5.714	558	91	-	7.110	6,8
Administração pública	4	24	24	14	16	-	82	0,1
Total	20.361	25.208	23.100	8.622	4.815	22.702	104.808	100

Fonte: BNDES (2011)

De acordo com os dados, o setor de energia se destaca pela concentração de recursos, representando aproximadamente 80% do total, devido à necessidade de expansão da oferta de energia para sustentar o crescimento econômico do país (BNDES, 2011). Em 2011, no âmbito do programa, o BNDES contratou projetos de geração de energia elétrica que totalizam 2.550 MW de capacidade instalada.

Segundo Chagas (2015), embora o PAC tenha sido apresentado como um instrumento estratégico para o desenvolvimento nacional, ele apresenta contradições que limitam seu impacto transformador. O programa buscou conciliar o fortalecimento da infraestrutura com a ampliação do papel do Estado na economia, mas manteve a subordinação do Brasil à lógica do ideário neoliberal. A ênfase em grandes investimentos, especialmente no setor energético e na exportação de commodities, reforçou um modelo de crescimento baseado na reprimarização da economia e na dependência da exploração de recursos naturais.

Durante o primeiro governo Lula, o mercado de trabalho brasileiro passou por transformações importantes, que ajudaram a consolidar uma base mais inclusiva e formalizada. Essas mudanças foram impulsionadas por um conjunto de fatores, incluindo a valorização do salário mínimo, a ampliação do emprego formal e políticas públicas voltadas para a inclusão social e econômica das camadas mais vulneráveis da população (Krein; Santos; Nunes, 2012).

A política de aumento real do salário mínimo foi um dos pilares da estratégia de redistribuição de renda do governo Lula. Entre 2003 e 2006, o poder de compra do salário mínimo aumentou de maneira significativa, beneficiando diretamente milhões de

trabalhadores e aposentados que dependiam dessa remuneração. Essa valorização teve um impacto não apenas na redução da pobreza, mas também na diminuição da desigualdade salarial, especialmente entre os trabalhadores de menor qualificação (Carvalho, 2018).

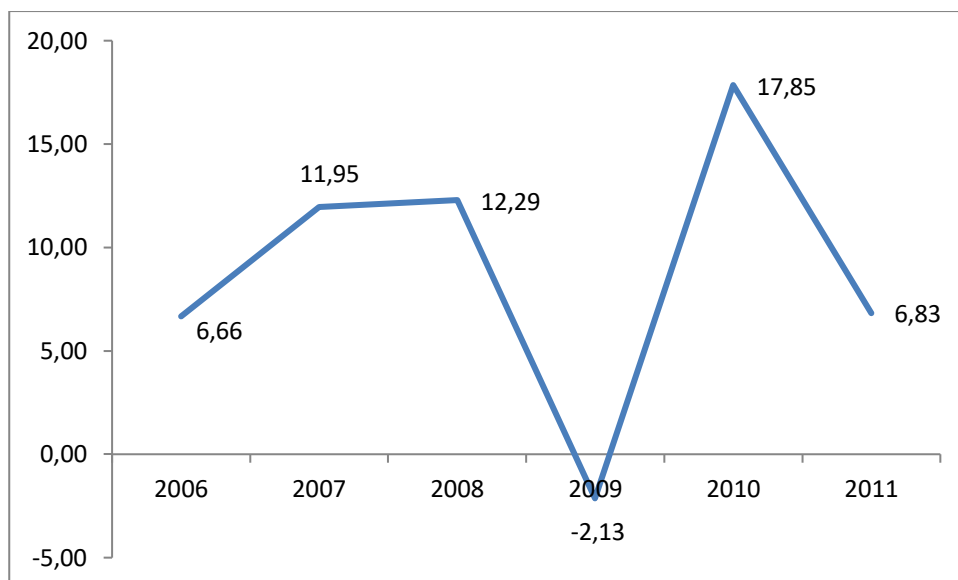
Aliás, não só no primeiro mandato, mas durante os primeiros oito anos de governo petista, uma combinação de fatores econômicos e sociais consolidou uma estratégia distributiva bem-sucedida, caracterizada pela redução do desemprego, aumento da renda e expansão do crédito. Esses avanços possibilitaram a formação de um mercado de consumo de massa, além de promoverem uma significativa diminuição das desigualdades, tanto de renda quanto salariais e regionais (Rossi, 2024).

Paralelamente, houve um crescimento expressivo nos investimentos e melhorias em diversos indicadores sociais, consolidando um modelo que combinava crescimento econômico com inclusão social. Esse cenário reflete a aprovação histórica dos governos de Lula, evidenciada como resultado direto dessa articulação entre crescimento econômico e distribuição de renda, um marco inédito na trajetória econômica do Brasil (Rossi, 2024).

Ademais, o crescimento econômico observado entre 2006 e 2011 no Brasil foi, de fato, influenciado pelo aumento do consumo e pela elevação dos salários. No entanto, é importante destacar que o crescimento da taxa de investimento nesse período superou, em termos relativos, o avanço do consumo, com exceção de 2009, ano marcado pelos impactos da crise financeira internacional.

Os dados apresentados no gráfico 10 videnciam o crescimento dos investimentos durante o segundo governo Lula, contrariando a tese de que a expansão econômica do período foi meramente artificial, impulsionada pelo consumo e pelo boom das *commodities*. O aumento significativo dos investimentos demonstra a adoção de uma estratégia voltada para a ampliação da capacidade produtiva e da infraestrutura, criando bases mais sólidas para o desenvolvimento econômico sustentável. Dessa forma, os números reforçam que o crescimento não se limitou a fatores conjunturais externos, mas esteve associado a uma política ativa de estímulo ao investimento.

Gráfico 10 - Brasil: Formação bruta de capital fixo – variação anual em relação ao PIB



Fonte: Ipeadata (2025)

Os dados evidenciam que a taxa de investimento cresceu 6,66% em 2006, 11,95% em 2007 e 12,29% em 2008, sofrendo uma retração de 2,13% em 2009, reflexo da crise de 2008. No entanto, em 2010, o crescimento se recuperou de forma expressiva, alcançando 17,85%, e seguiu em alta com 6,83% em 2011. Assim, esse comportamento refuta a tese de que o crescimento foi artificial ou sustentado exclusivamente pelo consumo interno (Rossi, 2024).

Outro avanço significativo foi a formalização do mercado de trabalho. Durante o período, o número de trabalhadores com carteira assinada cresceu, refletindo uma maior inserção da população economicamente ativa em condições mais estáveis e regulamentadas. Entre 2004 e 2006, o Brasil registrou uma elevação no nível de empregos formais, impulsionada por políticas como o fortalecimento da fiscalização trabalhista e incentivo às micro e pequenas empresas (Carvalho, 2018).

A formalização trouxe benefícios concretos para os trabalhadores, como acesso à seguridade social, proteção contra demissões arbitrárias e a possibilidade de obter crédito mais facilmente. Além disso, contribuiu para o aumento da arrecadação previdenciária e para a ampliação da base de cobertura do sistema de seguridade social.

O padrão de crescimento econômico durante o governo Lula, centrado na expansão do mercado interno e em setores como serviços e construção civil, influenciou a estrutura de emprego no país. Esses setores, intensivos em mão de obra, foram responsáveis por grande parte da geração de novos postos de trabalho. Por serem áreas que demandam menos qualificação, essa expansão beneficiou principalmente trabalhadores de baixa escolaridade,

que antes enfrentavam maiores dificuldades para acessar o mercado formal (Carvalho, 2018).

O aumento do emprego nesses setores também contribuiu para reduzir a desigualdade salarial, uma vez que os salários na base da pirâmide subiram mais rapidamente do que os de setores que empregavam trabalhadores mais qualificados. Esse fenômeno foi reforçado pela valorização do salário mínimo, que atuou como um piso para as remunerações.

O período também viu avanços na inclusão de grupos historicamente marginalizados no mercado de trabalho. Por exemplo, a participação das mulheres na força de trabalho cresceu, embora ainda houvesse disparidades salariais em relação aos homens. Regionalmente, o crescimento do emprego e a redução da informalidade foram sentidos em todo o país, mas tiveram impacto particularmente significativo nas regiões Norte e Nordeste, onde as desigualdades eram mais acentuadas (Carvalho, 2018).

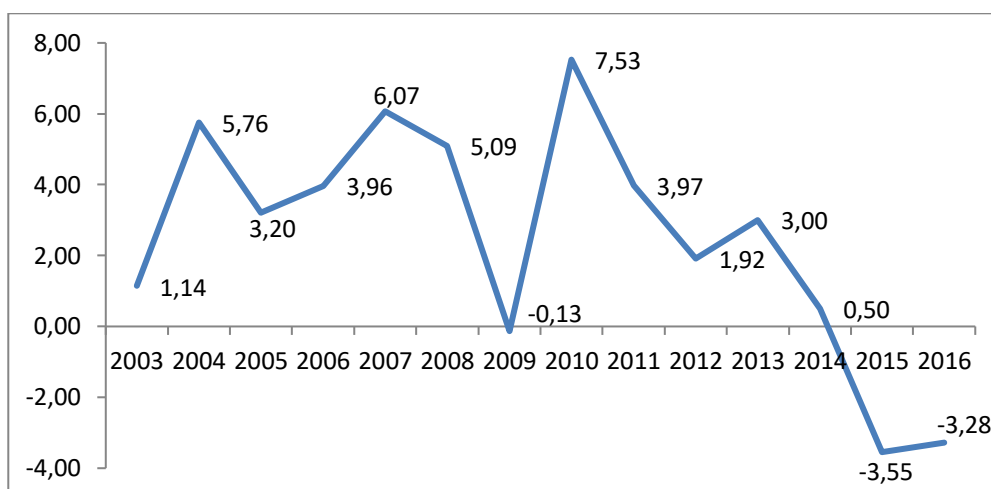
Apesar dos avanços, o mercado de trabalho brasileiro continuava enfrentando desafios estruturais. A produtividade do trabalho permaneceu baixa em comparação a economias emergentes similares, refletindo deficiências em infraestrutura, educação e inovação. Além disso, a informalidade, embora reduzida, ainda era elevada, especialmente em setores como agricultura e trabalho doméstico.

Outro desafio foi a concentração da criação de empregos em setores de baixa produtividade, como serviços, o que limitava o potencial de ganhos econômicos no longo prazo. Embora o aumento de empregos formais e os avanços salariais fossem positivos, havia uma necessidade crescente de diversificar a base produtiva e investir em setores de alta tecnologia para sustentar o crescimento econômico e a geração de empregos de qualidade (Carvalho, 2018).

O segundo governo Lula (2007 - 2010) consolidou um período de crescimento econômico acelerado com inclusão social no Brasil. Durante esses anos, o país alcançou taxas de expansão econômica superiores à média das décadas anteriores, acompanhadas de avanços em indicadores de bem-estar social. Esse desempenho, no entanto, esteve fundamentado em condições internas e externas favoráveis que, embora promissoras, também apresentavam fragilidades estruturais (Carvalho, 2018).

Entre 2007 e 2010, o PIB do Brasil cresceu em média 4,6% ao ano, com destaque para o desempenho de 7,5% em 2010, o maior em mais de duas décadas. Esse período foi caracterizado por uma conjugação de políticas de estímulo ao consumo interno, aumento do investimento público e um cenário internacional favorável, marcado pela alta nos preços das *commodities*. Mesmo com a crise de 2008, o governo federal conseguiu reconduzir a economia de uma retração de 0,13 em 2009 para uma elevação de 7,53, conforme gráfico 11.

Gráfico 11 - Brasil: PIB – Variação real anual



Fonte: Ipeadata (2025)

Entretanto, como pode-se perceber, apesar da recuperação imediata, que a retração voltou a afetar o desempenho do PIB brasileiro a partir de 2011, tendo sucessivas quedas. Embora o governo Dilma tenha começado o seu primeiro mandato seguindo as mesmas diretrizes do governo anterior, fica evidente que naquele momento a economia já não respondia tão bem quanto antes.

Diferente do que ocorrera em momentos anteriores, o crescimento não se baseou apenas nas exportações, mas também no fortalecimento do mercado interno. Três pilares sustentaram esse dinamismo: políticas de redistribuição de renda, maior acesso ao crédito e investimentos públicos estratégicos.

Com isso, a continuidade e a ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família, desempenharam papel central na redução da pobreza e no estímulo ao consumo das famílias. Além disso, o salário mínimo seguiu com ganhos reais anuais que impactaram positivamente a base da pirâmide social. Esse aumento não só melhorou as condições de vida de milhões de brasileiros, como também ampliou a demanda por bens e serviços, estimulando setores que empregavam intensivamente mão de obra, como comércio, serviços e construção civil (Carvalho, 2018).

Essas políticas de redistribuição, inclusive, geraram mudanças substanciais no padrão de consumo. Itens antes restritos às classes de maior renda começaram a ser acessíveis às camadas mais pobres, criando um novo dinamismo no mercado interno. Esse ciclo virtuoso reforçou a geração de empregos e estimulou novos investimentos empresariais.

Outro elemento crucial foi a expansão do crédito. A carteira de crédito às famílias

aumentou expressivamente, passando de cerca de 25% do PIB no início dos anos 2000 para mais de 40% ao final do segundo mandato de Lula. Essa expansão foi facilitada pela criação de modalidades como o crédito consignado, que oferecia juros mais baixos e prazos mais longos, especialmente para aposentados e servidores públicos (Carvalho, 2018).

A inclusão financeira possibilitou que milhões de brasileiros, antes excluídos do sistema bancário, tivessem acesso a financiamentos para consumo e habitação. Embora houvesse preocupações com o crescimento do endividamento das famílias, esse processo foi relativamente controlado devido ao aumento simultâneo do emprego formal e da renda.

Um ponto fundamental do segundo mandato foi o lançamento do PAC em 2007, que representou uma mudança na estratégia de investimentos públicos. O PAC priorizou projetos de infraestrutura física e social, como rodovias, ferrovias, saneamento básico e habitação, além de buscar superar gargalos históricos no setor energético. A expansão dos investimentos públicos tornou-se o principal motor do crescimento econômico nesse período, complementando o dinamismo gerado pelo consumo interno (Carvalho, 2018).

Os investimentos do PAC contribuíram para aumentar a capacidade produtiva do país, além de gerar empregos diretos e indiretos em setores estratégicos. Esse aumento no gasto público foi possível devido à melhoria na arrecadação tributária, impulsionada pelo crescimento econômico e pelo aumento da formalização do trabalho.

O cenário externo também teve um papel determinante no sucesso do segundo governo Lula. A alta demanda por *commodities* agrícolas e minerais, impulsionada especialmente pelo crescimento da China, beneficiou o Brasil de maneira significativa. As exportações brasileiras atingiram níveis recordes, e o superávit comercial ajudou a acumular reservas internacionais que ultrapassaram os US\$ 200 bilhões em 2010. Essas reservas fortaleceram a posição externa do Brasil, reduzindo sua vulnerabilidade a choques cambiais e crises internacionais. O país, antes dependente de financiamentos externos, passou a ser um credor líquido em dólar, o que ampliou sua margem de manobra em política econômica (Souza, 2022).

Com a crise financeira global de 2008, a retração do comércio internacional e a desaceleração econômica global ameaçaram interromper o ciclo de crescimento do país. No entanto, a resposta brasileira à crise foi rápida e eficaz, marcada por medidas anticíclicas que incluíram a redução de impostos sobre bens de consumo, aumento do crédito via bancos públicos e a ampliação dos investimentos do PAC (Carvalho, 2018).

Essas medidas não apenas evitaram uma recessão prolongada, mas também garantiram uma recuperação rápida em 2010. O estímulo ao consumo interno e o papel ativo dos bancos

públicos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, foram fundamentais nesse processo.

Embora o segundo governo Lula tenha alcançado bons resultados, algumas limitações estruturais permaneceram evidentes. A dependência do setor de *commodities* tornou a economia brasileira vulnerável às flutuações dos preços internacionais, enquanto o crescimento econômico continuou concentrado em setores de baixa produtividade, como serviços e construção civil (Carvalho, 2018).

Além disso, a baixa taxa de investimentos privados em setores estratégicos, aliada a gargalos em infraestrutura e educação, limitava o potencial de ganhos de produtividade no longo prazo. Apesar do aumento no número de empregos formais, o mercado de trabalho ainda apresentava desigualdades significativas, e a informalidade permanecia alta em algumas áreas (Carvalho, 2018).

Durante o segundo governo Lula o mercado de trabalho seguiu passando por avanços tanto na geração de empregos quanto no crescimento dos salários. Esse período ficou marcado pela expansão do emprego formal, redução da desigualdade salarial e valorização do salário mínimo, elementos que contribuíram para uma melhora expressiva nas condições de vida de milhões de brasileiros.

Dessa forma, observa-se que as políticas econômicas adotadas ao longo dos governos Lula e Dilma refletiram um constante equilíbrio entre crescimento, inclusão social e compromisso com a estabilidade macroeconômica. Contudo, as contradições desse modelo se intensificaram diante das crises econômicas e políticas que marcaram o segundo mandato de Dilma Rousseff, culminando no seu *impeachment* em 2016. No capítulo 3, será analisado esse processo de transição, destacando como o golpe parlamentar não apenas representou uma ruptura política, mas também abriu caminho para a retomada e o aprofundamento das diretrizes neoliberais sob o governo Michel Temer, com impacto significativo sobre a condução da economia brasileira.

CAPÍTULO 3 – O GOVERNO MICHEL TEMER E O APROFUNDAMENTO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL: A “UMA PONTE PARA O FUTURO”

Este capítulo trata do aprofundamento do neoliberalismo no Brasil no período pós-*impeachment* de Dilma Rousseff. Além de pontuar os motivos que levaram à crise econômica e recessão que basearam a remoção de Dilma do poder, a seção analisa como o programa “Uma Ponte para o Futuro” retomou o velho ideário neoliberal, além de avançar no que os governos petistas retrocederam, com medidas como a Reforma Trabalhista de 2017 e o Teto de Gastos, de 2016.

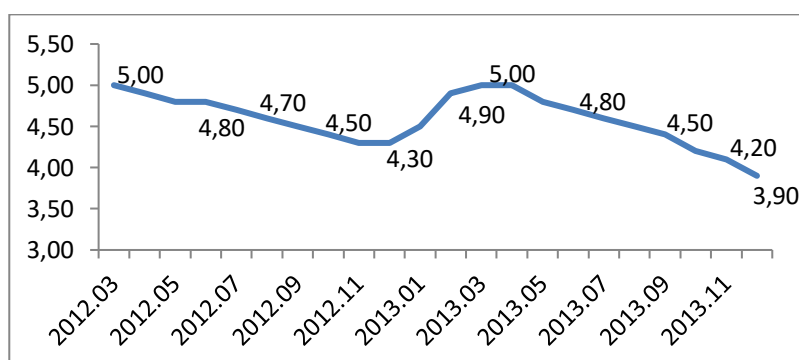
3.1 O segundo governo Dilma Rousseff, a crise econômica e as bases para o processo de *impeachment*

Os governos de Dilma Rousseff, que se estenderam de 2011 a 2016, foram marcados pela continuidade das políticas de inclusão social e crescimento econômico herdadas dos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva. No entanto, o segundo mandato de Dilma, entre 2014 e 2016 houve crescentes dificuldades econômicas, políticas e sociais, culminando em uma profunda crise e *no impeachment* da presidente. As escolhas econômicas, os desafios internos, além dos fatores externos, moldaram a trajetória do Brasil nessa época (Carvalho, 2018).

Esse período reflete o auge das políticas econômicas voltadas para a inclusão social e a dinamização do mercado de trabalho, caracterizando-se pela valorização do salário mínimo, ampliação do crédito e fortalecimento das políticas sociais.

Entre março de 2012 e dezembro de 2013, a economia brasileira experimentou um dos menores níveis de desocupação já registrados, com a taxa de desemprego oscilando entre 5% e 3,9%, segundo dados do IBGE, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 12: Taxa de desocupação mensal - 2012 a 2013



Fonte: IBGE (2025)

A redução do desemprego foi impulsionada por uma política econômica orientada para a demanda interna, estimulada pelo aumento do poder de compra das camadas populares. A valorização do salário mínimo acima da inflação não apenas ampliou a renda disponível das famílias, mas também reforçou o mercado consumidor, fomentando a atividade produtiva e a criação de empregos.

Os governos Lula, apesar de terem promovido avanços econômicos e sociais significativos, deixaram para sua sucessora desafios estruturais que se tornaram mais evidentes com os efeitos retardados da crise financeira global de 2008 e 2009. Essa crise revelou fragilidades no modelo econômico brasileiro, exigindo medidas para enfrentar novos cenários adversos (Rossi, 2024).

Um dos desdobramentos da crise foi a redução da demanda por importações nos países centrais, o que intensificou a competição por mercados consumidores e redirecionou os superávits comerciais de economias asiáticas para outros mercados. Esse movimento prejudicou setores industriais brasileiros, que perderam espaço tanto no mercado externo quanto no mercado interno, intensificando as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional (Rossi, 2024).

O primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014) começou em um cenário de otimismo econômico, com o Brasil colhendo os frutos de um mercado interno robusto e de um período de alta nas *commodities*. No entanto, já nos primeiros anos de seu governo, começaram a surgir sinais de fragilidades estruturais e contradições nas políticas econômicas (Carvalho, 2018).

Durante os dois mandatos de Lula, a política macroeconômica implementada por FHC permaneceu amplamente inalterada. O regime de metas de inflação, o câmbio flutuante e a busca por superávits primários seguiram como pilares da estratégia econômica. Esses parâmetros, como já demonstrado no governo FHC, resultaram em altas taxas de juros e na valorização da moeda. Tal abordagem refletia, segundo Corsi (2016), os interesses do capital financeiro, tanto nacional quanto internacional.

A partir de 2011, o Brasil começou a enfrentar um cenário externo menos favorável, com a desaceleração do crescimento chinês e a queda nos preços das *commodities*. Essa mudança expôs a dependência da economia brasileira em relação às exportações de produtos primários e tornou evidente a falta de diversificação e competitividade da indústria nacional (Carvalho, 2018).

O primeiro ano do mandato de Dilma Rousseff foi caracterizado por um ajuste fiscal e

pela implementação de medidas de contenção econômica. Em 2011, houve uma redução real de 12% no investimento público e de 8,6% nos investimentos das estatais. Esse cenário de retração ocorreu em meio à desaceleração da economia global e ao enfraquecimento do ciclo doméstico de consumo e crédito. Em outras palavras, o governo optou por uma política fiscal pró-cíclica, contrariando os princípios keynesianos, o que acabou intensificando os efeitos recessivos na economia (Biancarelli; Rossi, 2015).

Segundo Carvalho (2018), em 2011, Dilma implementou uma política econômica que ficou conhecida como "Nova Matriz Econômica", marcada por uma série de medidas para estimular o crescimento e a competitividade da indústria nacional. Entre essas medidas destacaram-se:

- a) Redução da Taxa de Juros: O BACEN promoveu cortes significativos na taxa Selic, buscando incentivar o consumo e o investimento.
- b) Desonerações Fiscais: Foram oferecidas isenções tributárias a setores estratégicos para reduzir custos de produção e aumentar a competitividade da indústria brasileira.
- c) Controle de Preços e Subsídios: O governo interferiu nos preços de combustíveis e tarifas de energia elétrica, buscando conter a inflação, mas gerando distorções econômicas.

Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, medidas econômicas voltadas para fortalecer o setor industrial também tiveram impacto direto sobre o capital financeiro, afetando sua rentabilidade. Entre essas ações, destacaram-se a redução das taxas de juros entre 2011 e 2012, a imposição de limites à rentabilidade de concessões públicas. Além disso, iniciativas como a ampliação do crédito público, o controle mais rigoroso de preços administrados, a taxação de derivativos cambiais com IOF e a regulação de fluxos de capitais fizeram parte da estratégia industrialista adotada pelo governo. Essas políticas, embora voltadas para a reestruturação produtiva e distributiva, geraram insatisfações entre segmentos significativos do setor financeiro e empresarial (Rossi, 2024).

Um dos acontecimentos que mais chamaram atenção no período foi a decisão de reduzir a taxa básica de juros (Selic) em 2011. Historicamente a taxa é ajustada em conformidade com as expectativas do mercado financeiro, refletidas no Relatório Focus, elaborado pelo BACEN com base nas projeções das principais instituições financeiras (Rossi, 2024).

Contudo, essa prática foi desafiada quando o presidente do BACEN promoveu cortes na Selic de maneira contrária ao consenso do mercado, decisão que foi interpretada como uma

quebra de "acordo informal" e criticada pela imprensa, que o acusou de submissão ao governo (Rossi, 2024).

Essa política foi justificada pela deterioração do cenário econômico global e pelas projeções revisadas de crescimento para o Brasil. A Selic, que estava em 12,5% em setembro de 2011, foi reduzida para 7,25% em outubro de 2012. Essa redução levou o Brasil a experimentar, pela primeira vez desde a criação da Selic em 1999, taxas de juros abaixo de dois dígitos. Com isso, o período ficou marcado pela menor taxa de juros reais da história recente do país, uma situação que muitos setores financeiros interpretaram como um embate direto aos interesses dos rentistas (Rossi, 2024).

Segundo Singer (2015), os setores rentistas, que vinham perdendo influência sobre a condução da política econômica, especialmente devido à redução das taxas de juros, ficaram insatisfeitos e intensificaram a pressão sobre o governo. Além disso, diversas ações governamentais criaram novos pontos de atrito com a elite econômica. Entre elas, destacam-se: a manutenção de uma moeda valorizada, que prejudicava a competitividade da indústria e anulava os efeitos de diversas iniciativas de estímulo ao setor; mudanças nos marcos regulatórios, que reduziram a rentabilidade de concessões estatais, desestimulando investimentos em infraestrutura; o uso de bancos públicos para ampliar a oferta de crédito; e medidas que aumentaram a regulação estatal em setores como o energético. Essas políticas desagradaram a várias frações da burguesia.

Embora essas medidas tenham gerado algum estímulo no curto prazo, os resultados de longo prazo foram modestos. As desonerações reduziram a arrecadação sem promover um aumento significativo na produção industrial. O controle de preços, por sua vez, causou desequilíbrios nos setores de energia e petróleo, afetando empresas como a Petrobras. Os investimentos em infraestrutura, especialmente por meio do PAC, continuaram a ser um pilar importante do governo Dilma. Grandes projetos foram lançados, incluindo obras de transporte, habitação e energia. Apesar disso, atrasos, problemas de execução e denúncias de corrupção prejudicaram o impacto esperado desses investimentos (Carvalho, 2018).

Segundo Biancarellie Rossi (2015), a "Nova Matriz Econômica" foi desenvolvida através de uma gestão macroeconômica de abordagem "industrialista" e por uma política fiscal mal planejada, o que prejudicou as contas públicas e limitou o crescimento econômico. Enquanto o industrialismo dificultou os avanços no desenvolvimento social, o predomínio do financismo pode representar uma ameaça ainda maior, colocando em risco sua viabilidade.

Corsi (2016) afirma que os primeiros indícios de dificuldades surgiram em 2010, quando o crescimento econômico foi acompanhado por pressões inflacionárias que indicavam

a possibilidade de ultrapassar o teto de 6,5% estabelecido pela meta de inflação. É importante destacar que, mesmo durante a retração econômica de 2009, a inflação não sofreu uma queda significativa. Além disso, as pressões inflacionárias demonstraram uma tendência de alta, apesar da valorização da moeda e das elevadas taxas de juros em vigor.

Após sua reeleição em 2014, Dilma Rousseff promoveu uma guinada na política econômica, adotando uma abordagem mais liberal como resposta ao cenário de desaceleração e deterioração fiscal. A nomeação de uma equipe econômica liderada por Joaquim Levy e alinhada ao rigor fiscal e à lógica de mercado marcou uma inflexão significativa em relação à estratégia anterior, que combinava expansão dos investimentos públicos e políticas sociais robustas. Essa mudança visava restaurar a confiança dos agentes econômicos e reverter a tendência de aumento da dívida pública, mas acabou por aprofundar a crise, ao restringir a capacidade do Estado de induzir o crescimento e de mitigar os efeitos da recessão.

A nova orientação econômica, ao se aproximar das premissas neoliberais, gerou um ambiente de descontentamento tanto entre setores progressistas que compunham a base de apoio do governo quanto no próprio Congresso Nacional, onde a oposição encontrou maior espaço para minar sua governabilidade. A adoção de uma postura mais austera e voltada para o equilíbrio fiscal não foi suficiente para restaurar a confiança dos mercados, mas contribuiu para a contração da economia, a queda nos investimentos e o agravamento dos indicadores sociais.

Esse realinhamento da política econômica, em vez de estabilizar a situação política e econômica, ampliou as dificuldades do governo, desgastando ainda mais sua relação com o Legislativo e aprofundando a instabilidade institucional. Com a recessão se intensificando e a insatisfação crescendo, tanto entre a elite econômica quanto entre setores populares, o cenário tornou-se propício para o avanço das articulações que levariam ao *impeachment* em 2016.

A instabilidade política e os conflitos internos no governo minaram ainda mais a confiança dos investidores. O ajuste fiscal não foi suficiente para reverter a deterioração das contas públicas, enquanto a população sentia os efeitos de um desemprego crescente e da inflação alta. Entre 2015 e 2016, o Brasil enfrentou uma grave recessão, com o PIB registrando contrações consecutivas de 3,5% em ambos os anos. O desemprego disparou, atingindo milhões de brasileiros, e a inflação chegou a patamares preocupantes, impactando especialmente as famílias de baixa renda (Carvalho, 2018).

A crise econômica foi agravada por uma crise política sem precedentes. Denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras e outras empresas públicas, investigadas pela Operação Lava Jato, enfraqueceram ainda mais o governo. O Congresso, por sua vez, paralisou

reformas importantes, enquanto manifestações populares pediam o *impeachment* da presidente. Em 2016, Dilma foi afastada sob a acusação de ter cometido "pedaladas fiscais", manobras contábeis para mascarar o déficit orçamentário. Esse processo, embora justificado juridicamente por alguns, foi amplamente interpretado como um reflexo do esgotamento político e da ruptura entre o Executivo e o Legislativo (Carvalho, 2018).

Segundo a interpretação predominante, a política econômica adotada durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff é frequentemente citada como a principal responsável pela recessão econômica vivida nos anos de 2015 e 2016. Essa visão atribui a crise ao acúmulo de desequilíbrios estruturais, supostamente intensificados por falhas na condução da política macroeconômica e por um excesso de intervencionismo estatal, caracterizado por medidas como controle de preços, subsídios e intervenções em setores estratégicos (Rossi, 2024).

O primeiro governo Dilma Rousseff apresentou resultados positivos, como a redução do desemprego a níveis historicamente baixos e a continuidade na melhoria de diversos indicadores sociais. Esses avanços foram particularmente significativos em um contexto de transformação econômica, destacando o compromisso do governo com a manutenção de políticas sociais inclusivas e com a geração de empregos (Rossi, 2024).

Internamente, o modelo de crescimento baseado no consumo de massa começou a dar sinais de esgotamento. O ciclo de crédito, que havia sido uma das principais alavancas do crescimento econômico nos anos anteriores, começou a desacelerar. Durante o primeiro governo Dilma, observou-se uma redução no crédito disponível para as famílias em relação à renda, exceto no caso do crédito direcionado, como aquele destinado ao setor habitacional, que continuou a apresentar crescimento. No entanto, o consumo de bens duráveis entrou em declínio, refletindo não apenas a desaceleração do crédito, mas também uma redução no potencial de demanda, que já demonstrava sinais de saturação (Rossi, 2024).

Embora seja inegável que a gestão econômica de Dilma cometeu erros, como a implementação tardia do ajuste fiscal e a perda de credibilidade junto ao mercado financeiro, é impreciso atribuir exclusivamente a ela a responsabilidade pela recessão. A crise foi resultado de múltiplos fatores, incluindo elementos estruturais, externos e políticos. Assim, longe de representar um fracasso absoluto, a condução econômica do período revelou contradições e limites, mas também refletiu tentativas de adaptação a um cenário econômico desafiador (Rossi, 2024).

Antes de 2015, o Brasil vivenciou um mercado de trabalho aquecido, caracterizado por níveis historicamente baixos de desemprego e um crescimento dos salários acima dos ganhos

de produtividade. No entanto, essa dinâmica gerou críticas de economistas que defenderam a necessidade de ajustes, muitas vezes por meio do aumento do desemprego. Durante a campanha presidencial de 2014, Arminio Fraga, economista ligado à candidatura de Aécio Neves, afirmou que os salários estavam crescendo de maneira desproporcional em relação à produtividade. Essa análise sugeria que o aumento salarial estaria reduzindo as margens de lucro das empresas e desincentivando os investimentos, contribuindo para os desafios econômicos enfrentados naquele período (Rossi, 2024).

Todo esse cenário econômico adverso enfrentado por Dilma Rousseff no seu segundo mandato, além do lobby de setores da classe dominante e da imprensa, da crise política e de articulação, levaram ao processo de *impeachment*. Diante da crise de governabilidade, o vice-presidente Michel Temer, foi incumbido de reestabelecer a articulação política e reforçar a base aliada em 2015. Contudo, Temer acabou se distanciando da presidente Dilma e aproveitou a oportunidade para estabelecer diálogos com diversos setores da sociedade brasileira, posicionando-se como a figura capaz de solucionar os desafios econômicos e políticos daquele contexto (Peixoto, 2016).

Em 31 de agosto de 2016, Michel Temer assumiu o cargo de presidente do Brasil, com a promessa de implantar um choque neoliberal, através do programa *Uma Ponte para o Futuro*.

3.2 O GOVERNO MICHEL TEMER (2016-2018) E OUMA PONTE PARA O FUTURO

Em outubro de 2015, a Fundação Ulysses Guimarães, ligada ao partido de Michel Temer - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) –lançou o documento *Uma Ponte para o Futuro*, que apresentava um conjunto de diretrizes econômicas e políticas para combater o desequilíbrio fiscal e o subsequente déficit público,apontando que seria necessário um drástico ajuste fiscal e mais uma série de ações para que o Brasil saísse da crise econômica que se encontrava no período (Ferreira, 2020).

O documento causou estranheza naquele momento, uma vez que em outubro de 2015, Temer ainda era o vice-presidente de Dilma e havia sido escalado para auxiliar a presidente na crise de governabilidade, ou seja, não havia um rompimento formal entre PT e PMDB. O documento *Uma Ponte para o Futuro*,posicionava o Brasil,à epoca, como uma nação em crise econômica e fiscal severa, marcada por déficits crescentes, retração econômica e um ambiente político fragmentado (Ferreira, 2020).

Antes de Temer assumir o poder, enquanto ainda atuava como presidente interino, no

período marcado pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, de dezembro de 2015 e foi a agosto de 2016, Temer já começou a articular medidas e propostas que seriam implementadas durante sua gestão definitiva, antecipando as diretrizes que marcariam seu governo.

Segundo Ferreira (2020), já na introdução, o documento *Uma Ponte para o Futuro* estabelece seu tom, dizendo adotar uma abordagem tecnicista, embora fortemente marcada por seu viés ideológico, defendendo reformas que visavam restringir a atuação estatal e priorizar o equilíbrio fiscal como um objetivo central.

As primeiras entrevistas dos novos ministros sinalizam que o governo do presidente interino Michel Temer deve seguir algumas das ações elencadas no documento *Uma Ponte para o Futuro*, lançado pelo PMDB, partido de Temer, em outubro de 2015, para o país superar a crise econômica (Agência Brasil, 2016, p.1).

O documento identifica a crise fiscal como o principal obstáculo ao desenvolvimento brasileiro, atribuindo-a a um suposto excesso de despesas públicas, crescimento da dívida e rigidez orçamentária. Os dados apresentados no *Uma Ponte para o Futuro* destacam o aumento da carga tributária brasileira, que teria passado de 24% do PIB em 1985 para 36% em 2013. Essa expansão é retratada como uma anomalia em comparação a outros países, argumentando que o aumento da tributação prejudica a competitividade econômica (PMDB,2015).

O documento também aborda o aumento das despesas obrigatórias e a indexação de benefícios, como os vinculados ao salário mínimo, afirmando que esses seriam responsáveis por tornar o orçamento público inflexível. Em resposta, o texto defende a eliminação das vinculações constitucionais e a adoção de um orçamento com base zero, no qual os programas públicos seriam avaliados anualmente quanto à sua eficácia e relevância (PMDB,2015).

Além disso, o documento é claro quando elenca as medidas do ideário neoliberal consideradas essenciais para atingir os objetivos propostos. Destacam-se a busca pelo equilíbrio fiscal, a limitação das despesas correntes abaixo do crescimento do PIB, a eliminação de vinculações orçamentárias e indexações que comprometem a flexibilidade do orçamento, a meta de inflação, a reforma da previdência, uma política de desenvolvimento focada na iniciativa privada, na livre concorrência e em concessões (inclusive no setor de petróleo), maior abertura comercial, uma análise mais detalhada do desempenho das políticas públicas (identificando áreas de excessivo gasto), flexibilização das normas trabalhistas e facilitação dos investimentos privados, incluindo questões relacionadas ao licenciamento

ambiental (Ferreira, 2020; Cittadino, 2023).

Segundo o PMDB (2015), havia um conjunto de reformas estruturais necessárias, sendo as mais destacadas:

- **Reforma Previdenciária:** O documento propõe uma idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens e 60 anos para mulheres), a desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo e a eliminação de mecanismos de indexação automática. Esses pontos são justificados pela necessidade de adequar o sistema previdenciário às mudanças demográficas e evitar déficits futuros;
- **Flexibilização Trabalhista:** Defende que convenções coletivas prevaleçam sobre a legislação, salvo quanto aos direitos básicos, com o objetivo de “modernizar” as relações de trabalho. Essa proposta sugere uma maior desregulamentação das normas trabalhistas, potencialmente fragilizando os direitos adquiridos;
- **Revisão Orçamentária:** Reitera a necessidade de tornar o orçamento público mais flexível, eliminando vinculações de gastos e introduzindo um controle mais rigoroso sobre as despesas;
- **Abertura Econômica e Privatizações:** Sugere maior integração do Brasil nas cadeias globais de valor, com abertura comercial e revisão de normas regulatórias. Também propõe transferências de ativos públicos e ampliação de concessões em setores como petróleo, logística e infraestrutura;
- **Redução da Carga Tributária:** Destaca a necessidade de simplificar e reduzir impostos, promovendo maior competitividade para o setor produtivo, com especial ênfase na desoneração das exportações e investimentos.

Segundo Cavalcanti e Venerio (2017), a análise do documento demonstra que sua ênfase principal recai sobre aspectos como economia, questões fiscais, flexibilização do orçamento, reformas, incentivo à iniciativa privada e dinâmica de mercados. Durante uma reunião com empresários em Nova Iorque, em setembro de 2016, Michel Temer reconheceu que o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi motivado pela não adoção, por ela, do programa proposto no *Uma Ponte para o Futuro* (Carta Capital, 2016).

3.2.1 O Contexto Econômico no Início do Governo Temer

Quando Michel Temer assumiu a presidência, o Brasil enfrentava uma profunda crise econômica, caracterizada pela recessão prolongada, elevada taxa de desemprego e um cenário

de instabilidade política. A crise fiscal, resultado de anos de políticas expansionistas e da desaceleração da economia global, impôs desafios consideráveis à gestão pública. A narrativa oficial do governo Temer buscava justificar a necessidade de reformas estruturais alegando o esgotamento do modelo de crescimento baseado no consumo e no investimento estatal. No entanto, uma análise crítica revela que o discurso de austeridade ocultava uma agenda de desmonte do Estado, alinhada aos interesses do capital financeiro e de setores empresariais interessados em reduzir custos trabalhistas e privatizar ativos públicos (Oreiro; Paula, 2019).

Embora oficialmente fundamentado em questões fiscais, a deposição de Dilma é considerada por diversos analistas e acadêmicos como um golpe institucional, articulado por setores políticos e econômicos interessados em implementar uma agenda neoliberal de austeridade e flexibilização econômica. Essa manobra política foi instrumentalizada por meio de um discurso de crise fiscal, exacerbado por interesses do setor empresarial e do mercado financeiro, que viam no governo Temer uma oportunidade para impor reformas estruturais alinhadas aos interesses do capital (Rossi, 2024).

Nesse contexto, a economia, que havia experimentado um crescimento médio robusto entre 2004 e 2013, entrou em um ciclo recessivo com quedas sucessivas no PIB, registrando retração de -3,8% em 2015 e -3,3% em 2016. Essa deterioração econômica foi atribuída, por um lado, à desaceleração da economia global e à queda dos preços das *commodities* — elementos fundamentais para a balança comercial brasileira — e, por outro, às políticas econômicas contraditórias adotadas nos últimos anos do governo Dilma, como a tentativa de ajuste fiscal combinada com medidas expansionistas da chamada "Nova Matriz Econômica", que resultaram em perda de credibilidade junto aos agentes econômicos (Oreiro; Paula, 2019).

A crise fiscal, amplamente utilizada como argumento central para o afastamento de Dilma, foi potencializada por uma combinação de queda na arrecadação — reflexo da recessão — e o aumento das despesas obrigatórias, sobretudo com previdência e folha de pagamento do funcionalismo. O déficit primário cresceu consideravelmente nesse período, atingindo patamares inéditos, o que serviu de justificativa para o novo governo adotar uma agenda de austeridade. No entanto, essa narrativa desconsiderava o fato de que a crise fiscal era em grande parte resultado da desaceleração econômica, e não o contrário. O governo Temer, ao invés de buscar uma recuperação via estímulo à demanda agregada, optou por aprofundar políticas restritivas, alegando a necessidade de restaurar a confiança do mercado (Oreiro; Paula, 2019).

No campo social, a recessão teve efeitos devastadores. A taxa de desocupação, que era de 6,5% em 2014, mais do que dobrou, atingindo 13,7% em março de 2017. O mercado de

trabalho foi fortemente impactado pela queda do nível de atividade econômica, com destaque para setores intensivos em mão de obra, como a indústria de transformação e a construção civil, que sofreram fortes retrações. O desemprego prolongado levou a um aumento expressivo do desalento, fenômeno em que trabalhadores deixam de procurar emprego por falta de perspectivas, além do crescimento da informalidade, já que muitos trabalhadores passaram a buscar ocupações precárias para garantir sua subsistência (Oreiro; Paula, 2019).

O golpe institucional de 2016 representou uma ruptura não apenas política, mas também econômica. O novo governo, apoiado por uma base parlamentar majoritariamente alinhada aos interesses do capital financeiro e das grandes corporações, adotou uma agenda neoliberal sem precedentes, colocando em prática medidas que alteraram profundamente o modelo de desenvolvimento adotado nas décadas anteriores. A austeridade fiscal, promovida pela Proposta de Emenda Constitucional nº 55 (PEC 55), também conhecida como "teto de gastos", foi uma das primeiras e mais emblemáticas medidas adotadas. A PEC impôs um limite rígido às despesas primárias do governo federal por um período de 20 anos, restringindo o crescimento dos gastos à variação da inflação do ano anterior, o que, na prática, congelou os investimentos públicos em áreas essenciais como saúde e educação.

3.2.2 O Teto de Gastos (PEC 55/2016)

A primeira parte do programa *Uma Ponte para o Futuro* foi implementado através da Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC nº95/2016), que não teve dificuldades em ser votada no Congresso Nacional, vencendo na Câmara dos Deputados em primeiro turno por 366 votos a favor, 111 contrários e duas abstenções (Brasil, 2016).

A EC nº95/2016 ficou conhecida como teto de gastos, uma vez que impôs um limite para os gastos públicos, com a condição de que não cresçam além da inflação nos 20 anos seguintes à sua implementação. Segundo Mariano (2017), na prática, isso implica que não seria possível aumentar os investimentos em uma área específica sem que outra seja prejudicada, o que pode levar ao enfraquecimento das políticas sociais. Esse movimento representou uma das principais medidas da agenda econômica neoliberal implementada após o *impeachment* de Dilma Rousseff.

O Teto de Gastos representou uma inflexão significativa na condução da política fiscal brasileira. Apresentada como uma medida para restaurar a confiança dos mercados e garantir o equilíbrio das contas públicas, a PEC impôs um limite rígido aos gastos do governo federal, congelando as despesas primárias por 20 anos, com correção apenas pela inflação (Ribeiro,

2020).

O principal argumento utilizado para a aprovação da PEC 55 foi o de que a trajetória ascendente do gasto público no Brasil estava insustentável e representava uma ameaça à estabilidade econômica. O governo Temer sustentava que, sem uma ação firme para conter o crescimento das despesas, a dívida pública continuaria aumentando de forma descontrolada, afastando investimentos e comprometendo o futuro das contas públicas. A proposta defendia que a imposição de um limite rígido sobre os gastos traria previsibilidade fiscal, permitindo que o setor privado voltasse a investir, favorecendo o crescimento econômico (Oreiro, 2019).

A lógica por trás dessa abordagem estava ancorada na teoria da "contração fiscal expansionista", que sugere que cortes de gastos públicos podem levar a um aumento da confiança do setor privado, estimulando investimentos e crescimento. No entanto, essa teoria tem sido amplamente questionada, especialmente em contextos de recessão profunda, como o enfrentado pelo Brasil à época. A imposição de limites severos aos gastos públicos ignorou as necessidades de políticas contracíclicas para estimular a demanda agregada, agravando a estagnação econômica.

Além disso, a PEC institucionalizou a austeridade como diretriz de política econômica, limitando a capacidade do governo de responder a crises futuras e de promover políticas de bem-estar social. O corte de investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação, teve impactos severos na qualidade dos serviços públicos, afetando principalmente as camadas mais vulneráveis da população (Ribeiro, 2020).

A PEC 55 estabeleceu que as despesas primárias do governo federal — incluindo gastos com saúde, educação, infraestrutura e segurança — seriam corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador da inflação no país. Isso significaria que, independentemente do crescimento da população, das necessidades sociais ou das variações do PIB, o gasto público permaneceria constante em termos reais por duas décadas (Oreiro; Paula, 2019).

A medida ainda manteve intactos os compromissos fiscais relacionados à dívida pública, que não estavam sujeitos ao teto. Dessa forma, a rigidez da regra foi aplicada principalmente sobre os gastos discricionários e sociais, enquanto as despesas com juros da dívida, que consomem uma parcela significativa do orçamento, permaneceram intocadas. Isso criou uma dinâmica em que a contenção de despesas se deu, essencialmente, em áreas que afetam diretamente a população e o desenvolvimento econômico.

A implementação da PEC 55 trouxe uma série de implicações para o desenvolvimento econômico e social do país. Do ponto de vista econômico, a limitação dos gastos públicos

reduziu a capacidade do Estado de investir em áreas estratégicas, como infraestrutura e inovação, elementos essenciais para impulsionar o crescimento econômico de longo prazo. A ausência de investimentos públicos prejudicou setores como a construção civil, um dos principais empregadores da economia brasileira, contribuindo para a persistência de altos índices de desemprego (Oreiro; Paula, 2019).

No âmbito social, os efeitos da emenda foram ainda mais severos. A contenção dos gastos impediu a ampliação e a melhoria de serviços essenciais, como saúde e educação, em um momento em que a população demandava mais recursos em função dos efeitos da crise econômica. Com a progressiva redução dos investimentos nessas áreas, houve uma piora na qualidade dos serviços públicos, afetando principalmente as camadas mais vulneráveis da população. A rigidez orçamentária imposta pela PEC 55 restringiu a capacidade do governo de responder a crises emergenciais, como a crescente demanda por assistência social e o agravamento da desigualdade (Oreiro; Paula, 2019).

Dessa forma, o ajuste fiscal adotado pelo governo Michel Temer foi a espinha dorsal da agenda econômica de viés ortodoxo implementada após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Sob a justificativa de reverter o crescimento do déficit público e restaurar a confiança dos investidores, a administração Temer promoveu uma série de medidas voltadas à contenção de gastos e à limitação da atuação do Estado na economia. No entanto, longe de promover uma retomada robusta do crescimento, as políticas de austeridade implementadas resultaram em uma recuperação econômica lenta e assimétrica, agravando problemas estruturais como o desemprego e a desigualdade social (Oreiro; Paula, 2019).

Nesse contexto, a estratégia de ajuste fiscal foi baseada na premissa de que a redução das despesas públicas levaria ao reequilíbrio das contas governamentais, permitindo uma queda das taxas de juros e incentivando o investimento privado. No entanto, essa abordagem desconsiderava a complexidade da crise econômica e as múltiplas causas do déficit público, entre elas a queda expressiva da arrecadação tributária decorrente da recessão e da redução do consumo e da produção industrial.

3.2.3 Reforma Trabalhista: Flexibilização e precarização

Ao assumir o governo, Michel Temer encontrou um mercado de trabalho em crise, com a taxa de desocupação atingindo níveis recordes, ultrapassando 13% em 2017. A recessão prolongada, iniciada em 2014, resultou em uma retração significativa da atividade econômica, impactando diretamente a geração de empregos formais. A narrativa oficial do

governo defendia que a rigidez da legislação trabalhista brasileira era um entrave à criação de novas vagas e que a flexibilização das regras ajudaria a estimular a contratação por parte dos empregadores.

Nesse contexto, a reforma foi apresentada como uma medida necessária para modernizar as relações de trabalho e estimular a geração de empregos. Entre as principais mudanças, destacam-se a flexibilização das normas trabalhistas, a prevalência do negociado sobre o legislado, a ampliação das formas de contratação precária e a restrição ao acesso à Justiça do Trabalho (Ribeiro, 2020).

A reforma trabalhista foi amplamente apoiada pelo empresariado, que via na CLT um conjunto de regras engessadas que aumentavam os custos de contratação e dificultavam a adaptação às mudanças do mercado. Nesse sentido, a proposta do governo Temer visava reduzir a intervenção estatal nas relações de trabalho, fortalecendo o princípio do "negociado sobre o legislado" e criando novas modalidades contratuais que conferissem maior flexibilidade às empresas.

No entanto, críticos da reforma argumentaram que a flexibilização das leis trabalhistas ocorreu em um contexto de alto desemprego e fragilidade econômica, favorecendo a criação de empregos precários e enfraquecendo a proteção dos trabalhadores. Além disso, apontaram que a reforma não abordava as causas estruturais do desemprego no Brasil, como a baixa demanda agregada e a falta de políticas de estímulo ao crescimento.

Segundo Brasil (2017), a reforma trabalhista, possui os seguintes pontos:

- Terceirização irrestrita: Permitiu a terceirização de todas as atividades da empresa, inclusive nas funções essenciais.
- Negociação coletiva: Deu mais força aos acordos entre patrões e empregados, permitindo que prevalecessem sobre a legislação em algumas áreas.
- Jornada de trabalho: Alterações nas formas de controle da jornada, como a possibilidade de jornadas mais flexíveis.
- Contribuição sindical: Tornou a contribuição sindical voluntária, o que significou uma grande mudança no financiamento dos sindicatos.
- Trabalho intermitente: Introdução do contrato de trabalho intermitente, onde o trabalhador é pago apenas pelas horas trabalhadas.

Quanto à reforma previdenciária, segundo Brasil (2016), os pontos modificados foram:

- Idade mínima para aposentadoria: Estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria (de 65 anos para homens e 62 para mulheres),

independentemente do tempo de contribuição.

- Aposentadoria por tempo de contribuição: Eliminação do fator tempo de contribuição, substituído pela exigência de idade mínima.
- Transição mais rígida: Estabelecimento de regras de transição para quem já estava no mercado de trabalho.
- Reformas nas pensões e benefícios: Mudanças na concessão de pensões por morte, que passariam a ser menores.

Os efeitos da reforma trabalhista foram percebidos de forma ambígua e desigual. Do ponto de vista da formalização, houve um crescimento tímido das contratações com carteira assinada, mas em grande parte nas modalidades mais precárias, como o trabalho intermitente. Em vez de gerar empregos formais de qualidade, a reforma contribuiu para a substituição de empregos tradicionais por formatos mais flexíveis e com menor segurança jurídica (Ribeiro, 2020).

Outro impacto significativo foi a ampliação da informalidade, uma vez que muitas empresas passaram a contratar trabalhadores como autônomos ou microempreendedores individuais (MEIs), reduzindo os custos trabalhistas, mas sem garantir os direitos básicos da CLT, como férias remuneradas e 13º salário.

A desigualdade social também se aprofundou após a implementação da reforma, com a maior parte das novas vagas criadas oferecendo remunerações mais baixas e menor estabilidade. A redução do poder de barganha dos sindicatos e a fragilização das relações de trabalho resultaram em um ambiente de maior incerteza para os trabalhadores, dificultando o planejamento financeiro e o acesso ao crédito (Ribeiro, 2020).

Para as privatizações, foi criada em 2016, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com a proposta a transferência de 175 ativos públicos para a iniciativa privada, abrangendo dez setores estratégicos, com uma estimativa total de R\$ 287,5 bilhões. As áreas priorizadas incluíram ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, geração hidrelétrica, distribuição e transmissão de energia, mineração, petróleo, gás e outros segmentos (Nozaki, 2019).

Sobre a agenda de privatizações, ao final do governo Temer, foram vendidos 91 ativos públicos relacionados aos setores estratégicos, resultando em um montante aproximado de R\$ 144,3 bilhões, o que representou 52% dos projetos planejados pela gestão Temer. Além disso, as concessões realizadas no período somaram R\$ 46,4 bilhões, enquanto as privatizações totalizaram cerca de R\$ 97,9 bilhões (Teles; Dias, 2022).

Após as grandes reformas neoliberais do governo Temer, os resultados nos índices de desemprego foram menores que o esperado. Segundo Leone, Teixeira e Baltar (2021), a população ocupada, que havia registrado queda em 2015 e 2016, cresceu 2,1% em 2017, o número de desempregados apresentou uma redução marginal de 0,1% em 2017 e uma queda acumulada de 5,2% entre 2017 e 2019. O crescimento da população ocupada (1,5%) superou a expansão do PIB (1,2%), indicando um desempenho econômico ainda limitado em termos de produtividade por trabalhador (Oliveira, 2019).

Em 2020, três anos depois da reforma trabalhista, os resultados mostravam um cenário de estagnação econômica, além de investimentos não realizados e uma elevação nas taxas de desemprego e informalidade (Manzano, 2020). A alegação de que o excesso de regulamentação trabalhista seria um entrave à livre operação dos mercados, à expansão econômica e à atração de investimentos não é corroborada pelos dados do mercado de trabalho.

O PIB interrompeu sua trajetória de queda em 2017, impulsionado pela estabilização do investimento e do consumo das famílias. Porém, em 2019, um ano após o governo Temer, o consumo das famílias ainda registrava um nível 1,4% inferior ao de 2014, enquanto o volume de investimentos permanecia 27,9% abaixo do observado em 2013. (Teixeira, 2019).

O comércio internacional de bens e serviços não representou uma solução eficaz para impulsionar a retomada econômica, uma vez que o superávit comercial foi majoritariamente resultado da redução nas importações, e não de um crescimento expressivo das exportações. Além disso, o modesto ritmo de recuperação econômica foi suficiente para que o aumento das importações superasse o das exportações (Teixeira, 2019).

Segundo Leone, Teixeira e Baltar (2021), o aumento da taxa de ocupação em 2017 foi mais influenciado pelo crescimento da taxa de atividade (de 61,4% para 61,8%) do que pela redução na taxa de desemprego (de 12% para 11,8%). Já em 2019, o aumento da taxa de ocupação foi atribuído à queda da taxa de desemprego (de 11,6% para 11%), uma vez que a taxa de atividade se estabilizou, apresentando oscilações desde 2017.

A reforma trabalhista aumentou efetivamente a informalidade. Esta última é caracterizada pelo IBGE como sendo os trabalhadores por conta própria com ou sem CNPJ, contribuintes ou não da previdência social, e empregados no setor público sem carteira assinada. Segundo dados do Caged, em maio de 2016, o Brasil contava com 38.789.289 empregos formais registrados. No entanto, em março de 2018, esse número caiu para 38.072.395, representando uma redução de 716.894 postos de trabalho com carteira assinada (Uol, 2018).

A lenta recuperação do mercado de trabalho está baseada no aumento do trabalho informal, com inserção de trabalhadores com menores salários, em função tanto do aumento da informalidade quanto da dificuldade de barganha salarial dos trabalhadores já empregados dado o alto nível de desocupação e enfraquecimento dos sindicatos(Oreiro; Paula, 2019, p.4).

Leone, Teixeira e Baltar (2021) afirmam que, em 2014, 46,3% das pessoas ocupadas estavam em situação de informalidade e o percentual que subiu para 50,5% em 2019. Ou seja, dois anos após a reforma trabalhista, pode-se afirmar que as vagas criadas não foram de empregos formais.

Os indicadores sociais pós-*impeachment* se deterioraram. Segundo o IBGE (2018), os impactos das reformas neoliberais do governo Temerdestacaramum aumento da concentração de renda, elevação da pobreza monetária e não monetária e a relativa estagnação das condições da educação. Além disso, após avanços significativos na redução da fome nas décadas anteriores, o Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU em 2021, destacando o aumento da insegurança alimentar.

Após as medidas do governo Temer, a atividade econômica deixou de apresentar retração, mas o crescimento anual do PIB permaneceu em níveis modestos. O ônus político trouxe ao ex-presidente o pior nível de avaliação positiva de um governo da história, batendo 4% apenas, entre março e junho de 2018, demonstrando que a população realmente não era entusiasta das medidas neoliberais adotadas por Temer (Valor Econômico, 2018).

Segundo Coimbra (2021), presidente do Instituto VoxPopuli, os anos de neoliberalismo no Brasil recente fracassaram. Em 2021, 3 em cada 4 brasileiros consideravam a economia ruim ou péssima. O sociólogo afirma que todas as pesquisas feitas no período após o governo Temer, mostram, sistematicamente, a perepção da população de redução de oportunidades, ampliação das desigualdades, menores chances de inserção no mercado de trabalho, limitações no acesso a fontes adequadas de renda e um crescimento econômico insuficiente. Para Coimbra (2021), 75% das pessoas consideram que os cinco anos de políticas neoliberais pós-*impeachment* foram um fracasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do neoliberalismo no Brasil ao longo do período democrático (1990-2018) foi marcado por um processo de reconfiguração estrutural do papel do Estado na economia e pela ampliação da lógica de mercado em diversos setores. Esta dissertação buscou compreender a trajetória desse modelo econômico e suas implicações para a sociedade brasileira, investigando como as políticas neoliberais foram implementadas, consolidadas e, em alguns momentos, parcialmente contestadas. O estudo partiu da análise da adoção inicial desse paradigma no governo Collor, passando pela sua consolidação nos governos FHC, pelo afastamento parcial durante os governos petistas e pelo seu aprofundamento com o *impeachment* de Dilma Rousseff e a ascensão do governo Michel Temer.

A principal questão que orientou esta pesquisa foi compreender a extensão e a capilarização do neoliberalismo no Brasil, identificando seus efeitos econômicos, sociais e políticos. Para isso, foi adotada uma abordagem mista, combinando revisão de literatura, análise histórica e levantamento de dados econômicos e sociais. Os resultados indicam que o neoliberalismo, mais do que um conjunto de políticas econômicas, tornou-se um elemento estruturante da economia brasileira, influenciando as decisões governamentais e condicionando as possibilidades de desenvolvimento do país.

A partir dos anos 1990, a implementação do neoliberalismo foi apresentada como a única alternativa viável para a modernização da economia brasileira. O Consenso de Washington serviu de base para um conjunto de reformas que incluíram a abertura comercial, privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e redução do papel do Estado na economia. No governo Collor, essas mudanças foram introduzidas de forma abrupta, com efeitos desastrosos sobre a indústria nacional e o mercado de trabalho. Já no governo FHC, a estratégia neoliberal foi consolidada por meio do Plano Real e das reformas estruturais, incluindo a privatização de empresas estatais estratégicas e a adoção de um regime de metas de inflação. Esse período marcou a consolidação de um modelo econômico baseado na estabilidade macroeconômica, mas com severas limitações para o crescimento sustentado e a redução das desigualdades.

Nos governos Lula e Dilma, houve um afastamento parcial das diretrizes neoliberais, especialmente por meio do fortalecimento de políticas sociais e do aumento da participação do Estado como indutor do crescimento econômico. No entanto, a política macroeconômica permaneceu amplamente alinhada aos princípios do mercado, com a manutenção do tripé

econômico (superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação). Embora tenham promovido avanços sociais significativos, os governos petistas não romperam com os pilares estruturais do neoliberalismo, o que gerou contradições na condução da política econômica. Essa tensão ficou evidente no segundo mandato de Dilma Rousseff, quando a adoção de um ajuste fiscal ortodoxo resultou em uma crise de governabilidade e aprofundou o descontentamento social.

O *impeachment* de Dilma, ocorrido em um contexto de instabilidade econômica e crise política, representou um ponto de inflexão nesse processo. A ascensão de Michel Temer e a implementação do programa “Uma Ponte para o Futuro” consolidaram uma guinada em direção ao aprofundamento das diretrizes neoliberais. A adoção da PEC do Teto de Gastos, a flexibilização das leis trabalhistas e a tentativa de reforma previdenciária evidenciaram um esforço coordenado para reduzir o papel do Estado e ampliar a influência do setor privado sobre a economia. Essas reformas tiveram impactos profundos, não apenas no mercado de trabalho, com o aumento da precarização e da informalidade, mas também na capacidade do Estado de promover políticas públicas redistributivas.

As consequências econômicas dessa trajetória foram significativas. A implementação de políticas neoliberais contribuiu para a redução da inflação e a atração de investimentos estrangeiros, mas também gerou um crescimento econômico instável e dependente de fatores externos. A desindustrialização, o aumento da vulnerabilidade do mercado de trabalho e a limitação do investimento público foram alguns dos efeitos mais evidentes desse modelo. Do ponto de vista social, o avanço do neoliberalismo aprofundou as desigualdades, restringindo o acesso a direitos e precarizando as condições de vida da população trabalhadora. A flexibilização das leis trabalhistas, por exemplo, resultou na ampliação do trabalho informal e na redução da proteção social, enquanto o teto de gastos limitou os investimentos em saúde, educação e assistência social.

Além dos impactos econômicos e sociais, o neoliberalismo também teve consequências políticas significativas. A adoção desse modelo esteve associada a uma reconfiguração das relações de poder no Brasil, fortalecendo setores ligados ao mercado financeiro e enfraquecendo o papel das instituições democráticas na formulação de políticas públicas. O *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser entendido dentro desse contexto, como um movimento que, além de resultar em uma mudança de governo, possibilitou a rearticulação das forças políticas comprometidas com a ampliação das diretrizes neoliberais. O enfraquecimento da democracia, evidenciado pela criminalização de movimentos sociais e pelo aumento da repressão contra protestos, também foi um desdobramento desse processo.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa demonstram que o neoliberalismo se consolidou como um paradigma dominante na economia brasileira, moldando políticas públicas e restringindo alternativas de desenvolvimento. Embora tenham ocorrido tentativas de romper com esse modelo, especialmente durante os governos Lula e Dilma, a sua estrutura permaneceu intacta, limitando a capacidade do Estado de atuar como indutor do crescimento e da inclusão social. A crise política de 2016 e as reformas implementadas a partir do governo Temer evidenciaram a força desse paradigma, que continua a influenciar a condução da economia e as relações sociais no país.

A compreensão desse processo é essencial para avaliar os desafios futuros do Brasil e as possibilidades de resistência a esse modelo. A permanência das diretrizes neoliberais levanta questionamentos sobre a sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento e a capacidade do Estado de garantir direitos sociais e reduzir desigualdades. Ao longo das últimas décadas, a trajetória econômica do Brasil refletiu a tensão entre a manutenção de um Estado ativo na promoção do desenvolvimento e a imposição de diretrizes neoliberais que limitam sua capacidade de intervenção. A superação dessas contradições dependerá da construção de um novo projeto de desenvolvimento, capaz de conciliar estabilidade macroeconômica com crescimento inclusivo e justiça social.

Com isso, este estudo contribui para a reflexão sobre o avanço do neoliberalismo no Brasil, evidenciando seus impactos e apontando os desafios para o futuro. O aprofundamento das políticas neoliberais nos últimos anos reforça a necessidade de um debate crítico sobre os caminhos da economia brasileira e sobre as alternativas para a construção de um modelo de desenvolvimento divergente da ótica do capital.

Diante da consolidação do neoliberalismo no Brasil ao longo do período democrático analisado (1990-2018), futuras pesquisas podem aprofundar a compreensão dos desdobramentos desse modelo nas décadas seguintes. A partir de 2019, o governo Bolsonaro intensificou políticas de austeridade, aprofundando reformas neoliberais como a Reforma da Previdência e a ampliação das privatizações. Nesse sentido, investigações podem se concentrar em entender como essas políticas impactaram o mercado de trabalho, a precarização das condições sociais e o papel do Estado na economia.

Além disso, é relevante explorar as contradições e limites do neoliberalismo diante das crises recentes, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19. A crise sanitária reacendeu debates sobre o papel do Estado na proteção social e na regulação da economia, o que permite novas abordagens para o entendimento de como o neoliberalismo atua em momentos de crise.

Assim, há um vasto campo para investigações que examinem as possibilidades de superação desse modelo, analisando iniciativas que busquem novas formas de desenvolvimento econômico e social mais equitativas e sustentáveis no país.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasileira de Comunicação. **Ações do governo Temer estarão baseadas no documento Uma Ponte para o Futuro. 2016.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/acoes-do-governo-temer-estarao-baseadas-no-documento-uma-ponte-para-o>. Acesso em: 07 de jan. 2025.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. **In:** Sader, E., Gentili, P. (Org.). PósNeoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula).** Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
- ARAÚJO, A. M. C. (Org.). **Do Corporativismo ao Neoliberalismo:** Estado e Trabalhadores no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX.** São Paulo/Rio de Janeiro: Editora UNESP/ Contraponto, 1996.
- BAER, W. **A economia brasileira.** 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.
- BALTAR, P. E. A. **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90.** Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda **In:** E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) Brasil: entre o Passado e o Futuro São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **REC, Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., 2017, p. 1-63.
- BATISTA JUNIOR, P.N. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** São Paulo, 1994.
- BELLUZZO, L. G.de. M. A financeirização do capitalismo e a geração de pobreza. **Cadernos do Desenvolvimento**, Ano. 2, n.3 Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.
- BELLUZZO, L. G.de. M.; GALÍPOLO, G. **Globalização desigual e combinada.** Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 310, jul. 2017.
- BIANCARELLI, A.; ROSSI, P. Do industrialismo ao financismo **In:** BIANCARELLI, A.; ROSSI, PFAGNANI, E. A virada neoliberal do Governo Dilma. Plataforma Política Social, Caminhos para o Desenvolvimento, 2015.
- BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** Coleção Brasil Urgente. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização - Federais**

– **PND**. 2016. Disponível em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/projetos-encerrados/privatizacao-federais-pnd#modal>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2016. **Estabelece o Novo Regime Fiscal e institui o teto de gastos públicos para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2016. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2199290>. Acesso em: 7 de jan. 2025.

BRASIL. Agência Senado. **Aprovação da PEC do Teto mostra apoio do Congresso ao ajuste fiscal**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/aprovacao-da-pec-do-teto-mostra-apoio-do-congresso-ao-ajuste-fiscal>. Acesso em: 10 de nov. 2024.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016. **Altera os artigos 201 e 202 da Constituição Federal, a fim de estabelecer requisitos para aposentadoria, pensões e outros benefícios previdenciários**. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2199290>. Acesso em: 7 de jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e outras disposições.

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2017. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 7 de jan. 2025.

BRENNER, Robert. **A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?** Revista AgainsttheCurrent, 73, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Collor e a modernidade em tempos incertos. **Novos Estudos**, Nº 29, março de 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O segundo consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, vol . 23, nº 3 (91), pp . 343-375, julho-setembro/2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Financiamento para o subdesenvolvimento: o brasil e o segundo Consenso de Washington**. Rio de Janeiro, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O segundo Consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira**. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 3 (91), julho-setembro/2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Teoria novo-desenvolvimentista**: uma síntese. Texto apresentado no Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2016. Disponível em:

<http://centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201701251034340.Teoria%20Novo-Desenvolvimentista%20-%20Bresser-Pereira.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2025.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **RIL Brasília**, 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017.

CACCIAMALLI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, (14): 153-174, jun. 2000.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: a Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington**. São Paulo, 2007.

CARDOSO JUNIOR, J. C. J. Reforma do Estado e desregulamentação do trabalho no Brasil nos anos 90. **Anais do V Congresso Internacional del CLAD**, sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, República Dominicana, out. 2001.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. Projeto gráfico de Elaine Ramos. São Paulo: Todavia, 2018.

CARTA CAPITAL. **Temer: impeachment ocorreu porque Dilma recusou “Ponte para o Futuro”**. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

CHAGAS, Priscilla Borgonhoni; CARVALHO, Cristina Amélia; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling. Desenvolvimento e dependência no Brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crescimento. **Organizações & Sociedade**, v. 22, p. 269-290, 2015.

CINTRA, M.; ACIOLY, L. O financiamento das contas externas brasileiras: 2003-2010. In: MONTEIRO, A. *et al.* Brasil em desenvolvimento 2011. Brasília: Ipea, 2012.

CITTADINO, M. O avanço do neoliberalismo no Brasil: Governo Temer, Uma Ponte para o Futuro e os reflexos econômicos e no mundo do trabalho (2016-2018). **América Latina en la Historia Económica**, 30(2), 1-22, 2023.

CORSI, F. A política econômica do governo Dilma: baixo crescimento e recessão. **Revista Novos Rumos**, Marília, SP, v. 53, n. 1, p. 153-165, 2016.

COIMBRA, M. **Fracassaram os cinco anos de neoliberalismo de Temer e Bolsonaro**. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/fracassaram-os-cinco-anos-de-neoliberalismo-de-temer-e-bolsonaro/>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

CURY, C.R.J.; REIS, M.; ZANARDI, T. A. C. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.

DICKERSON, M. O.; FLANAGAN, T; O'NEILL, B. An Introduction to Government and Politics: A Conceptual Approach. Nelson Education Limited, 2009. 565 p.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/> >. Acesso em: 11 de jan. 2025.

DIEGUES, Antônio Carlos; SARTI, Fernando. **BRASIL: Indústria e Desenvolvimento em um cenário de transformação do paradigma tecno-produtivo**. 2021.

FERNANDES, C. L.de. L. A revivescência do liberalismo nos anos 80: as experiências americana e inglesa. **Revista do Serviço Público - RSP**, ano 46, v. 119, n. 2-3, p 07-28, 1995.

FERREIRA, P. H. D. F. **O avanço do neoliberalismo no Brasil pós-impeachment**. Dissertação apresentada a Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestrado em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. José Antonio de Passos Palmeira, abril de 2020.

FILGUEIRAS, L. A. M. **História do Plano Real: Fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Bomtempo, 2000.

FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 425-447, dez. 2010.

FREENCH-DAVIS, R. **Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento com equidad**. 4 ed. Chile: J. C. Saéz Editor, 2008.

FRIEDMAN, M. Why Government is the Problem. **Essays in Public Policy**, no. 39. Stanford, California: Hoover Institution Press, 1993.

GALVÃO, A.; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; et al. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, Maio/Ago. 2019.

GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001.

GIAMBIAGI, F. Salários, inflação e conflito distributivo: reflexões acerca da escala móvel. **Brazil. J. Polit. Econ.**, 8 (3), Jul-Sep, 1988.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. São Paulo, 2012.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.de.; TONETO JUNIOR, R. **Economia Brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

HAYEK, F. A. Individualism: true and false. **In: Individualism and economic order**. 1948.

HAYEK, Friedrich A. **Law, Legislation and Liberty**. Rules and Order. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

HAYEK, Friedrich A. **Law, Legislation and Liberty**. The Mirage of Social Justice. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

HAYEK, Friedrich A. **Law, Legislation and Liberty**. The Political Order of a Free People. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria

Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HIRATUKA, Celio; SARTI, Fernando. Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente. 2011.

KALECKI, M. Os aspectos políticos do pleno emprego. **In:** Miglioli, J., ed., Crescimento e ciclo das economias capitalistas São Paulo, Hucitec.

KNECHTEL, M., R. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KREIN, J. D. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990 – 2005.** Tese de Doutorado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

KREIN, J. D.; SANTOS, A. L. DOS.; NUNES, B. T. **Trabalho no Governo Lula:** Avanços e contradições. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, nº201, 2012.

IPEA. **O processo de privatização das empresas estatais brasileiras.** Texto para discussão nº 422. José Coelho Matos Filho; Carlos Wagner de A. Oliveira. Brasília: IPEA, maio de 1996.

IPEADATA. **Salário mínimo real (GAC12_SALMINRE12).** Série histórica. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37667>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

LAIDER, C. A “crise da dívida” e o Estado na América Latina. Usos do Passado. **XII Encontro Regional de História**, ANPUH-RJ, Rio de Janeiro, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

LEONE, E.; TEIXEIRA, M.; BALTAR, P. Impactos da reforma trabalhista sobre o mercado de trabalho. **In:** O Trabalho pós-reforma trabalhista (2017) [livro eletrônico]: volume 1 / organização: José Dari Krein [etal.]. São Paulo: Cesit - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2021.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. de. O. de. Bolsa família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-54, jun. 2009.

LIRA, F. R. F. T. Do socialismo ao neoliberalismo: O Chile dos anos 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.3, n. 6, agosto, 2010.

MACEDO, A.; SANTOS, C. **Além do curto prazo?** Explorando os nexos entre a teoria pós keynesiana e a macrodinâmica de fluxos e estoques. Texto para Discussão, n. 141. Campinas: Unicamp. IE, 2008.

MACIEL, D. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil. **Revista UFG**, ano XIII nº11, dezembro 2011.

MANTEGA, G. **O modelo econômico brasileiro dos anos 90**. EAESP/FGV/NPP, Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de pesquisa nº 11/2001. Disponível em: <https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/Rel%2011-2001.pdf>. Acesso em: 11 de jan. 2025.

MARX, K. **O Capital - Livro III: Crítica da Economia Política. O Processo Global da Produção Capitalista**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017. 984p.

MARX, K.; ENGELS, F. Primeira parte. **In:** MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARQUES-PEREIRA, J.; BRUNO, M. Institucionalidade e política econômica no Brasil: uma análise das contradições do atual regime de crescimento pós-liberalização. **In:** VIANNA, S.; BRUNO, M.; MODENESE, A. (Org.). *Macro para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2010.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, 4 (1), 259-281, 2017.

MARTINS, C.E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, C. S.; BASTOS, P. P. Z. O Projeto Nacional de Desenvolvimento no governo Lula (2003-2010). **Princípios**, v. 42, n. 168, p. 34-59, 2023.

NAÍM, Moisés. **Ascensão e queda do Consenso de Washington**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2000.

NEVES, F. P. A Grande Depressão Americana: Exposição dos discursos divergentes sobre a crise que abalou o século XX. **Mundo Livre: Revista Multidisciplinar**, 6(2), 184-201, 2020.

NOZAKI, W. **A privatização em “marcha forçada” nos governos Temer e Bolsonaro**. Le Monde Diplomatique Brasil. Observatório da Economia Contemporânea, 14 de maio de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-privatizacao-em-marcha-forcada-nos-governos-temer-e-bolsonaro/>. Acesso em: 08 de jan. 2025.

OLIVEIRA, F. A.de. **Política econômica, estagnação e crise mundial: Brasil.1980-2010**. Rio de Janeiro, 2012.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. 2019. Disponível em: <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=3608376>. Acesso em: 08 de jan. 2025.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, (13): 115-127, dez. 1999.

PAULANI, L. M. **Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PMDB. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PEIXOTO, V. Presidencialismo de mandato máximo ou voto de desconfiança sem autodissolução do legislativo. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.17-26, abr. 2016.

PICHLER, W. A. **Trajetória da sindicalização no Brasil entre 1992 e 2011**. DMT em debate, 2012. Disponível em: <https://www.dmtemdebate.com.br/trajetoria-da-sindicalizacao-no-brasil-entre-1992-e-2011/>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

PFLUCK, B. K. **O valor do petróleo para o Brasil: dos choques da década de 1970 ao pré-sal**. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan. Rio Grande do Sul, 2016.

PINTO, E. C. **Bloco no Poder e Governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano**. Tese apresentada ao Corpo Docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Economia. Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Gonçalves, Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, E. C. ; BALANCO, P. O ajuste estrutural brasileiro dos anos 90: a ampliação da desarticulação setorial e social. **Cadernos do CEAS (Salvador)**, v. 229, p. 39-70, 2008.

POCHMANN, M. Política de Ajuste Econômico e Desemprego no Brasil Metropolitano Nos Últimos 35 Anos. **In: MACAMBIRA, Júnior; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de; LIMA, Roberto Alves de (orgs.). Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016.

PORTO, M. C. da S. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. **In: IV Jornada Internacional de Políticas públicas. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas**. UFMA. São Luís no Maranhão, 2009.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª ed. Universidade Feevale. Rio Grande do Sul, 2013.

RIBEIRO, L. C. de. Q. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. TD, Observatório das Metrópoles, Texto para Discussão, 012/2020.

RODRIGUES, C. H. L.; JURGENFELD, V. F. Desnacionalização e financeirização: um estudo sobre as privatizações brasileiras (de Collor ao primeiro governo FHC). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 393-420, maio-agosto, 2019.

ROJAS, F. A. G. **Os economistas chilenos: O perfil social de uma elite política no período de 1958 a 2013**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor

de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Orientador: Prof. Dr. Adriano Codato. Curitiba, 2014.

ROSSI, P. **Brasil em disputa: uma nova história da economia brasileira**. São Paulo: Editorial Crítica, 2024.

SALLUM JR, B. Governo Collor: **O reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 2, 2011, pp. 259 a 288.

SANTOS, M. H. A. dos.; ALVES, C. L. B. Considerações Sobre As Reformas Estruturais Na Economia Brasileira Dos Anos 1990. **7ª Conferência Internacional de História Econômica e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica**, ABPHE, 2018.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, n. 187, 2011.

SERAFIM, A.; BRAGA, C.; VARUNA, I.; et al. Constituição do Chile de 1980 e assembleia constituinte da nova carta constitucional. **Revista Mundo Acadêmico**, v. I, n. 2, p. 167, jan/dez /2022.

SILVA, M. A. da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jan./jun. 2005.

SILVA, L. G. da. **Estabilidade a qualquer preço: O Plano Real e a busca pelo crescimento autossustentado**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção da graduação em Ciências Econômicas. Orientador: Prof. Dr. Cid Olival Feitosa, Maceió, 2016.

SINGER, A. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos CEBRAP**, n. 102, 2015, pp. 42-71.

SOUZA, M. F. R. S. de. **Reservas internacionais do Brasil: nível ótimo, benefícios e custos de manutenção**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Orientador: Prof. Dr. Sylvio Antônio Kappes, Fortaleza, 2022.

STOFFAËS, Christian. **A crise da economia mundial**. Trad. Miguel Serras Pereira e João Faria. Lisboa: Dom Quixote, 1991.

TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 909-941, 2012.

TELES, A. C.; DIAS, M. de. O. A evolução da privatização no Brasil. **International Journal of Development Research**, 12, (07), 2022.

TEIXEIRA, M. Os efeitos econômicos da Reforma Trabalhista. **In:** Krein et al., (Org.) reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas: CurtNimuendajú, 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. **In:** WILLIAMSON, J. (ed.). Latin American adjustment: how much has happened? 1991. Disponível em: <https://www.wcl.american.edu/hracademy/documents/Williamson1990WhatWashingtonMeansbyPolicyReform.pdf>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

WILLIAMSON, John. Depois do Consenso de Washington: Retomando o crescimento e a reforma na América Latina. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

UOL. **Em balanço de 2 anos, governo Temer omite queda de empregos com carteira**. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/15/em-balanco-de-2-anos-governo-temer-omite-alta-do-desemprego.htm>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

VALOR ECONÔMICO. **Temer bate recorde e seu governo é o pior avaliado na história**. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/06/28/temer-bate-recorde-e-seu-governo-e-o-pior-avaliado-na-historia.ghtml>. Acesso em: 07 de jan. 2025.

VAZ, V. R. C.; MERLO, E. M. O Consenso de Washington no Brasil – estabilização conservadora e estagnação. *Aurora, Marília*, v.13, n. 1, p. 37-58, Jan./Jun., 2020.

VON MISES, L. **Liberalismo**: Segundo a Tradição Clássica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. 125p.